



## SUMÁRIO

Apresentação.....	3
Proposta de Regimento Interno do 10º Congresso.....	5
Tese 1 - Tese da Tendência Revolucionária Sindical (TRS) .....	9
Tese 2 - Unidade e Luta para Vencer os Desafios.....	29
Tese 3 - Tese Lutar pra Transformar.....	104





## APRESENTAÇÃO

De acordo com o estatuto do SINTSEF/CE, o Congresso é a maior instância deliberativa desta entidade. O encontro tem a função de discutir as ações do sindicato, a conjuntura do país e do mundo e ainda traçar um plano de luta para a categoria até o Congresso seguinte. Também é função deste evento convocar a assembleia estatutária do sindicato, momento onde a carta magna do SINTSEF/CE, seu estatuto, é revisto e melhorado.

Para representar o coletivo dos servidores federais filiados ao sindicato, que corresponde a aproximadamente 10 mil pessoas, cerca de 500 delegados foram eleitos em seus locais de trabalho para participar do 10º Congresso do SINTSEF/CE. Para o encontro, que acontece entre os dias 28 e 31 de agosto, no município de Beberibe, foram inscritas três teses. As teses são documentos elaborados por uma pessoa ou um grupo e assinadas por outras pessoas que concordam com as ideias ali colocadas. Estas ideias versam sobre os principais pontos de pauta do Congresso e assim, norteiam as discussões dos trabalhos de grupo que formam-se no encontro.

O 10º Congresso recebeu três teses que estão aqui reunidas. Como delegado - representante dos filiados de seu local de trabalho - é seu dever dedicar-se a leitura e compreensão dos textos de cada tese, para que ao participar do 10º Congresso você possa discutir com propriedade sobre os temas aqui propostos.

**Em defesa dos direitos dos trabalhadores e contra as reformas e privatizações do governo Dilma**, o SINTSEF/CE reúne-se e luta sem cansar!

Leia, inteire-se e participe! Levemos ao 10º Congresso um discussão embasada e consciente. Um bom congresso para todos.

A Direção Colegiada



## **REGIMENTO INTERNO DO 10º CONGRESSO DO SINTSEF/CE**

### **Capítulo I – Da realização do Congresso**

**Artigo 1º** - O 10º Congresso do SINTSEF/CE realizar-se-á no período de 28 a 31 agosto de 2012, no Hotel Parque das Fontes, em Beberibe/CE.

### **Capítulo II – Dos Objetivos do Congresso**

**Artigo 2º** - O 10º Congresso tem como objetivo discutir e aprovar resoluções sobre o seguinte temário:

- Análise de conjuntura nacional e internacional;
- Balanço da Organização e da luta dos trabalhadores;
- Estratégias políticas do SINTSEF/CE junto ao movimento sindical, popular e estudantil;
- Plano de lutas;
- Convocação de Assembleia Estatutária.

### **Capítulo III – Dos organismos do Congresso**

**Artigo 3º** - São considerados organismos de deliberação do Congresso:

- 1 – Plenária Deliberativa;
- 2 – Grupos de Trabalho;
- 3 – Mesa Diretora dos Trabalhos;
- 4 – Coordenação Organizadora.

### **Capítulo IV - Da Plenária do Congresso**

**Artigo 4º** - A Plenária é a instância máxima e soberana de deliberação composto por delegados e delegadas credenciados, tendo a competência de discutir, aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, as resoluções, as propostas de plano de lutas e as moções vindas dos grupos de trabalho, observando-se o temário e o Regimento Interno. Considerar-se-á aprovada a proposta com maior número de votos.

### **Capítulo V – Dos Grupos de Trabalho**

**Artigo 5º** - Os Grupos de Trabalho, em número de dez, serão formados por delegados e delegadas, distribuídos aleatoriamente pela Coordenação Organizadora do Congresso, competindo-lhes discutir, aprovar ou rejeitar resoluções, moções e plano de lutas, respeitando o Temário em pauta, encaminhando-as à Plenária Deliberativa as que obtiverem no mínimo 20% da votação favorável dos delegados e delegadas presentes nos grupos de trabalho, no momento da votação.

**Parágrafo Único:** A mesa dos grupos de trabalho serão compostas por: 1 Coordenador, 1 Relator e 1 Secretário.

#### **Capítulo VI – Da Mesa Diretora dos Trabalhos**

**Artigo 6º** - A Mesa Diretora dos Trabalhos encaminhará as propostas vindas dos grupos, dirigirá os trabalhos no plenário e decidirá sobre a procedência de questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento, cabendo recurso ao plenário.

**Parágrafo Único** – A mesa diretora da Plenária Deliberativa será composta por um coordenador, um secretário e dois relatores, indicados pela Coordenação Organizadora e eleitos pela Plenária Deliberativa.

#### **Capítulo VII – Da Coordenação Organizadora do Congresso**

**Artigo 7º** - A coordenação de organização terá a seguinte competência: organizar, instalar e apresentar uma proposta de Regimento Interno do Congresso, submetendo-o à aprovação dos delegados no Congresso.

#### **Capítulo VIII – Do Credenciamento**

**Artigo 8º** - O credenciamento dos delegados será efetuado no local do Congresso, no dia 28/08/2012, das 7h às 15h e no dia 29/08/2012, das 8h às 12h o credenciamento dos suplentes.

**Parágrafo Único** – Quando o delegado renunciar por escrito, o suplente imediato poderá se credenciar no mesmo período dos delegados, mediante apresentação do documento de renúncia do delegado.

## Capítulo IX – Dos participantes

**Artigo 9º** - Os delegados e delegadas eleitos, dentre os filiados, em assembleia nos locais de trabalho, participarão com direito a voz e voto.

## Capítulo X – Da apresentação das Teses

**Artigo 10** – As teses inscritas ao Congresso serão apresentadas por delegados com tempo máximo de 15 minutos para cada tese.

## Capítulo XI – Das Disposições Gerais

**Artigo 11** – Cada delegado credenciado terá direito a um voto em cada processo de votação.

**Artigo 12** – Só poderá haver recurso à matéria já discutida e votada, se apresentado imediatamente após o anúncio do resultado da votação.

**Artigo 13** – As questões de ordem, esclarecimento, recurso e encaminhamento devem dizer respeito ao assunto em discussão e devem ser dirigidas à mesa. Não caberá declaração de voto nesse caso.

**Parágrafo Único** – Não caberá questão de ordem, de esclarecimento e encaminhamentos durante o regime de votação.

**Artigo 14** – Na hipótese de abstenção, será aceita a declaração de voto, com um tempo de 01(um) minuto. Não será concedida declaração de voto para o defensor da proposta votada.

**Parágrafo Único** – As declarações de voto devem dizer respeito ao tema em discussão.

**Artigo 15** – A votação será através de levantamento de crachá, não sendo permitido voto por procuração.

**Artigo 16** – O tempo de cada intervenção nos grupos e nas plenárias será de 03 minutos, exceto o previsto no artigo 10 deste Regimento Interno.

**Artigo 17** – A Plenária e os Grupos só deliberarão qualquer matéria se estiverem presentes pelo menos 50% + 1 dos Delegados credenciados.

## **Capítulo XII – Da Programação**

### **28 de agosto de 2012 - terça-feira**

14h - Abertura

15h30 - Discussão e aprovação do Regimento do 10º Congresso

17h - Apresentação das Teses

### **29 de agosto de 2012 - quarta-feira**

8h – Análise de Conjuntura Nacional e Internacional

- A crise mundial e o reflexo político-econômico no Brasil

10h30 – Balanço da Organização e da Luta dos Trabalhadores

- Balanço do movimento dos servidores públicos diante da crise

14h – Balanço da Organização e da Luta dos Trabalhadores (continuação)

- Balanço do movimento dos servidores públicos diante da crise

16h30 – Estratégias políticas do SINTSEF/CE

- O processo histórico do desmonte do serviço público e o papel dos servidores

### **30 de agosto de 2012 - quinta-feira**

8h – Organização dos Grupos

9h – Início dos trabalhos em Grupo

14h – Continuação dos trabalhos em grupos

### **31 de agosto de 2012 - sexta-feira**

8h – Apresentação do Consolidado dos Grupos

9h - Plenária

## TESE 1

### TESE DA TENDÊNCIA REVOLUCIONÁRIA SINDICAL (TRS)

Construir a greve geral dos servidores para derrotar os ataques do governo Dilma! Abaixo a política de “compromisso nacional” da CUT, Força Sindical, CTB e CSP-Conlutas com os patrões! Fora as garras da Otan da Líbia, Síria e Irã!

### APRESENTAÇÃO

Apresentamos ao conjunto dos delegados ao 10º Congresso do SINTSEF-CE a tese da Tendência Revolucionária Sindical (TRS). Nosso objetivo é contribuir com as discussões visando armar o conjunto da categoria de um programa classista e revolucionário capaz de enfrentar os ataques do governo Dilma e impulsionar um pólo de luta entre a vanguarda para defender que nosso sindicato seja independente diante do governo do PT e sua central sindical, a CUT, se constituindo em um instrumento de combate a nefasta política da frente popular. Por sua vez, nossa tese também se dedica a analisar a conjuntura internacional em um momento onde o imperialista avança em sua ofensiva contra os povos e nações oprimidas, inclusive apoiando a falsa “revolução árabe” no Oriente Médio como cortina de fumaça para sua nova cruzada neocolonialista.

Esperamos que essa plataforma programática sirva aos ativistas e lutadores da categoria para neste Congresso aprovarmos um plano de luta capaz de romper com a política de colaboração de classes imposta pela frente popular, que particularmente tem como efeito

desastroso o arrocho salarial ao funcionalismo. Com nossa tese ajudamos a assentar as condições políticas para a construção da greve geral dos servidores públicos federais e a edificação de uma alternativa de direção classista em nosso sindicato, na CONDSEF e no movimento de massas.

## CONJUNTURA NACIONAL

### GOVERNO DILMA, UM INIMIGO DOS TRABALHADORES A SER DERROTADO NA LUTA DIRETA.

O governo Dilma acaba de aprovar o Funpresp, privatizando a previdência dos novos servidores. Trata-se de uma profunda derrota do funcionalismo, um “feito” que governo do PT conseguiu com o apoio do PSDB no parlamento. Com a aprovação do Funpresp a frente popular provou como impõe a paralisia ao movimento de massas diante de ataques profundos, como foi a privatização de nossa previdência. Não houve resistência! A CUT e a Condsef, assim como a própria Conlutas, não chamaram a greve geral nacional nas bases, se limitaram ao lobby sobre os deputados corruptos. Desta forma, o governo petista se fortalece ainda mais junto à burguesia porque demonstra que, diferente do tucanato, consegue impor derrotas históricas sem a reação dos trabalhadores. Os novos servidores vão pagar um preço alto no futuro, já que esse “fundo” privado será controlado pela máfia petista que aplicará nosso dinheiro no mercado financeiro a serviço dos grupos capitalistas, podendo inclusive não pagar o “complemento” quando os servidores forem se aposentar como já ocorreu na em outros países.

Diante da paralisia imposta pelas direções sindicais “chapa-

branca”, o governo Dilma se sente à vontade para debilitar nossa organização sindical, inclusive atacando o direito de greve. Em nome da “regulamentação”, a frente popular vai ditar normas ainda mais draconianas para multar os sindicatos e criminalizar as lutas. Nesse sentido, a única forma de responder a essa medida é justamente realizando uma forte resistência nas bases, mas esse combate de classe, denunciando o governo como um agente da burguesia é travada porque os sindicatos em sua maioria estão nas mãos da CUT e do PT. Os que são controlados pela Conlutas/PSTU se limitam a fazer marchas de lobby a Brasília como ocorreu em março ou no dia nacional de luta de 17 de abril ou na marcha lobbista de 5 de junho, sem apontar uma política alternativa. Nós da TRS avaliamos que estamos em uma fase de claro retrocesso do movimento dos servidores, com suas lideranças cooptadas pelo governo. Portanto, a tomar como exemplo a privatização de nossa previdência, desgraçadamente prevemos que o projeto de ataque a nosso direito de greve vai passar facilmente no Congresso Nacional.

Em primeiro lugar é preciso entender que este é um governo burguês, nosso inimigo de classe. Sem essa clareza é impossível combatê-lo de forma consequente. Aqui em nosso sindicato, por exemplo, a diretoria tem críticas ao governo petista, mas são pontuais porque não encaram o governo como representante dos capitalistas. Ficam reféns da política de disputar os rumos do governo. Derrotamos a corrente “O Trabalho” (PT) nas últimas eleições sindicais, mas não se conseguiu avançar para um programa revolucionário de um combate de princípios a frente popular. Sequer se desfilou a entidade da CUT, apesar de nós da TRS defendermos essa medida. Porta-voz dos banqueiros, empresários e latifundiários,

mas tendo o apoio das direções sindicais, esse governo é ainda mais nocivo que os governos burgueses clássicos, como o do PSDB, por exemplo, porque impõe um retrocesso na consciência dos trabalhadores e sua vanguarda, desarmando qualquer resistência mais profunda aos ataques que impõe a serviço dos interesses da burguesia.

Vários dirigentes da CUT e da Condsef, nossa confederação nacional, já no primeiro governo Lula foram servir diretamente ao Palácio do Planalto, assumindo cargos de confiança. Luiz Marinho, ex-presidente da CUT, foi ministro do Trabalho e depois da Previdência. Hoje é prefeito de São Bernardo do Campo, servindo as grandes montadoras que superexploram os operários. Como se pode ver, é uma situação que impede a independência de nossa luta. Houve uma tentativa de romper com esse quadro a partir da criação da Conlutas e da articulação de sindicatos mais combativos do funcionalismo, mas esse processo fracassou porque o PSTU e o PSOL não tem uma política alternativa a frente popular, no máximo criticam o governo para fins eleitorais. Por isto, a CUT que se enfraqueceu em um primeiro momento junto ao funcionalismo acabou se recompondo no movimento pela ausência de uma verdadeira alternativa classista. Nós da TRS, dentro de nossas pequenas forças, lutamos por apontar o caminho do sindicalismo revolucionário contra a política de colaboração de classes da CUT e a impotência da Conlutas.

Por outro lado, essa mesma burocracia sindical leva hoje a frente uma escandalosa política de colaboração de classes com o governo Dilma, materializada no chamado “compromisso nacional” com os patrões da construção civil e as grandes empreiteiras que

abocanham as obras do PAC. Desde a CUT, passando pela CTB até a CSP-Conlutas levam uma política de aberta integração ao Estado burguês, apresentando-se como centrais domesticadas que se nega a impulsionar a luta direta contra o governo Dilma. Por essa razão é necessário romper com esse pacto social implícito estabelecido no país e apostar na luta direta contra o governo e os patrões

### A SERVIÇO DE QUE E DE QUEM ESTÁ A CPI DO ESQUEMA CACHOEIRA?

Com os escândalos de corrupção estourando todos os dias, nada melhor do que uma CPI para que o regime político possa encenar para a população que está havendo algum tipo de apuração sobre o desvio bilionário de verbas. Essa é justamente a lógica da CPMI do esquema Cachoeira que foi instalada no Congresso Nacional, tendo não por coincidência o apoio do governo Dilma, da oposição demotucana e do PSOL. Diante desse enredo cabe a singela pergunta: a serviço de que e de quem está sendo armado esse teatro? A resposta é simples, trata-se de um claro diversionismo montado por todos os partidos da ordem para manter tudo exatamente como está, o saque ao botim estatal em todas as esferas da “república”, eliminando as figuras mais indesejáveis, que já podem ser descartadas para não comprometerem os esquemas de corrupção. Nesse sentido, nomes como Carlinhos Cachoeira, Demóstenes Torres e até mesmo Agnelo Queiroz devem ser rifados em um acordo que, no fundo, salvaguarda os interesses das oligarquias regionais e seus governos que sangram os cofres públicos. Obviamente, haverá a disputa entre PT e PSDB/DEM para atingir um ou outro político burguês de ambos

os lados, mas isso faz parte de jogo, pois não há circo sem palhaços para “alegrar” a plateia.

Do ponto de vista da frente popular não há qualquer interesse em aprofundar as investigações, já que apesar das cachoeiras de lama estarem atingindo neste momento principalmente figuras da oposição conservadora e seu principal órgão de imprensa, a revista Veja, a qualquer momento uma nova denúncia pode respingar em dirigentes do PT, PCdoB, PMDB... Não esqueçamos, por exemplo, que a Construtora Delta tem esquema com todos os partidos e governos nas três esferas, já que os desvios de verbas, comissões e propinas são inerentes ao próprio Estado burguês, beneficiando sem “discriminação” aqueles que o gerenciam. A construtora pertencente a Fernando Cavendish, que tem Carlinhos Cachoeira como intermediário, serve tanto aos esquemas de Cabral “caveirão” (PMDB) no Rio de Janeiro, amigo íntimo de seu dono, como de Marconi Perillo (PSDB) em Goiás. A lista é imensa e não cansaremos nossos leitores em mais exemplos ilustrativos. Porém, é importante ressaltar que a Delta é responsável pelos maiores contratos de obras do governo federal, inclusive as que têm financiamento do BNDES para os projetos de Eike Batista e do PAC! O próprio José Dirceu já prestou “consultoria” para a Delta! O nervosismo de Ideli Salvati, ministra das relações institucionais, frente a “seu” escândalo das lanchas, demonstra que o horizonte desta CPI é curto neste mar de lama. Ao que parece só quem de fato está ameaçado no campo da frente popular de perder o mandato é o governador Agnelo Queiroz, mas se ocorrer tal “queda” esta já faz parte das tradições de Brasília, cujo governo, mais do que qualquer outro no país, não passa de uma gerência a serviço das grandes empresas prestadoras de serviço ao Estado.



Já a oposição conservadora não tem muito a perder e esta vendo se conseguirá tirar algum dividendo eleitoral da farsa. Está fora do governo federal há mais de oito anos e tem poucos governadores, restando fundamentalmente Marconi Perillo (PSDB), que é um homem com boas relações com Lula e o Palácio do Planalto. Dificilmente sofrerá maiores problemas, Demóstenes deve cair sozinho com alguns outros peixes pequenos, como recomenda a regra das máfias burguesas. Como Cachoeira tem base em Goiânia, as coisas devem parar por aí, com outros intermediários assumindo seu papel, já que o empresário/bicheiro caiu justamente porque estava concentrando grande número de negociatas com muitos políticos ao mesmo tempo. Obviamente que a “oposição conservadora”, já bastante queimada em todo esse episódio, deve continuar amargando a redução de seu peso político das eleições municipais, com a disputa pelas prefeituras sendo vencida pelo imenso arco de partidos que sustentam a gestão de Dilma Rousseff.

O fato novo do episódio Cachoeira é que suas correntezas de corrupção chegaram ao PSOL, partido que se apresentava até então como paladino da “ética da política”. O envolvimento de Elias Vaz, do MTL e vereador de Goiás com Cachoeira é apenas uma expressão de como se comporta o PSOL pelo resto do país, muitas vezes na qualidade de laranja da oposição conversadora e beneficiário de seus esquemas. A chamada “esquerda” do PSOL (CST, LSR, CSOL...) está calada com o envolvimento de nomes do partido no esquema Cachoeira, preferindo fingir-se de louca e denunciar, como fazem os morenistas que “Governo e oposição já operam para abafar os podres de cada um, colocando ninguém menos que José Sarney para articular a CPI. Uma das provas é que marginalizam o PSOL, único



partido que defende que a CPI seja pra valer e investigue todos os criminosos”. Em resumo, a CST pede uma “CPI pra valer” e silencia com o envolvimento do dirigente do MTL. Já o PSTU vai ainda mais longe. Além de manter suas alianças partidárias e sindicais com o MTL aderiu novamente às manifestações da extrema-direita anunciando que “nos somamos à convocação da III Marcha Contra a Corrupção, que acontecerá no dia 21 de abril em várias cidades do país, para dar um basta na corrupção e acabar com a impunidade” (Sítio PSTU). Lembremos que esses “indignados”, muitos dos quais empresários, profissionais liberais e “mauricinhos” de classe média, não aceitam a participação de organizações de esquerda no movimento, por mais domesticadas à democracia burguesa que estas estejam, como é o caso do PSTU e PSOL.

A CPMI do Cachoeira, na verdade, é mais uma manobra distracionista do governo Dilma, montada com o apoio das “oposições” para proteger as máfias da corrupção estatal. Aqueles que vendem seu papel moralizador do Estado brasileiro, como faz todo o arco político burguês, desde o Palácio do Planalto até o PSOL, não fazem mais que enganar os trabalhadores. O proletariado não deve nutrir a menor ilusão política no parlamento burguês, corrupto até a medula. Somente a ação direta e consciente das massas será capaz de derrotar definitivamente toda esta “elite” republicana decadente e “congenitamente” corrupta. No regime capitalista, onde a chamada livre iniciativa empresarial é uma cláusula pétrea da República, a corrupção estatal é um fenômeno recorrente e endêmico ao próprio modo de produção, não podendo ser “fiscalizada” por nenhum vestal público ou privado, como sonham em vão os reformistas de todos os naipes. Para não fugir a regra, os

arautos da democracia burguesa, defendem a instalação da CPMI, para que a própria matilha de corruptos parlamentares emita o seu parecer “ético” sobre o novo assalto ao botim estatal.

A TRS defende que o único caminho para o povo oprimido lutar efetivamente contra a corrupção estatal é a defesa da estatização completa dos meios de produção pela via da revolução socialista e da instauração da ditadura do proletariado. Semear a ilusão da possibilidade de um “controle social” do Estado burguês, determinando o estabelecimento de “regras de conduta” aos gestores públicos significa uma verdadeira fraude ao marxismo revolucionário. A natureza da economia de mercado necessita do Estado burguês como indutor da acumulação capitalista, neste processo a corrupção estatal é um elemento indissociável do próprio capitalismo, independente do matiz político do governo de turno.

## CONJUNTURA INTERNACIONAL

**A SÍRIA E O IRÃ NA MIRA DO IMPERIALISMO! DERROTAR A OFENSIVA  
NEOCOLONIALISTA CONTRA OS POVOS E NAÇÕES OPRIMIDAS!**

O 10º Congresso do SINTSEF ocorre em meio a uma conjuntura marcada por duas grandes questões que atingem diretamente a vida dos trabalhadores no Brasil e no mundo. Por um lado, as greves operárias nas obras do PAC, como Belo Monte e Jirau, desmascararam a nefasta política de colaboração de classes das centrais “chapa branca” com o governo Dilma e as grandes empreiteiras, implodindo o mal-chamado “compromisso nacional”

assumido pelas direções sindicais (CUT, FS, CTB, UGT, CGTB, NCST), inclusive vergonhosamente pela própria CSP-Conlutas. Já em nível internacional, o imperialismo prepara uma nova investida neocolonialista contra a Síria e o Irã, tentando reproduzir a barbárie que impôs na Líbia sob o pretexto de apoiar a fantasiosa “revolução árabe” no Oriente Médio. Esses extremos da luta de classes estão umbilicalmente ligados porque em ambos os casos os trabalhadores tem que enfrentar as direções traidoras e a esquerda revisionista que busca sabotar suas lutas para melhor servir aos patrões e aos amos imperialistas. Por esta razão, devemos lutar para que este congresso tenha um caráter classista e anti-imperialista, que empunhe a bandeira do combate contra a política de colaboração de classe com o governo Dilma e lute para que a OTAN tire suas garras assassinas da Líbia, Síria e Irã!

Para levar a frente esse combate, temos que compreender que atravessamos por uma etapa de ofensiva contra os trabalhadores e as nações oprimidas. Aquelas correntes catastrofistas, como O Trabalho do PT, que “venderam” o conto de que a crise financeira mundial era a antessala da autodestruição do modo de produção capitalista sem a intervenção consciente da classe operária através de um programa revolucionário, levaram um tapa da realidade. A burguesia mundial diante do aprofundamento do debacle financeiro na Europa jogou o ônus da crise sobre os trabalhadores, como vemos na Grécia, Portugal e Espanha... gerando demissões em massa e cortes de direitos. Longe do fim do modo de produção capitalista, estamos mais próximos da barbárie social, com o crescimento dos grupos de extrema-direita no velho mundo.

Por seu turno, o imperialismo incrementou nos últimos anos

a indústria da guerra com suas forças destrutivas para reativar a economia norte-americana, que lentamente vem se recuperando. Essa orientação serve também para conquistar novos mercados e rapinar as riquezas naturais de suas novas colônias, como vem ocorrendo agora na Líbia sob o tacão dos mercenários do CNT a serviço das transnacionais do petróleo. Como parte desse plano macabro, o Pentágono e a OTAN desferem neste momento uma brutal ofensiva política e militar para isolar e debilitar os regimes nacionalistas burgueses sírio e iraniano. A imposição de inspetores-espões da ONU na Síria e as sanções sobre o Irã para que este país ponha um fim a seu programa nuclear fazem parte da estratégia imperial dos EUA e seus parceiros europeus de eliminar os regimes e mesmo as forças políticas (FARC, Hezbollah, Hamas) que de alguma forma, mesmo limitada, sejam obstáculos a sua dominação global.

Para melhor implementar essa política, a Casa Branca vem apoiando a fantasiosa “revolução árabe”, financiando mercenários na Síria e no Irã, da mesma forma como fizeram com os “rebeldes” na Líbia e vem formando grupos de “amigos” em apoio a estes verdadeiros agentes das potências capitalistas. Desgraçadamente, a esquerda em geral e os revisionistas do trotskismo em particular como OT e o PSTU, em nome do suposto combate às “ditaduras sanguinárias” no Oriente Médio, vem apoiando essa verdadeira cruzada arquirreacionária.

Diante dessa política escandalosa os sindicalistas revolucionários da TRS rompemos com a CSP-Conlutas e não participamos de seu congresso, um fórum arquivocrático de uma central que “evoluiu” para posições abertamente pró-imperialistas, tornando-se aliada da Casa Branca na Líbia e na Síria. De nada adianta a direção da

CSP-Conlutas postar-se formalmente como “oposição de esquerda” ao governo Dilma, ainda que essa posição em nada signifique impulsionar a luta direta contra a gestão da frente popular, se a direção desta central, controlada pelo PSTU e seus satélites é entusiasta partidária dos agentes da OTAN na Líbia e na Síria. Afinal de contas, como combater a frente popular no Brasil se colocando ao lado da Casa Branca contra os governos nacionalistas burgueses atacados pelos “rebeldes” mercenários financiados pela CIA no Oriente Médio? Ainda que não tenhamos a menor simpatia com esses governos, declaramos abertamente e sem dissimulações que temos um “lado” na guerra civil da Síria como tivemos na Líbia, o nosso campo é frontalmente oposto aquele que o imperialismo e seus “amigos-abutres” apostam suas “fichas”. Impedir que a OTAN abra um corredor militar desde a Síria, passando pelo Líbano, para atacar o Irã, é neste momento a tarefa central da classe operária internacional em seu combate revolucionário e anti-imperialista.

É preciso estar ao lado da Síria e do Irã contra o imperialismo, lutar pela vitória militar das nações oprimidas, para depois de seu triunfo e com o ascenso das massas por sua vitória contra o maior inimigo dos povos, combatermos pela derrubada destes regimes decadentes. Assim fizeram os trabalhadores latino-americanos na invasão imperialista das Malvinas pela Inglaterra em 1982, há exatamente trinta anos, mesmo estando a Argentina sob o tacão da sanguinária ditadura militar de Galtieri. Levantaram a necessidade da formação de uma frente única com a ditadura durante a guerra, rechaçando a posição pró-imperialista dos pacifistas sociais-democratas de “Não a Guerra! Nem Thatcher, nem Galtieri!”.

A TRS conclama neste 10º Congresso do SINSEF que lutemos para

derrotar as investidas das grandes potências capitalistas porque sabemos que Assad e Amardnejad eliminados pelos imperialistas representa o triunfo da contrarrevolução. Esta bandeira é o melhor método para que cada proletariado nacional combata sua própria burguesia “doméstica”, como o governo de frente popular no Brasil, cúmplices do imperialismo e sua ofensiva contra os povos.

## CAMPANHA SALARIAL

**CONSTRUIR A GREVE GERAL DOS SERVIDORES PARA DERROTAR OS ATAQUES DO GOVERNO DILMA!**

A campanha salarial deste ano está muito fraca, apesar dos virulentos ataques do governo Dilma. Ocorreu agora nos dias 3 e 4 de março a Plenária Nacional da CNESF (Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais) para discutir os rumos da luta. Mas este fórum, sob o controle do PSTU e PSOL está amarrado a uma “unidade” com as entidades ligadas a CUT, o que em si é um erro, já que esta central, junto com a CTB, deseja engessar o combate ao governo Dilma. Além disso, a própria Conlutas e a Internsindical apostam na via de pressão parlamentar e no “diálogo” com o governo. Sob a ótica dessa política haverá nesse mês uma Jornada de Lutas, ocorreu de 12 a 16 de março em conjunto com as ações de outros movimentos. Em 28 de março convocou-se a marcha nacional unificada em Brasília, com sua inofensiva volta olímpica nos ministérios. No início de abril os servidores debateram a necessidade de se iniciar uma greve geral por tempo indeterminado, mas as direções apontarem apenas o dia nacional de luta em 25/04.

Esse dia nacional de paralisação foi importante para avançar na mobilização da categoria, que ainda segue na perspectiva de realizar uma greve geral no setor. A julgar pela disposição mostrada neste dia, temos um quadro difícil mas é necessário transformar em realidade a centralização das lutas já no próximo período. Ocorreu a paralisação de 48 horas entre os servidores das Universidades em 9 e 10 de maio e os docentes das universidades federais estão em luta. Neste dia 2 de maio, o Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Federais voltou a se reunir para fazer um balanço do dia de paralisação e definiu um calendário de continuidade para a Campanha Salarial. Como o governo não avançou um milímetro na pauta de reivindicações, as entidades exigiram uma nova reunião e estabelecer um prazo para a Secretaria de Relação do Trabalho (MPOG) atender às demandas da categoria em mais uma mesa de enrolação. Como o governo já anunciou que não atenderá as reivindicações dos servidores, é necessário construir a greve geral por tempo indeterminado de todo o funcionalismo.

A greve geral do funcionalismo convocada pela Condsef para o dia 18 de junho não passou de uma manobra midiática já que os principais sindicatos do país e suas bases não paralisaram suas atividades. Sintomático é a conduta da direção do Sintsef-Ce que organizou uma “enquete” sobre a greve quando era necessário preparar desde as bases por locais de trabalho uma verdadeira greve da categoria.

Nós da TRS estamos intervindo nessas mobilizações, agrupando o ativismo classista e denunciando que com a política atual dessas direções é impossível vencer e será difícil até mesmo a deflagração de uma greve geral para valer na base do funcionalismo. Estamos

defendendo um programa de reposição das perdas salariais, contra a privatização da previdência e pelo direito de greve, com o eixo “Governo Dilma, inimigo número 1 dos servidores” buscando desmascarar não só o governo, mas seus agentes dentro de nosso movimento.

## ESTRATÉGIAS POLÍTICAS DO SINTSEF JUNTO AO MOVIMENTO SINDICAL, POPULAR E ESTUDANTIL

### DESFILAR O SINTSEF DA CUT E IMPULSIONAR UM REAGRUPAMENTO REVOLUCIONÁRIO E SINDICAL

A TRS vem ao 10º Congresso do SINTSEF denunciar o papel nefasto que a CUT “chapa branca” vem desempenhando no movimento operário no sentido de engessar e sabotar as lutas diante dos profundos ataques do governo Dilma às conquistas dos servidores públicos federais. Defendemos a necessidade do rompimento político com esta verdadeira autarquia paraestatal dentro do movimento operário e a não participação da categoria nos congressos da CUT, um primeiro passo a ser dado como parte integrante de um programa de ação contra a paralisia do movimento sindical e aos duros ataques contra os trabalhadores. A atual direção do sindicato, um condomínio político que vai de setores cutistas “independentes” até simpatizantes do PSOL-Intersindical, derrotou o “O Trabalho” (PT) nas últimas eleições sindicais, mas segue em uma postura vacilante quanto ao enfrentamento direto contra os ataques do Planalto e o rompimento com sua central chapa branca. Ao não avançar rumo a um programa classista de combate a frente popular e seus agentes,

desgraçadamente abre espaços para que a CUT se recomponha na nossa categoria.

Com a autoridade política dos que chamaram a ruptura com a CUT e a construção da Conlutas quando o próprio PSTU se opunha a essa orientação, com a mesma disposição que travamos o combate no interior da Conlutas contra a política de colaboração de classes de sua direção, hoje nos da TRS declaramos que é impossível permanecer fazendo parte desta central convertida em agente do imperialismo. Esta etapa findou-se quando, a partir de 2011, a Conlutas passou de malas e bagagens para o campo da contrarrevolução “democrática” patrocinada por Obama e sua “revolução árabe”. Nesse sentido fazemos um chamado aos lutadores classistas e revolucionários neste 10º Congresso do SINTSEF para que também rompam com a CSP-Conlutas e somem-se aos nossos esforços de impulsionar pela base e nas mobilizações diretas um reagrupamento revolucionário e sindical capaz de construir um embrião de uma alternativa de direção para os trabalhadores. Sabemos que não é tarefa fácil; ao contrário, trata-se de um hercúleo desafio que depende fundamentalmente da capacidade dos setores que não se vergaram à cooptação das centrais “chapa branca”, porta-vozes do governo da frente popular no movimento operário e da disposição daqueles que fizeram a experiência no interior da Conlutas e sabem que ela está completamente esgotada como ferramenta de organização classista dos trabalhadores. Neste combate, a TRS não poupará esforços políticos no sentido de agrupar em torno de uma plataforma revolucionária todas as oposições classistas e coletivos revolucionários que estejam dispostos a estabelecer uma frente única para apresentar esse reagrupamento como um canal de expressão política às lutas dos setores operários mais explorados.

## PLANO DE LUTAS

### UNIFICAR E CENTRALIZAR AS LUTAS COM UM PROGRAMA CLASSISTA DE COMBATE AO GOVERNO E OS PATRÕES

O foco de nossas lutas é buscar o atendimento das demandas mais urgentes que incluem reajuste nos benefícios, como auxílio-alimentação, política salarial permanente com reposição inflacionária e correção de distorções, entre outras reivindicações já apresentadas formalmente ao governo e que vem sendo negociadas, ainda sem avanços significativos, junto ao Ministério do Planejamento. É justamente para garantir essas reivindicações que a mobilização dos servidores são cada vez mais importantes e fundamentais para alcançar os resultados e a vitória de nossa luta.

O governo Lula aprovou a privatização dos Hospitais Universitários criando a EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares). Neste ano, o governo de Dilma Rousseff também conseguiu aprovar a privatização da previdência do servidor público, acabando com a integralidade e criando a FUNPRES (Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal), que nada mais é do que um fundo complementar de previdência privado, no qual o servidor vai ter que recorrer para complementar seu salário após a aposentadoria.

Não bastassem esses ataques, desde 2008 não há recomposição nos salários, e mesmos os acordos firmados com algumas categorias no ano passado, ainda não foram aprovados no Congresso Nacional. É preciso mostrar para o governo Dilma-PT que sua política econômica, voltada para os interesses dos grandes empresários,

banqueiros e latifundiários, encontra forte resistência da classe trabalhadora. Tem sido assim nas grandes obras do PAC e da Copa do Mundo, onde os operários da construção civil lutam contra as péssimas condições de trabalho e os baixos salários e se expressa também na resistência e luta dos servidores federais contra a retirada de seus direitos e os cortes no orçamento da União.

Nós da Tendência Revolucionária Sindical consideramos que a política de independência dos trabalhadores é sempre produto da vontade consciente de suas direções classistas de romper com a burguesia e forjar um plano de lutas capaz de derrotar o governo. Como eixo do plano de lutas, defendemos que o centro de todo e qualquer combate deva ser a luta direta contra o governo Dilma, através da centralização das campanhas salariais, unificando-as pacientemente rumo à preparação de uma greve geral no país que aponte na perspectiva da construção de uma alternativa operária e socialista.

Em oposição à política colaboracionista da CUT, a TRS se dirige ao ativismo combativo presente neste 10º Congresso do SINTSEF para fazer um chamado no sentido de estruturarmos e impulsionarmos um pólo classista e revolucionário para organizar já, nas bases sindicais e populares, a resistência operária contra não só os ataques do governo Dilma, mas, sobretudo, contra o próprio governo da frente popular. É urgente dotar todas as lutas do campo e da cidade desse norte programático de oposição operária e revolucionária ao governo Dilma. Mas como há uma ausência completa de direção revolucionária à frente das lutas, de caráter meramente econômico, a insatisfação dos trabalhadores acaba sendo canalizada para saídas dentro do próprio regime. Sem escolher o caminho da menor

resistência, devemos fortalecer, sob uma perspectiva baseada num programa operário e anticapitalista, qualquer iniciativa de combate ao governo Dilma, conferindo uma expressão política às tendências de descolamento da Frente Popular, através do chamado a romper com CUT, construindo as oposições sindicais classistas e, desse modo, varrer o neopeleguismo do movimento operário e popular.

Como expressão do que defendemos, a TRS aponta um programa claro de combate contra o capital a partir das bandeiras imediatas e históricas dos trabalhadores e explorados do campo e da cidade:

- Salário-mínimo vital;
- Reajuste salarial e pagamento de todas as perdas;
- Escala móvel de salários com reposição de todas as perdas salariais;
- Escala móvel de horas de trabalho sem redução salarial;
- Não pagamento das dívidas interna e externa;
- Ruptura com o FMI;
- Estatização do sistema financeiro sob controle dos trabalhadores;
- Por um banco estatal único, sob controle dos trabalhadores;
- Fim das privatizações e anulação das já realizadas;
- Pelo controle operário da produção;
- Pela previdência pública sob controle dos trabalhadores;
- Pelo monopólio estatal do petróleo, energia e telecomunicações;
- Pela educação pública, gratuita, laica;
- Fim do vestibular;

- Revolução agrária e reforma agrária sob controle dos trabalhadores, com expropriação do latifúndio produtivo e das agro-indústrias, sem indenização;

- Pela autodefesa no campo;
- Construir milícias armadas;
- Nenhum apoio às greves das polícias;
- Por um governo operário e camponês;
- Pela revolução proletária em nível internacional;
- Pelo socialismo.

Assinam:

Tendência Revolucionária Sindical (TRS)

Erialdo Moura - filiado ao SINTSEF-CE

## TESE 2

### UNIDADE E LUTA PARA VENCER OS DESAFIOS

#### APRESENTAÇÃO

Esta tese é uma Contribuição ao Debate no 10º Congresso do SINTSEF/CE ela está baseada nos princípios e compromissos que constituíram o nosso sindicato em 1989: independência diante dos patrões e governos, autonomia diante dos partidos políticos, democracia operária garantindo o respeito às decisões das instâncias deliberativas, bem como sua efetiva implementação e engajamento na luta de classes na via da emancipação dos trabalhadores de toda a forma de exploração e opressão.

#### CONJUNTURA INTERNACIONAL

A situação mundial é de crise aguda do modo de produção capitalista. É todo um sistema que naufraga e não um “modelo neoliberal” que poderia ser substituído por outro “modelo” capitalista mais “humano”.

Em menos de dois anos, Grécia, Itália, Portugal, Irlanda, França, Inglaterra, Alemanha e Espanha sofreram 24 “planos de austeridade”, ditados pela “troika” (FMI - União Européia - Banco Central Europeu). Entre cortes nos serviços públicos e aumentos de impostos, foram empurrados cerca de 1 trilhão de euros para o ralo do capital financeiro. O resultado é recessão, desemprego, corte de direitos, mas também resistência dos trabalhadores e povos: greve geral em Portugal em março, manifestações de um milhão e meio na Espanha

em 19 de fevereiro e na Itália, greves gerais sucessivas na Grécia etc.

A recente greve geral de 120 milhões de trabalhadores na Índia, um dos “emergentes” de grande crescimento econômico segundo a mídia (com o povo na miséria), é mais uma prova do caráter global da crise e também da resistência dos trabalhadores e povos.

A existência do G20 em nada altera a situação, pois o poder de decisão continua nas mãos do imperialismo mais poderoso, os EUA, cabendo aos demais países, como os chamados “emergentes” ou BRICS, dentre eles o Brasil, representar papel coadjuvante.

Foi em resposta aos efeitos da crise que, no norte da África, começou um processo revolucionário na Tunísia, ainda inacabado, que influenciou as mobilizações no Egito onde as massas expulsaram Mubarak do poder e hoje voltam a mobilizar-se contra a Junta Militar que o substituiu. Diante dessa situação, que não é “específica” dos países árabes e que, como na Grécia, já bate às portas da Europa, o imperialismo intervém militarmente. A guerra sempre foi para ele uma “saída” para situações de crise do sistema.

Tal como no passado fez no Iraque, transforma ex-aliados, como os ditadores Kadafi (Líbia) e agora Assad (Síria), em “inimigos da humanidade” para justificar intervenções militares que, longe de restabelecer a “democracia”, reforçam sua dominação direta sobre recursos naturais e dilaceram as nações. Ontem foi a Líbia, hoje e amanhã a Síria ou o Irã.

A posição independente das organizações dos trabalhadores só pode ser a oposição frontal a qualquer intervenção militar imperialista nestes países, de solidariedade com os trabalhadores, defendendo que as nações definam seus destinos de forma soberana.

## CONSENSO NA “GOVERNANÇA” OU RESISTÊNCIA NA LUTA CONTRA O CAPITAL?

Qual o papel de uma organização sindical neste cenário? Servir de muleta para um sistema em crise, aceitando sacrifícios dos trabalhadores para salvá-lo, ou defender todas as posições conquistadas através de muita luta – salários, direitos, empregos, liberdades sindicais e democráticas – da destruição em nome da “união de todos para sair da crise” que apregoam capitalistas e governos?

Não falta vontade de luta e resistência dos trabalhadores e povos, mas existem direções sindicais que aceitam a política do “consenso” com governos e capitalistas que vão despejar os sacrifícios nas costas dos trabalhadores. O que orienta a cúpula da CSI (Confederação Sindical Internacional) é a chamada política da “governança democrática da globalização”, que prega a colaboração dos sindicatos com as instituições multilaterais – ONU, FMI, Banco Mundial, União Européia etc – para “democratizá-las”, na verdade legitimando as suas políticas através da retórica da “participação social nas decisões” (as quais continuam nas mãos de quem sempre decidiu, o poder econômico e político a ele ligado).

Uma política que se desdobra na União Europeia onde a Confederação Européia de Sindicatos (CES) convocou manifestações em 29 de fevereiro para criticar “o tratado de austeridade permanente” que os governos adotaram em 1º de março, elogiando ao mesmo tempo em que o tratado proponha “crescimento para criar empregos”, como se isso fosse possível com o corte brutal dos orçamentos dos países membros que o mesmo exige!

Na Espanha, as duas principais centrais sindicais (UGT e CCOO),

assinaram com o governo “socialista”, que em seguida perdeu as eleições para a direita, um “pacto” de aumento da idade de aposentadoria de 65 para 67 anos! Na Alemanha, a central DGB enviou uma carta ao parlamento exigindo “medidas duras” contra a Grécia, as mesmas que vão atacar de frente os trabalhadores gregos. Direções sindicais que se negam a separar-se das instituições do capitalismo em crise, como a União Européia, que atrelam o seu destino ao destino dos capitalistas, acabam por contribuir na destruição de sua própria base de existência: os trabalhadores, seus direitos e conquistas.

Na reunião do G-20 realizada em Cannes ao final de 2011, veio a público um inédito documento comum entre o “G 20 sindical” (articulado pela CSI) e o “G 20 empresarial” que saúda “os esforços de muitos governos” para sair da crise e declara o acordo que existiria entre sindicatos e empresários dos “20 países mais ricos” (que inclui o Brasil), sobre o “piso mínimo de proteção social”!

Em junho teremos aqui no Brasil a Conferência da ONU Rio + 20. Nela as organizações dos trabalhadores são chamadas a participar, ao lado de ONGs que não representam ninguém, de instituições patronais, governos e agências do imperialismo (FMI, BM) que aplicam os planos “austeridade” contra as massas, para buscarem “em comum” medidas “criativas” para conviver com a crise do capital.

Para defender os trabalhadores e as nações contra os efeitos destrutivos da crise e impulsionar uma contra ofensiva, mais do que nunca é necessária a independência de classe das organizações sindicais diante das armadilhas “participativas” montadas para neutralizá-las e comprometê-las com a salvação do sistema capitalista em crise.

Se é inevitável que a América Latina sofra os efeitos de “contágio” da crise do sistema capitalista mundial, dado o grau de internacionalização da economia, não é inevitável que um país como o Brasil, seus trabalhadores e a maioria da nação, pague o mesmo preço que nossos irmãos de classe estão pagando, por exemplo, na Europa!

A América Latina até recentemente não sofria o peso brutal da crise (a exceção do México e países da América Central muito dependentes do mercado dos EUA). Em última análise isso se deveu à luta dos povos da região contra a política imperialista dos EUA (por exemplo, a ALCA que foi barrada), a mesma luta que levou ao poder, numa série de países, governos com base popular. Sob pressão dessa luta dos povos, esses governos adotaram políticas de distribuição de renda (salários, terras) alguns chegaram a reestatizar setores da economia. Mas, hoje todos estão submetidos às pressões destrutivas da crise e são pressionados a recuar no que avançaram. Como são governos que tem audiência nas massas, ao invés de ceder aos “investidores” e especuladores internacionais, eles podem avançar numa política de ruptura com o imperialismo e suas instituições (FMI, OMC, Banco Mundial).

## CONJUNTURA NACIONAL

Desde os dois mandatos de Lula, que a política macroeconômica vem baseada nas altas taxas de juros, na ditadura do superávit primário (bilhões para pagar juros da dívida pública, que não são investidos na melhoria das condições de vida de nosso povo) e no favorecimento ao agronegócio exportador, inimigo mortal da Reforma Agrária!

A eleição de Dilma não mudou esse cenário. Seu governo conta com a presença reforçada do PMDB (vice e ministérios importantes), um tradicional inimigo dos trabalhadores. Não houve avanços nas reformas estruturais que a construção de um Brasil soberano exige (reforma agrária, tributária, até mesmo a tímida reforma política não passou pelo crivo dos “aliados”, o que coloca a discussão sobre uma Assembleia Constituinte Soberana que dê a palavra ao povo).

O ano de 2012 começou com um novo corte no Orçamento Federal de 55 bilhões (em 2011 tinha sido de 50 bilhões), na privatização de três aeroportos (Guarulhos, Viracopos e Brasília) e com a aprovação pela “base aliada” do Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Federais que reduz o teto da aposentadoria e desvia dinheiro público para o sistema financeiro privado.

Metade dos cortes do Orçamento atingem investimentos do governo. A Educação perde R\$ 1,9 bilhões e a Saúde R\$ 5 bilhões. Outros R\$ 13 bilhões são cortados de ministérios como os da Assistência Social, Integração Nacional, Cidades, Transportes, Agricultura e Desenvolvimento Agrário. Além disso, R\$ 7,7 bilhões em benefícios previdenciários. Toda a verba do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste e do complemento do governo federal ao FGTS foi eliminada.

O governo alega que precisa ter “responsabilidade fiscal”. A quem afinal o governo deve os R\$ 1,8 trilhões (quase 40% do PIB) de dívida pública? Bancos, fundos de investimento e seguradoras são donos de 75% dos títulos federais. Estrangeiros detêm outros 11%. O negócio principal deles é viver dos juros do governo. Por isso a CUT deve continuar defendendo o Fim do Superávit Primário.

Ora, a maioria do povo e dos trabalhadores votou na candidata do PT, Dilma, para barrar a volta dos privatistas tucanos e pelas mudanças estruturais necessárias para fazer do Brasil um país que atenda às reivindicações represadas de seu povo. E o movimento sindical, pelo papel que jogou nesse processo, tem toda a autoridade e o dever de cobrar do governo Dilma outra política, diferente da que vem sendo aplicada em nome da “austeridade para enfrentar a crise”.

É preciso outra política, que valorize os salários nos setores públicos e privado, fortalecendo assim o mercado interno. É preciso a Reforma Agrária, acabando com o latifúndio e incentivado o pequeno produtor, é preciso romper com o pagamento de juros aos especuladores e com o incentivo ao agronegócio.

O Brasil não pode ser um exportador de “commodities” para um mercado mundial em retração, respeitando o “livre jogo do mercado” que escancara as fronteiras para importados de todo o tipo, o que já provoca uma perigosa desindustrialização do país, onde quem perde empregos são os trabalhadores (pois os capitalistas locais, sócios menores de multinacionais, acabam se virando, fechando fábricas aqui e abrindo em outro país com mão de obra mais barata).

A atual política de juros altos, para atrair capital externo que foge do atoleiro europeu ou da recessão nos EUA, combina a especulação com a desnacionalização da economia e, ao contrário de defender o Brasil da crise, aumenta a sua vulnerabilidade. Ao contrário de ficar ao sabor das “oscilações do mercado”, o governo federal deve intervir e garantir a estabilidade no emprego (na Zona Franca de Manaus 5 mil trabalhadores foram demitidos), centralizar o câmbio (estabelecendo diferentes cotações dólar/real para diferentes produtos e serviços), taxar os importados com similar produzido aqui.



A constituição de um governo de ampla coalizão, com um papel reforçado do PMDB (partido que congrega setores dos mais corruptos e oportunistas da classe dominante brasileira) e outros “aliados” de ocasião estabelece limites a este governo. Do ponto de vista dos trabalhadores, o mandato dado ao Governo Dilma pelas urnas e pela vontade majoritária dos trabalhadores é o de romper com a atual política que parece fazer do vencidos (PSDB, DEM, PPS) os vencedores, e constituir novas instituições (por exemplo, pela convocação de uma Assembleia Constituinte Soberana) que permitam adotar as medidas necessárias de proteção da nação e dos trabalhadores.

Afinal, quem pode acreditar que um parlamento manietado por um Senado cuja composição desrespeita a proporção de eleitores na sua escolha (o que também é verdade para o Congresso Nacional como um todo!), este Judiciário manietado aos interesses dos capitalistas e ao Estado podem promover as mudanças necessárias?

Os derrotados nas urnas, através da grande imprensa que controlam, tentam pautar o governo na aplicação dos planos de ajuste ditados pelo FMI: corte de gastos públicos é o lema agitado. Isso significa sucateamento do setor público, contenção de salários dos servidores, falta de investimentos do Estado na infra estrutura e na defesa da nação das consequências da crise. O mais grave, entretanto, é a atitude responsiva do governo a tais pressões, como agora, na concessão (privatização) dos três principais aeroportos do país ou, no caso das universidades, na transferência da gestão dos Hospitais Universitários Públicos para uma empresa fundada nas regras da iniciativa privada e a instituição do regime de previdência complementar que desvia dinheiro público para o sistema financeiro privado e acaba com a aposentadoria integral dos servidores federais.



Além dos mais de R\$50 bilhões contingenciados pelo governo ano passado, foi anunciado pela Ministra do Planejamento o corte de outros R\$55 bilhões do orçamento de 2012 (5,5 bilhões na Saúde e 2,5 bilhões na Educação). Isso reforça a inevitável constatação de que até agora o governo Dilma tem mostrado que saúde, educação, e demais setores responsáveis diretos pelo atendimento à população não estão entre as prioridades do governo.

Defendemos uma política que proteja a nação isso significa exigir a realização da Reforma Agrária (paralisada pelos interesses ruralistas que se abrigam não só na oposição, mas, inclusive na “base aliada” do governo); que a riqueza do Pré-sal seja utilizada para melhorar as condições de vida de nosso povo, que a política de valorização do salário mínimo avance mais rapidamente, que os investimentos necessários sejam feitos no serviço público e a valorização dos servidores, fim da política de superávit primário (recursos “economizados” pelo governo federal para pagar as dívidas aos banqueiros e especuladores), a revogação da Lei de Responsabilidade Fiscal (que privilegia o pagamento das dívidas e bloqueia o atendimento das reivindicações dos servidores).

O SINTSEF/CE deve lutar pela revogação da Lei que autoriza o governo a criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), que será responsável por gerir os Hospitais Universitários. Excluindo assim, do âmbito das universidades a gestão desses hospitais, tirando deles o caráter de formação. Isso representa a morte anunciada dos hospitais universitários, a banalização das instituições, reduzindo-as a meras prestadoras de serviços na área da saúde.

Como também deve apoiar a luta pela redução da jornada

de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salários, e, conjuntamente com outras entidades de trabalhadores do setor público, batalhar pelo respeito ao direito de greve e pela aplicação da Convenção 151 da OIT, que garante negociações entre sindicatos de servidores e seus empregadores (nas 3 esferas de governo: municipal, estadual e federal).

O 10º congresso SINTSEF/CE deve exigir do governo o reforço do papel do Estado na economia, retomando o que os tucanos privatizaram. Deve exigir que se garanta o Pré-sal para a nação, com uma Petrobras 100% estatal como propõe a Federação Única dos Petroleiros, retomando o monopólio estatal do petróleo e que o governo Dilma volte atrás na privatização dos Aeroportos (anulando as três já realizadas e cancelando as que estão na fila). Lutar pela revogação da lei 12.618/12 que institui a previdência complementar dos servidores federais.

Aplicar essas medidas implica para o governo romper com “aliados” ruralistas ou que defendem interesses contrários aos do povo trabalhador, que se rompa com eles. Os trabalhadores e os setores populares darão base de sustentação a decisões de governo que venham nessa direção!

### UM ANO DE DILMA, QUAL A SITUAÇÃO NO CAMPO?

A reforma agrária é questão central para o estabelecimento da soberania nacional. Ainda mais diante da crise do capitalismo. Por fim à brutal concentração de terras no país torna a reforma agrária uma medida essencial para o fortalecimento do mercado interno.

O Orçamento de 2012, em relação a 2011, prevê uma redução de verbas para a reforma agrária.

Para 2012, de acordo com a Lei Orçamentária, está prevista, no que diz respeito às ações de obtenção de terras, uma drástica redução de 28%, em relação a 2011, e de 31,2%, em relação a 2010. Além disso, a assistência técnica, já comprometida em orçamentos dos anos anteriores, ainda sofrerá uma redução de 30%, em relação a 2010.

Para implantação de infra-estrutura, o orçamento prevê uma perda de 8%, em relação a 2011.

Desde o primeiro mandato de Lula, o então Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, respondia negativamente às reivindicações por terra para quem nela trabalha, alegando a necessidade de garantir o Superávit Primário para pagar os juros da dívida pública. O orçamento de 2012 amplia os 44,05% (em 2011) para 47,19% a porcentagem destinada ao pagamento da dívida. O que significa que a política de pagar para os especuladores continua sendo o maior obstáculo ao atendimento das necessidades da nação, como a reforma agrária.

Segundo o balanço apresentado pelo INCRA, o número de assentamentos no Brasil abriga 930 mil famílias, das quais 553 mil foram assentadas entre 2004 e 2011, numa média anual que representa 69 mil famílias por ano.

No governo Dilma, foram apenas 20 mil. Esses números foram contestados pelo MST, que afirma terem sido apenas 5.735 famílias assentadas. O MST reivindica o assentamento das 180 mil famílias hoje acampadas.

Os latifundiários, em particular do PMDB que integra a coalizão de governo – a maior bancada ruralista – conseguiram aprovar a reforma que lhes interessava do Código Florestal. Antes mesmo de chegar ao

governo, como vice, o PMDB já impôs a retirada da atualização do índice de produtividade da terra do programa da coalizão. Numa situação onde a esmagadora maioria dos latifundiários no país é improdutivo. O índice que mede a produtividade da terra (1975) está muito defasado em relação às atuais condições de produção. Assim, muitas fazendas improdutivas acabam sendo classificadas como produtivas e não podem ser desapropriadas.

O 10º Congresso do SINTSEF/CE se posiciona em defesa da reforma agrária, pela atualização do índice de produtividade da terra, pelo fortalecimento do INCRA, pela aprovação no Congresso Nacional da Lei que pune os empregadores flagrados por exploração de trabalho escravo e pede a revogação do Código Florestal.

#### NENHUMA PARCERIA COM NOSSOS EXPLORADORES

Mas não é possível assistir setores importantes da base da CUT, como os metalúrgicos do ABC, participarem de uma “união” ou “parceria” com a CNI, FIESP, Abimaq e outras associações empresariais, mais os pelegos da Força Sindical, UGT e outras centrais menores, para pressionar por uma pauta que só interessa aos patrões, como a isenção de impostos e a desoneração da folha da contribuição previdenciária, em troca de uma menção genérica a “ampliar o nível de emprego” (que sabemos, pode significar ainda maior rotatividade para os trabalhadores).

Desde o seminário conjunto dos metalúrgicos da Força Sindical e da CUT com a FIESP de meados de 2011, várias atividades foram feitas junto com os empresários. Em nenhum momento os patrões abandonaram sua posição de “reduzir o custo Brasil”, “desonerar a folha de pagamento” e manter os salários “competitivos”. Todo

o tempo eles exigem menos impostos, o que significa menor investimento estatal e arrocho salarial para os servidores públicos. As organizações dos trabalhadores não podem prestar-se ao papel de massa de manobra dos empresários.

Esta colaboração com a CNI, que é contra as 40 horas, com a FIESP, com as montadoras (100% multinacionais com matrizes na Europa, EUA e Japão, para onde remetem seus lucros), e a pelegada é um tiro no pé da CUT, em tudo e por tudo contraditório com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

Como central sindical independente, a CUT deve ter uma visão lúcida sobre a evolução recente do Brasil e apresentar suas próprias posições e propostas para defender a nação e sua principal força produtiva, a classe trabalhadora, dos efeitos da crise!

Assim, nos foros internacionais em que participa – como a OIT, CSI e CSA – a CUT deve pautar a sua intervenção pela defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores – em particular a Seguridade Social e a convenção 102 da OIT, atacadas pela proposta de “Piso mínimo” - ameaçados de destruição. A CUT deve ser contra qualquer “pacto” ou “consenso” com os patrões que vise à redução ou flexibilização de direitos e salários em nome de uma crise pela qual os trabalhadores não são responsáveis. Reafirmamos que “os trabalhadores não devem pagar pela crise” e a defesa da independência e liberdade sindical para enfrentar nossos inimigos de classe e os governos a seu serviço.

A atividade da CUT deve estar essencialmente voltada para organizar e centralizar a luta dos trabalhadores brasileiros. O eixo de intervenção da CUT deve ser a luta de classe, a intervenção decidida em defesa dos interesses dos trabalhadores e da nação brasileira,

em tudo opostos aos interesses dos grandes capitalistas nacionais e internacionais. Por isso pensamos que o debate deve se dar em torno de propostas concretas as quais destacamos em nosso plano de lutas.

### PELA RETIRADA DAS TROPAS BRASILEIRAS DO HAITI

Na recente visita ao Haiti, Dilma confirmou “pelo menos mais 5 anos”, com “investimentos” de super exploração lá, e uma escandalosa restrição de vistos de trabalho aqui. No oitavo ano de ocupação que esmaga a soberania, as condições de vida do país estão mais degradadas. Depois do terremoto, cujas consequências foram agravadas e não minimizadas pela presença das tropas, em 2011 uma epidemia de cólera, trazida pelas tropas nepalesas da Minustah, já matou mais de sete mil haitianos e contaminou 525 mil. E não faltam denúncias de violência física e sexual praticadas pelas tropas de ocupação. Depois de soldados uruguaios, que estupraram um jovem de 18 anos, em dezembro passado os soldados brasileiros foram acusados de violência contra quatro haitianos.

É deste quadro de miséria, desemprego e opressão que fogem os mais de quatro mil que vieram ao Brasil e agora sofrem ameaça de deportação, depois da decisão do governo de limitar a entrada de haitianos. Atitude inédita e discriminatória, já que atinge somente os imigrantes deste país.

O Haiti precisa de médicos, enfermeiros, engenheiros, ajuda técnica e material, não de soldados e tropas de ocupação; retirada das tropas da ONU do Haiti, que os soldados brasileiros voltem para casa!

O SINTSEF/CE deve reafirmar a defesa da soberania do povo irmão do Haiti, país ocupado militarmente por tropas da ONU sob

comando militar do Brasil, com seus trabalhadores submetidos à super exploração em “zonas francas” controladas por multinacionais. Ao exigir a retirada imediata das tropas brasileiras do Haiti, o SINTSEF/CE reafirma seus laços de solidariedade e cooperação com as organizações sindicais independentes haitianas e sua luta.

O SINTSEF/CE deve pronunciar-se contra a ingerência das potências imperialistas nos assuntos internos dos diferentes países, condenando as intervenções militares feitas pela OTAN ou com cobertura da ONU.

Diante disso tudo, o 10º Congresso do SINTSEF/CE decide participar da campanha pela Retirada da Minustah (tropa da ONU que ocupa o Haiti, chefiada pelo Brasil). Combatendo a subordinação ao imperialismo dos “governos progressistas” do continente, destacando a bandeira da soberania da nação negra e defendendo a autodeterminação dos povos.

#### CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO EM DEFESA DOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Pesquisas desenvolvidas por diversas instituições, nas últimas três décadas em todos os setores econômicos e regiões do País, evidenciam o crescimento sem controle da Terceirização e a tendência, já verificado em alguns setores, de redução do quadro de empregados efetivos invertendo o número de efetivos em relação aos subcontratados/terceirizados.

Revelam também, invariavelmente, a precarização das condições de trabalho, expressa nas situações de riscos, no número de acidentes e adoecimentos, bem como nos baixos níveis salariais, maiores jornadas de trabalho, maior rotatividade, desrespeito às normas de saúde e segurança, bem como no índice de inadimplência dos direitos trabalhistas. Uma precarização atestada pelos depoimentos

dos sindicatos, das centrais sindicais, dos estudiosos do mundo do trabalho e, especialmente, pelos trabalhadores e trabalhadoras que padecem cotidianamente o flagelo da Terceirização.

No plano subjetivo, os trabalhadores, tanto terceirizados, quanto diretamente contratados, sofrem com os empecilhos à criação de identidades coletivas nos locais de trabalho. Os subcontratados, em especial, têm dificuldades para construir laços de pertencimento nos espaços onde passam a maior parte da vida e onde têm sido discriminados e tratados como de “segunda categoria”. A regulamentação das relações de trabalho no nosso país, por conseguinte, se enfraquece com a fragilização da capacidade de organização coletiva dos trabalhadores e de seus sindicatos.

Ao contrário do que é cnicamente propalado por agentes diretamente interessados, a Terceirização não gera (nem pode gerar) empregos, na medida em que não é no mercado de trabalho que se encontram as soluções para o crescimento econômico que impulsiona a criação de postos de trabalho. Ainda, é falacioso o discurso a respeito da necessidade da Terceirização para a alocação de mão de obra especializada tecnicamente, tão ou mais subordinada estruturalmente ao comando empresarial da Tomadora.

Ademais, a terceirização cria o fetiche de que na venda da força de trabalho a outrem não há subordinação, como se não operasse um deslocamento da exploração, com trabalhadores subordinados passando à estranha condição de empreendedores, empresários, parceiros, cooperativados, etc..

Por outro lado, o que se percebe é que a Terceirização, de fato, diminui o número de postos de trabalho na economia, porque os

trabalhadores subcontratados são obrigados a realizar jornadas de trabalho mais longas, estreitando as contratações no conjunto do mercado de trabalho.

Atualmente ocorre a transferência dos riscos dos negócios que envolvem tomadoras de serviços e empresas terceirizadas para os trabalhadores. Tanto a tomadora quanto a terceira contratada beneficiam-se diretamente do trabalho dos subcontratados e da intensidade de sua exploração, engendrando relações de riscos empresariais mútuos, seja do não pagamento das faturas às contratadas pelas contratantes, seja do não cumprimento de cláusulas contratuais pelas contratadas. Contudo, qualquer que seja a parte empresarial inadimplente, os trabalhadores terceirizados são os que sofrem os prejuízos, tendo seus direitos violados, em frontal contradição aos princípios elementares da ordem jurídica trabalhista.

Em síntese, são esses os resultados da Terceirização para os trabalhadores: precarização, sofrimento, adoecimento e morte. Do ponto de vista da representação sindical, uma classe trabalhadora ainda mais cindida, fragilizada. Esses efeitos já foram disseminados e produzidos. O futuro, contudo, podemos mudar.

#### CONTRA A DESONERAÇÃO NA FOLHA DE PAGAMENTO DOS TRABALHADORES

Não podemos aceitar a proposta de substituir a contribuição previdenciária dos patrões, feita sobre a folha de pagamento (20%), por um imposto sobre o faturamento das empresas, o que inicialmente o “Plano Brasil Maior” do governo federal tinha criado como “exceção” para alguns setores (têxteis, softwares, couro) e que agora pode virar regra. Há uma fila de grandes empresários no gabinete do ministro Mantega pedindo exoneração na folha da

Previdência e negociando níveis menores de imposto do que os 1,5% propostos originalmente pelo governo. E o ministro diz que está disposto a aceitar essa desoneração que é um ataque em regra ao Sistema de Previdência Pública!

Os companheiros e companheiras da CNTSS sabem bem o que isso significa para a Previdência Pública no Brasil. Fazer a Previdência depender do faturamento das empresas, ainda mais numa situação de crise, é destruir os seus fundamentos. Não é por acaso que a evolução da contribuição patronal sobre a folha de pagamento (que para o trabalhador é uma forma de salário indireto que o patrão é obrigado a pagar) sempre supera a evolução do PIB, como os técnicos do Ministério da Previdência demonstram. O governo diz que se o imposto sobre o faturamento não cobrir o que seria arrecadado com a folha, o Tesouro complementa! Pior ainda, pois os recursos da União, que poderiam ser investidos nos Serviços Públicos, por exemplo, vão suprir o que os patrões deixarem de pagar para financiar a Previdência! É o Estado defendendo o lucro privado com dinheiro público!

O SINTSEF/CE deve recusar tal política de acompanhamento da aplicação das medidas do FMI, Banco Mundial ou do G 20, que repercutem inclusive na OIT. A 101ª conferência anual da OIT (junho 2012) tem na pauta a adoção do chamado “ piso mínimo de proteção social ” (uma espécie de “ bolsa família ” que deveria substituir os regimes existentes de proteção), isso quando já existe a Convenção 102 que trata exatamente do que deve ser o mínimo em matéria de Seguridade Social (Previdência, Assistência e Saúde) e que hoje se quer “ flexibilizar ”.

## EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA NÃO AOS FUNDOS DE PENSÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

A Lei 12.618, de 30/04/2012 de iniciativa do Poder Executivo, institui o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo da União, autarquias e fundações, inclusive membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e do TCU. Ele limita o valor máximo das aposentadorias e pensões ao do Regime Geral da Previdência Social do INSS (que hoje é de R\$ 3.916,20).

Esta Lei autoriza a União a criar a entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal - FUNPRESP, com personalidade jurídica de direito privado com a finalidade de administrar e executar o plano de benefícios de caráter previdenciário estruturados na modalidade de contribuição definida, ou seja, o participante sabe quanto pagará mensalmente, mas o benefício a receber na aposentadoria dependerá do quanto conseguir acumular e dos retornos das aplicações. Esta Lei cria três fundos de pensão: um para o Executivo (Funpresp-Exe), um para o Legislativo (Funpresp-Leg), que também cuidará do TCU, e um para o Judiciário (Funpresp-Jud).

As três entidades poderão contratar os administradores externamente ou gerenciar os seus próprios planos de benefícios. O novo regime previdenciário afetará os servidores que ingressarem no serviço público a partir do início de funcionamento das novas entidades. Desses servidores serão descontados mensalmente 11% da sua remuneração até o valor do teto do Regime Geral da Previdência Social do INSS (que hoje é de R\$ 3.916,20).

Quem ganha acima desse valor e deseja uma aposentadoria maior deverá contribuir com o novo fundo de pensão com o percentual de 8,5% sobre o valor que exceder ao teto do INSS. Haverá uma contrapartida do empregador (Executivo, Legislativo ou Judiciário) no mesmo percentual do empregado. A contrapartida do empregador será limitada a 8,5% da parte do salário que exceder ao teto do INSS.

Há uma contradição muito grande do governo em aprovar justamente agora, momento de crise financeira mundial quando a conjuntura é bastante desfavorável à criação de fundos de pensão, tendo em vista que estes estão falindo ou correndo graves riscos de quebra em todo o mundo. Inclusive aqui mesmo no Brasil, um dos maiores fundos de pensão - PORTUS – está passando por intervenção da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), devido a rombo calculado em R\$ 2,7 bilhões.

A crise mundial escancarou a existência de trilhões de dólares em derivativos sem lastro que estão inundando instituições financeiras, e sendo repassados temporariamente para os denominados “bad Banks”, para posterior desova em ricos fundos de pensão. Isso representa risco real para todos os fundos de pensão já existentes, indicando ainda que não é razoável criar fundos de pensão nessa conjuntura de insegurança total diante da desregulamentação mundial do mercado financeiro. Essa crise tem mostrado que papéis classificados como de “baixo risco” se mostram como “lixo” do dia para a noite.

A Funpresp não oferecerá garantia alguma aos servidores públicos brasileiros, pois é organizada sob a forma de contribuição definida, ou seja, o benefício dependerá do funcionamento exclusivo do

mercado, o que constitui temeridade sem limites, considerando a conjuntura atual.

Esta lei não respeitou nem a tão propalada responsabilidade fiscal, pois significará aumento de despesas efetivas para a União (fato reconhecido inclusive por autoridades governamentais) sem a sua estimativa e compensação. Nota técnica da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados concluiu com argumentos contundentes pela inadequação financeira do projeto, ferindo as normas gerais de finanças públicas, inclusive a Lei de Responsabilidade Fiscal. Adicionalmente, o projeto não quantifica gastos imprevisíveis da FUNPRESP, com Taxa de Administração e Contratação de Auditoria Externa, Empresas especializadas em estudos atuariais, Assessoria ou Consultoria Técnica e Financeira, Garantidores das reservas técnicas, custódia de títulos e valores mobiliários, Serviços de análise de concessão de benefícios, folha de pagamentos, avaliação atuarial, cadastro social e financeiro dos segurados e beneficiários, além de outros serviços necessários para gestão do regime ou dos recursos. A que preço? O projeto não impõe sequer limites ou regras para tais gastos.

Diante de tudo isso, perguntamos quais são os reais motivos que levaram o governo a aprovar este fundo de pensão? Pois, o mesmo representa um verdadeiro descalabro sob todos os pontos de vista, tanto dos interesses dos trabalhadores como por parte da nação brasileira.

O 10º Congresso do SINTSEF/CE deve posicionar-se contra qualquer “reforma” da Previdência que ataca direitos adquiridos pelos trabalhadores, contra a instituição do Fundo de Previdência

Complementar e exigir o Fim do Fator Previdenciário que amputa as aposentadorias.

### EM DEFESA DA SAÚDE DOS TRABALHADORES

As ações de saúde do trabalhador têm as suas raízes no processo histórico das lutas sociais deflagradas no Brasil a partir da década de 1970. Há uma relação entre a luta pela redemocratização do Estado brasileiro no decorrer dos anos de 1980 e a mudança de postura política no enfrentamento dos eventos agressivos à saúde no trabalho. Nessa época foram constituídas as primeiras ações de saúde do trabalhador no âmbito do SUS por meio dos Programas de Saúde do Trabalhador.

A década de 1980 representa um marco histórico para a saúde do trabalhador, pois este passa a ser reconhecido como sujeito possuidor de saber e não mero consumidor de serviços de saúde. O campo Saúde do Trabalhador tem como pressuposto a participação dos(as) trabalhadores(as) no processo de avaliação e controle dos acidentes de trabalho e não se restringe à concepção de riscos profissionais e agentes causadores (físicos, biológicos, químicos, mecânicos e ergonômicos), mas reconhece outras determinações para os sofrimentos físico e mental, relacionando-as com o processo produtivo.

No final de 1990, em cumprimento a Lei Orgânica da Saúde que delega ao SUS a revisão periódica da listagem oficial de doenças originadas no processo de trabalho, foi editada a nova Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho. Ressalta-se que, ao estabelecer a relação entre doenças e trabalho num conceito mais amplo e prever a sua revisão anualmente com vistas à inclusão de novas doenças,

propiciou um avanço para novas práticas e políticas no campo saúde do trabalhador.

A edição da Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho é adotada também pelo Ministério da Previdência, regulamentando o conceito de Doença Profissional e de Doença Adquirida pelas condições em que o trabalho é realizado. Desse modo, a doença relacionada ao trabalho para fins de benefícios pode ser equiparada ao acidente de trabalho.

A participação política de trabalhadores e demais atores sociais é responsável pelas definições dos elementos de incentivo, tanto econômicos como ideológicos, do Ministério da Saúde (MS) para implantação concreta dessa área do conhecimento e de intervenção, a qual passa a ter condições concretas de ser efetivada com a implantação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CRST) em âmbito regional.

A incorporação da saúde do trabalhador pelo SUS reconhece, nos ambientes e processos de trabalho, as condições para os eventos agressivos à saúde “de quem trabalha” na perspectiva epidemiológica. Não se restringe a atender o lesionado individualmente, mas busca quantificar o número de pessoas expostas à insegurança e qualificar essas condições para posteriores mudanças.

A precariedade das condições de trabalho manifestada na violação dos direitos trabalhistas, na insegurança do posto e do ambiente de trabalho, no aumento do ritmo da produção e das exigências (pressão) interfere na saúde dos(as) trabalhadores(as) e também no modo de agir, pensar, sentir e fazer.

Houve uma processualidade contraditória, ou seja, a mudança

radical na organização do sistema de produção, marcada pela reestruturação produtiva, pela terceirização e pela flexibilização, resultou, por um lado, na redução do operariado industrial e fabril e, por outro lado, na subproletarização do trabalho expressado nas formas de trabalho parcial, precário, temporário, informal, entre tantas modalidades existentes.

Tudo isso corrobora a inflexão do movimento sindical e a pulverização da classe trabalhadora que, no início do século XXI, trava esforços para manter o emprego e gera um retrocesso histórico ao se distanciar da melhoria das condições de trabalho.

Desse modo, o fenômeno dos acidentes de trabalho passa a representar uma nova demanda à medida que não se restringe ao setor formal de caráter industrial, mas atinge o informal, com forte predominância do setor de serviços.

É necessária uma ação coordenada que busque as causas e que nelas interfiram, por isso defendemos a implementação das propostas aprovadas desde a 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, tais como:

1. Garantir a universalidade, a integralidade e a equidade no acesso aos serviços de saúde como fundamental para todos os trabalhadores e trabalhadoras, dos setores público e privado, autônomos e informais, urbanos e rurais, empregados, desempregados e aposentados. As inclusões sociais, amplas e irrestritas, abrem caminho à conquista e consolidação de sua saúde e cidadania.

2. Garantir o desenvolvimento, pelo Estado, de políticas universais, intersetoriais e integradas – Saúde, Trabalho e Emprego e Previdência Social, de inclusão social do trabalhador, com sinergismo e equidade,

contemplando ações preventivas, de promoção da saúde, de vigilância (epidemiológica, sanitária, ambiental e de saúde do trabalhador), curativas e de reabilitação, que garantam seu acesso a um atendimento humanizado, cuja consecução esteja assegurada nas três esferas de governo – federal, estadual e municipal – sem interferência política, incluindo o setor formal (público e privado) e o informal, da zona urbana e da rural, no sistema de proteção à segurança e saúde do trabalhador, com controle social e em conformidade com a legislação de saúde.

3. Garantir que os empregadores sejam obrigados a prover condições salubres de trabalho, alcançando a eliminação da monetarização dos riscos, garantindo aos trabalhadores o direito à recusa de submeter-se a ambientes insalubres, bem como o direito de aposentadoria especial e o cumprimento de todas as normas regulamentadoras de saúde e segurança no trabalho, por todos os empregadores, alcançando a eliminação dos riscos.

4. Coibir a privatização na área da saúde e segurança do trabalhador, garantindo, totalmente, a sua gestão pública e a universalidade da seguridade social, contra as organizações sociais: como por exemplo, nas ações para:

a) recompor, com números suficientes, o quadro de Auditores Fiscais especializados em segurança e saúde no âmbito dos ministérios envolvidos e o quadro de técnicos da vigilância em saúde, garantindo o cumprimento do planejamento das ações de fiscalização das condições de trabalho, direcionando-as para as atividades de maior risco de acidentes do trabalho e doenças, deixando de priorizar as ações de caráter arrecadatório e direcionando as para as ações de promoção da saúde e de prevenção de acidentes do trabalho;

b) manutenção da gestão pública do Seguro Acidente de Trabalho - SAT e da contribuição para o financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência e prevalência de incapacidade laborativa em decorrência dos riscos ambientais do trabalho.

5. Garantir a fiscalização conjunta dos Ministérios do Trabalho e Emprego, da Previdência Social, da Saúde e do Meio Ambiente, em articulação com o Ministério Público do Trabalho, onde houver trabalho em condições insalubres, perigosas e degradantes, como nas carvoarias, madeireiras, canaviais, construção civil, agricultura em geral, calcareiras, mineração, entre outros.

6. Recompôr e ampliar os quadros técnicos e administrativos do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS (Serviço Social, Reabilitação Profissional, Perícia multiprofissional), do Ministério do Trabalho e Emprego (Delegacia Regional do Trabalho - DRT e Fundacentro) e do Sistema Único de Saúde, nas três esferas de gestão, por meio de concurso público, garantindo o ingresso de equipes multiprofissionais, capazes de atender as demandas da saúde dos trabalhadores urbanos e rurais, inclusive a população indígena.

#### EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE, PELA REVOGAÇÃO DO NOVO CÓDIGO FLORESTAL

O Código Florestal é a legislação que estipula regras para a preservação ambiental em propriedades rurais. Define o quanto deve ser preservado pelos produtores. Entre outras regras, prevê dois mecanismos de proteção ao meio ambiente. O primeiro são as chamadas Áreas de Preservação Permanente (APPs), locais como margens de rios, topos de morros e encostas, que são considerados frágeis e devem ter a vegetação original protegida. Há ainda a reserva

legal, área de mata nativa que não pode ser desmatada dentro das propriedades rurais.

O antigo Código Florestal Brasileiro aprovado pelo Congresso em meados dos anos 1960 reescrevia a conservação de áreas de proteção permanentes em torno de todos os cursos de água do país, de largura proporcional à dos próprios rios. Esse mecanismo viria a ser aperfeiçoado duas décadas depois, diante de novas calamidades cada vez mais graves ocorridas especialmente nos anos de 1983 e 1984 no Estado de Santa Catarina.

Naquela época, levantamentos realizados na região mostraram que as pessoas e infra-estruturas mais atingidas pelas cheias e deslizamentos de terra foram aquelas que ocupavam as áreas muito próximas aos rios, riachos e encostas com grande declividade. Cálculos dos especialistas apontaram que os prejuízos econômicos e perda de vidas humanas teriam sido significativamente menores se as faixas de APPs fossem maiores.

O Congresso da época se sensibilizou diante dos fatos de tal gravidade e aprovou a ampliação de 5m para 30m das faixas de APP dos rios com largura inferior a 10 metros.

Enquanto em todo o mundo, legisladores discutem medidas de proteção contra o impacto do agravamento dos fenômenos climáticos em decorrência das mudanças no clima do planeta, adotam em diversos países políticas de incentivo à recuperação de florestas, no Brasil os legisladores avançam em grande velocidade um conjunto de medidas que resultará, e já tem resultado, em redução de florestas.

Na mesma época em que o Congresso Nacional aprova uma lei que envergonha o Brasil diante do mundo pela irresponsabilidade

com que impõe uma anistia ao desrespeito à lei florestal em vigor (quando desobriga de recuperar a vegetação todo o desmatamento ocorrido até 2008), 900 pessoas morreram na Região Serrana do Rio e o relatório feito pelo Governo Federal (através do Ministério do Meio Ambiente) mostrou em estudo minucioso que 92% das áreas de deslizamentos e avalanches de lama e pedra incidiram sobre áreas de ocupação humana que em sua maioria não deveria estar lá, por se localizarem em ocupações de Áreas de Proteção Permanente.

A redução das APPs nas beiras dos rios, tanto pela mudança de sua definição quanto pelo perdão a toda ocupação já realizada antes de 2008 em todo o país, vai impedir a recuperação da proteção que as matas ciliares dão para as populações vizinhas de rios. Ganha o produtor agrícola que desmatou no passado, que terá sua área de ocupação legalizada.

Em lado oposto, está toda a sociedade já que é comprovado por estudos que a diminuição dessas áreas facilita a ocorrência de enchentes que provocam mortes e prejuízos econômicos.

Para o Congresso Brasileiro, não existe pecado anterior a 22 de julho de 2008. As propostas de novo texto para o Código Florestal brasileiro estabelecem essa data como uma espécie de “liberou geral” às avessas: uma série de legalidades ocorridas antes desse dia passa a ser considerada correta mesmo que na época tivesse afrontado radicalmente a legislação em vigor. Trata-se de uma anistia a tudo que tiver sido praticado antes dessa data.

Diante de tantas referências à data de 22 de julho de 2008, o leitor pode-se perguntar qual a razão dessa escolha. De fato, ela é reveladora do sentido das alterações propostas no Código Florestal. No final de

2007, o desmatamento na Amazônia se acentuou. Quando vieram a público os dados apurados pelo monitoramento por satélites feito pelo INPE, o governo federal adotou várias medidas para inverter a curva e em 22 de julho de 2008 foi baixado o decreto 6.514, que previa multas para as propriedades que não tivessem averbado (demarcado e inscrito em cartório, portanto passível de controle e fiscalização) as suas Reservas Legais de vegetação, como já exigia a legislação em vigor.

O decreto, portanto, impunha multas a quem não registrasse qual era a área de sua propriedade que deveria ser ocupada por floresta preservada (e que, se houvesse sido desmatada, deveria ser reconstituída). Essa obrigação estava prevista em lei desde 1998, mas não havia ônus ao não cumprimento. Ao emitir o decreto, a área ambiental do governo (Carlos Minc era o ministro do Meio Ambiente) esperava obter a formalização e tornar controláveis as áreas de Reserva Legal. Em vez disso, surgiu no Congresso a reação que foi impulsionar as propostas de mudança do Código Florestal, anistiando qualquer irregularidade anterior, exatamente, àquela data.

Durante a tramitação da proposta de mudança no Código Florestal, em busca de estender o apoio na sociedade além dos setores ligados ao agronegócio, os defensores da mudança repetiram argumentos que indicavam uma grande lista de pequenos proprietários beneficiados, desde logo a agricultura familiar.

Aprovada a lei, o que se vê, quando comparados com estudos precisos sobre o perfil da propriedade agrícola familiar brasileira é que os pequenos produtores não ganham nada ao contrário, perdem por ter passado anos submetendo-se à lei em vigor, quando outros proprietários que desmataram agora terão perdão.

Em verdade, se o objetivo dos legisladores fosse beneficiar os pequenos produtores, não era necessário mudar os parâmetros do Código Florestal, já que os pequenos agricultores familiares já estavam próximos da legalidade; as mudanças, aprovadas, vão beneficiar outros segmentos, deixarão em situação confortável, regularizados perante a lei, principalmente grandes propriedades que praticaram ilegalidades no passado, sejam agricultores, madeireiros, criadores de gado, mineradores, produtores de camarão etc. São esses que ganharão com aprovação da lei.

A anistia ao desmatamento ilegal anterior a 2008 (quando as políticas de redução do desmatamento já eram amplamente conhecidas no país todo) vai dizer aos proprietários que não é preciso cumprir a nova lei, como não foi necessário cumprir a lei anterior. Por isso, não vemos chance de que venha a ocorrer reflorestamento, como acenam os defensores das mudanças na lei atual.

### AS ENDEMIAS NO BRASIL NO SÉCULO XXI

Convencionou-se no Brasil designar determinadas doenças, a maioria delas parasitárias ou transmitidas por vetor, como “endemias”, “grandes endemias” ou “endemias rurais”. Essas doenças foram e são: a malária, a febre amarela, a esquistossomose, as leishmanioses, as filaríases, a peste, a doença de Chagas, além do tracoma, da boubá, do bócio endêmico e de algumas helmintíases intestinais, principalmente a ancilostomíase.

A lógica era o impacto dessas doenças em saúde pública. Ainda hoje, esta conceituação de “endemias” é adotada pelo Ministério da Saúde. Essas doenças, predominantemente rurais, constituíram a preocupação central da saúde pública brasileira por quase um

século, até que diversos fatores, notadamente a urbanização, desfizeram as razões de sua existência enquanto corpo homogêneo de preocupação. Neste artigo, procuramos analisar a evolução das políticas e estratégias de seu controle.

Nota-se no Brasil, a completa falta de controle de doenças como a malária, cólera, leishmaniose, dengue, tuberculose, meningites, tracoma, entre outras.

Nos últimos anos, as cifras da malária beiram os 600.000 casos anuais (95% na região Norte e Centro Oeste), sem que os serviços de saúde tenham qualquer impacto na disseminação da doença.

A Cólera se espalhou pelo continente americano a partir de 1991 e atualmente no Brasil, já foi incorporada como uma doença endêmica, principalmente em regiões pobres do Nordeste e Norte do país.

O Dengue pulsa em epidemias explosivas, estremadas pela transmissão endêmica em várias regiões brasileiras. Atualmente no CO, NE e SE epidemias de Febre Hemorrágica do Dengue já são realidades no Rio de Janeiro (1991 e 1995), Ceará (1994). Os vetores e o vírus se disseminam sem cerimônia por vários estados brasileiros.

A Leishmaniose toma fôlego em São Paulo, onde são identificados focos de transmissão autóctone em vários municípios do estado.

O Tracoma tem sido diagnosticado no estado de São Paulo e em outros estados brasileiros mostrando que a dimensão do problema não foi sequer avaliada.

Em todo o mundo milhares de indivíduos estão impedidos de alcançar todo o seu potencial produtivo por não gozarem das condições mínimas de saúde. Entre os fatores responsáveis por essas

deficiências, encontram-se as doenças parasitárias. As parasitoses intestinais, dentre elas, as geohelmintíases são as doenças infecciosas mais prevalentes em todo o mundo.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de um bilhão e 450 milhões de indivíduos estão afetados por *Ascaris lumbricoides*, um bilhão e 300 milhões por ancilostomídeos e um bilhão e 50 milhões por *Trichuris trichiura*. Estimativas anteriores calculavam em torno de 200 milhões o número de pessoas parasitadas por *Giardia lamblia*. Diarreia, desnutrição, anorexia e dor abdominal são algumas das conseqüências das parasitoses intestinais. São alguns exemplos de enfermidades endêmico-epidêmicas que circulam pelo país com grande impacto na morbi-mortalidade.

Certamente, as epidemias e endemias tem raízes históricas e sociais, cujos principais determinantes são as precárias condições de vida da população, as formas de ocupação do espaço e a falta de acesso aos serviços e equipamentos urbanos.

Porém, o papel das instituições de saúde no controle das doenças epidêmicas é de grande impacto e relevância.

Em épocas passadas, campanhas sanitárias específicas lograram o controle, e mesmo a eliminação de várias doenças no território nacional, como a febre amarela urbana, a varíola e mais recentemente a poliomielite, mostrando com radicalidade a capacidade dos serviços.

As ações médico-sanitárias têm grande potencial de interferência na situação epidemiológica do país. Este é o campo da saúde pública, parte do nosso objeto de trabalho. Estão aí nossas responsabilidades teóricas e operacionais.



Com que instrumentos enfrentar hoje, as endemias e epidemias que circulam pelo país e particularmente pelo estado de São Paulo?

A Constituição de 1988 ampliou o dever do Estado na área da saúde, com objetivos de aumentar a cobertura, distribuir melhor os recursos e facilitar o controle social. Consolidou em forma de lei, as propostas de descentralização e municipalização das ações médico-sanitárias, que já vinham sendo implantada, com dificuldades, em vários municípios brasileiros. São conquistas da sociedade civil e de profissionais de saúde em direção à Reforma Sanitária no país.

A descentralização das ações médico-assistenciais e da gestão local são discussões mais aprofundadas e explícitas. Enquanto as propostas de descentralização da vigilância epidemiológica e controle de endemias não ficaram bem claras, Não se definiu como serão garantidos e repassados os recursos (montagem de infra-estrutura e manutenção de programas) para os municípios desempenharem estas “novas” responsabilidades.

A municipalização é uma bandeira de importância capital para a garantia de acesso e da ampliação de cobertura dos serviços de saúde, da qualidade das ações e do seu caráter público. O palco onde se concretiza a epidemia é a cidade. As medidas terão ali seu destino.

Sem dúvida as instâncias municipais são locais privilegiados para se decidir as “maneiras de fazer”, para se coordenar e avaliar as ações das equipes de controle de doenças. Porém, os vetores não reconhecem as divisas oficiais dos municípios e com freqüência, medidas isoladas de controle de endemias não trazem impacto duradouro.

No caso das doenças endêmico-epidêmicas a descentralização das ações deve ser estruturada com cuidado. Assumem grande



importância, os níveis regionais e macro-regionais (estadual) de atuação.

Atualmente os níveis regionais estão sucateados e paralisados, empobrecidos e isolados. Pouco interferem nos riscos de disseminação de doenças, nem mesmo suprem os vazios deixados pelas experiências de municipalização, abandonadas pelas prefeituras desinteressadas. Apesar dos grandes esforços pessoais e da militância de técnicos, mal pagos e com péssimas condições de trabalho.

Nenhuma municipalização terá sucesso no controle de endemias e epidemias se o nível regional não estiver forte, bem equipado e com legitimidade para coordenar o combate às endemias na região.

Desta maneira, fica registrada a necessidade de se definir os papéis das diversas esferas institucionais (local, regional, federal) para a viabilização de programas de controle de endemias e epidemias, cuja programação ultrapassa as fronteiras locais.

Definir com clareza as atribuições das diversas instâncias institucionais e integrá-las.

Outra questão fundamental é a garantia de investimentos e repasse de recursos às diversas instâncias de controle de endemias, para que possam exercer estes papéis.

Isto significa o financiamento honesto e estável para treinamento e investimento em recursos humanos, equipamentos, informatização, material educativo. Condições de trabalho.

Contudo, não se trata somente de disponibilidade e descentralização de recursos se estes não estiverem vinculados à estratégias Regionais e Macro-Regionais bem definidas. Planos articulados, com atribuições

específicas para as diversas esferas institucionais (local, regional, estadual), que enfrente o controle de endemias, e tenham impacto na morbi-mortalidade.

Os municípios manteriam suas equipes de trabalho sob coordenação local, definindo prioridades e modos de atuar, porém estariam vinculados à diretrizes mais gerais, para garantir a coerência, a cronologia e a organicidade do plano de controle de endemias na região.

As diretrizes das estratégias de combate às doenças na região deveriam ser discutidas em fóruns regionais, com a participação dos municípios, das instâncias regionais de vigilância de doenças e vetores e dos laboratórios de saúde pública. O impacto e a eficácia das medidas norteariam as diretrizes, guiando as operações.

#### CONGRESSO ESTADUAL DA CUT APROVA MARCHA EM DEFESA DOS TRABALHADORES

Realizado no período de 10 a 12 de maio de 2012, no Hotel Praia das Fontes em Beberibe, contando com a participação de 493 delegados e delegadas vindos de todos os municípios do Ceará, o 12º Congresso Estadual da CUT – CECUT elegeu a nova direção da entidade para a gestão 2012-2015, e aprova marcha em defesa dos trabalhadores.

O CECUT aprovou dentre outras, uma importante resolução dirigida ao próximo Congresso Nacional da CUT – CONCUR, que será realizado em julho próximo, de realizar uma Marcha da CUT em defesa dos trabalhadores e da nação para o 2º semestre de 2012 com as propostas e reivindicações da classe trabalhadora e de defesa da nação diante da crise capitalista e seus impactos no Brasil, culminando numa Marcha à Brasília em conjunto com entidades e movimentos populares que a apóiem.

## PROPOSTA DE AÇÃO:

### MARCHA DA CUT EM DEFESA DOS TRABALHADORES E DA NAÇÃO

O 11º CONCURTO decide uma mobilização nacional no segundo semestre com as propostas e reivindicações da classe trabalhadora e de defesa da nação diante da crise capitalista e seus impactos no Brasil, culminando numa Marcha à Brasília em conjunto com entidades e movimentos populares que a apoiem.

Considerando que os governos da Argentina e Bolívia adotaram medidas parciais de retomada para o patrimônio da nação do que era privatizado e que o governo da Venezuela, em 1º de Maio, anunciou a redução da jornada para 40 horas e o fim das terceirizações.

Considerando que as medidas adotadas pelo governo Dilma em defesa da indústria (isenções fiscais, desoneração da folha, créditos do BNDES) não trazem qualquer contrapartida para os trabalhadores (estabilidade no emprego, respeito aos direitos trabalhistas) e atingem a Previdência pública e solidária (o que os patrões deixam de pagar é coberto com recursos públicos que deveriam ser investidos em benefício da maioria do povo).

A CUT afirma que chega de concessões e parceria com os patrões chegou à vez dos trabalhadores e do povo, e levanta a seguinte plataforma para a mobilização nacional:

- Estabilidade no emprego e melhores salários.
- Em defesa da Previdência, não à desoneração da contribuição patronal e Fim do Fator Previdenciário.
- Não à flexibilização de direitos e à terceirização, 40 horas já;
- Fortalecimento dos Serviços Públicos, revogação da Lei das Organizações Sociais;

- Reforma Agrária, atualização do índice de produtividade da terra;
- Derrubada dos juros, controle da remessa de lucros das multinacionais, centralização do câmbio para combater a desindustrialização, fim do superávit primário;
- Soberania nacional: o petróleo para uma Petrobrás 100% estatal e anulação da concessão/privatização dos aeroportos;

### PRINCIPAIS RESOLUÇÕES APROVADAS NO 12º CECUT

1 – Em defesa da Previdência: contra a desoneração da contribuição patronal na folha de salários.

Desde o anúncio do Plano Brasil Maior, pelo governo federal, em 2011 que setores do empresariado foram contemplados com a proposta de eliminar a contribuição de 20% que estavam obrigados a pagar sobre a folha de salários para a Previdência Pública em troca de uma taxa de 1% a 25 sobre o faturamento das empresas. Em abril deste ano, tal medida foi estendida para 15 setores industriais.

A realidade é que a eliminação da contribuição patronal ao INSS, além de atacar os fundamentos do Sistema de Seguridade Social - previdência baseada na contribuição do trabalhador e na do patrão sobre a folha (o que é um tipo de “salário indireto” que garante um direito do trabalhador) - provoca um “rombo” artificial na Previdência. O próprio ministro Mantega afirmou que apenas uma “parte dessa desoneração, muito menor do que o que está sendo reduzido na folha” será compensada por taxas sobre o faturamento das empresas.

Este “rombo”, o governo promete que será coberto pelo Tesouro com recursos públicos (o conjunto da sociedade pagará pelos patrões). São bilhões que sairão dos cofres públicos e que deixarão de ser investidos na melhoria dos serviços públicos, nos salários

dos servidores, na Reforma Agrária, nas estatais, em prejuízo da nação e da maioria do povo. A CUT reafirma sua posição contrária à desoneração da contribuição patronal de 20% sobre a folha, exigindo a anulação dessas medidas que atacam o equilíbrio da Previdência Pública dos trabalhadores para beneficiar um pequeno número de grandes empresários. A CUT reafirma sua luta pelo fim do Fator Previdenciário.

2 – A CUT deve pronunciar-se contra a ingerência das potências imperialistas nos assuntos internos dos diferentes países, condenando as intervenções militares feitas pela OTAN ou com cobertura da ONU.

3 – A CUT reafirma a defesa da soberania do povo irmão do Haiti, país ocupado militarmente por tropas da ONU sob comando militar do Brasil, com seus trabalhadores submetidos à superexploração em “zonas francas” controladas por multinacionais. Ao exigir a retirada imediata das tropas brasileiras do Haiti, a CUT reafirma seus laços de solidariedade e cooperação com as organizações sindicais independentes haitianas e sua luta.

4 – Nos fóruns sindicais internacionais em que participa – como o grupo dos trabalhadores na OIT, a CSI e CSA – a CUT deve pautar a sua intervenção pela defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores – em particular a Seguridade Social e a convenção 102 da OIT, atacadas hoje pela proposta de “Piso mínimo,” levantada por empresários e governos.

5 – Fim do superávit primário e revogação da LRF, com ampliação dos investimentos em obras de infraestrutura e políticas sociais. Investimentos públicos maciços em Saúde, Educação e no conjunto dos Serviços Públicos. Verbas públicas devem ser destinadas única e exclusivamente aos serviços públicos.

6 – Anulação dos leilões do petróleo e garantir que a riqueza do Pré-Sal não seja entregue às multinacionais, como propõe a campanha da FUP por uma Petrobras 100% Estatal.

7 – Contra as Privatizações dos Aeroportos: anular os leilões dos três aeroportos e barrar a continuidade das concessões que significam entrega do patrimônio público.

8 – Cumprimento integral da Lei do Piso do Magistério por governadores e prefeitos, e ao mesmo tempo, exigir do governo federal que condicione o repasse de verbas do FUNDEB ao cumprimento da Lei. Não à mudança do critério de reajuste do Piso (baseado em lei no índice que reajusta o FUNDEB), para reduzi-lo ao INPC (inflação)!

9 – Pela Revogação da Lei das Organizações Sociais, que se combina com a luta contra a Terceirização, reivindicando o fim da terceirização nos Serviços Públicos como medida emergencial.

10 – Em defesa da Previdência dos Servidores Públicos.

O congresso nacional aprovou o Fundo de Previdência Complementar dos Servidores Federais – FUNPRESP, que é um ataque à previdência dos servidores. Seu objetivo é estabelecer o mesmo teto de remuneração do Regime Geral da Previdência Social, para empurrar os futuros servidores ao fundo de previdência complementar. Governadores e prefeitos também vão avançar neste ataque. Essa medida estava prevista na reforma da previdência iniciada por FHC em 1998. A aposentadoria integral é um direito do conjunto dos servidores e deveria ser estendido ao conjunto dos trabalhadores. A CUT, apoiando a posição da sua filiada CONDSEF, se soma à exigência dirigida à presidente Dilma de que revogue a lei aprovada pelo congresso, anulando o FUNPRESP.

## BALANÇO DO MOVIMENTO DOS SERVIDORES FEDERAIS

Os sindicatos gerais nasceram da luta dos servidores, defendendo sua independência sindical e assumindo a defesa incondicional da categoria, organizando desde sua origem, greves nacionais unificadas de massa, que trouxeram vitórias significativas como o RJU, estabilidade no emprego, Gratificação de Atividade Executiva (GAE) no percentual de 160%, hoje incorporada ao vencimento básico, resgate do FGTS, auxílio alimentação, dentre outras.

No entanto, após a greve vitoriosa de 1993, a mobilização dos servidores federais sofreu um retrocesso, e apesar dos esforços empreendidos pelas entidades dos federais, não se conseguiu emplacar outra greve nacional. Apesar dos impactos sobre o movimento de massas, gerado pela ascensão de Lula ao governo, não conseguimos desde então uma mobilização que assegurasse a greve nacional de toda categoria.

Nos oito anos do governo FHC (1995/2002) os servidores tentaram sem sucesso realizar greves nacionais e unificadas, a cada ano definiam um índice de reajuste comum, porém sofreram um ataque brutal, com congelamento salarial, retirada de direitos do RJU e da previdência, além da introdução da política do Estado Mínimo, criando “carreiras típicas de estado”, dividindo fortemente os servidores.

Durante o governo Lula (2003/2010), em que pese à aprovação da segunda reforma da previdência, os servidores obtiveram algumas vitórias pontuais, fruto de greves setorializadas em defesa de planos de cargos específicos, tendo como resultado a pulverização de tabelas e do aprofundamento de diferenças salariais no setor público, inclusive na base da Condsef.

Outro complicador introduzido pelo governo Lula foram as Mesas de Negociação Permanente, que tem o mesmo caráter dos famigerados Conselhos instituídos pela burguesia para inclusão das organizações de classe na governança, apesar dos discursos “revolucionários” de alguns de nossos dirigentes.

Por outro lado, não podemos nos esquivar a uma crítica sobre o papel desempenhado pela direção majoritária da Condsef na Mesa de Negociação que é de permitir a ingerência do governo no movimento sindical, servindo como conciliador de classes, criando falsas expectativas e levando ao arrefecimento de qualquer iniciativa de luta, face às sucessivas protelações, gerando na melhor das hipóteses as lutas setorizadas.

Hoje, quem estabelece a pauta e o momento da mobilização no atual processo de negociação é o governo. As marchas a Brasília, tem um papel relevante no processo de mobilização, mas tem sido utilizadas como forma de “pacificação” da categoria.

Nas sucessivas e inúmeras plenárias realizadas pela Condsef em 2011 as discussões políticas são feitas apenas superficialmente, sem trazer maiores repercussões na organização de base.

A forma como vem se dando as discussões nas mesas de intermináveis negociações já foram avaliadas no Congresso da Condsef e, apesar de se ter tirado e aprovado posições contrárias a esta metodologia a direção manteve-se refém do mesmo jogo do governo, ou seja, de adiar reuniões indefinidamente.

Ao mesmo tempo em nenhum momento na campanha de 2011 a confederação conseguiu fazer uma avaliação precisa destas mesas apontando aos sindicatos filiados logo no início das negociações, os problemas e a necessidade de organizar a greve na categoria.



É necessário observar ainda que a maioria dos sindicatos filiados também mantiveram as expectativas no processo negocial e não organizaram verdadeiramente a paralisação da categoria.

Outro aspecto que dificulta o processo de construção de uma greve nacional unificada é a ausência de reivindicações nas diferentes pautas que permitam sinalizar para a categoria a perspectiva de obtenção de conquistas através de uma luta comum.

A pauta de reivindicações comum, construída pela Condsef e mais dezenas de entidades nacionais dos servidores federais é correta e justa, porém é insuficiente para colocar a categoria em luta, face a ausência de reivindicações econômicas concretas, cuja definição é muito difícil pelo fato da discrepância entre as diversas tabelas salariais no setor público, não apenas entre os três poderes, mas também no âmbito do executivo federal.

Até mesmo na base da Condsef é difícil definir uma reivindicação econômica que atenda aos interesses de todos os servidores dos diversos órgãos, dado as inúmeras tabelas remuneratórias existentes na base, com valores totalmente diferentes.

O governo federal vem ao longo dos anos apostando na divisão dos servidores concedendo reajustes diferenciados aos servidores para algumas categorias que ele chama de típicas de estado o regime de subsídio que na prática estabelece a paridade apenas para algumas carreiras do setor público.

O governo federal aprovou a Lei 12.277/10 que reajustou em 78% o valor da gratificação de desempenho para somente cinco cargos de nível superior do poder executivo criando assim, um fosso salarial entre os servidores de nível superior.



A existência de várias tabelas salariais no poder executivo aumenta a distorção salarial entre os servidores do poder executivo. Temos que lutar para que o mesmo reajuste salarial concedido para os cinco cargos de nível superior através da Lei 12.277/10, seja estendido aos demais cargo de nível superior dos diversos planos de carreira do Poder Executivo Federal;

Para os servidores de nível intermediário e auxiliar dos diversos planos de carreira do Poder Executivo Federal temos que lutar pela unificação com a mesma tabela da carreira do seguro social. Neste sentido as entidades sindicais da base da Condsef deverão organizar a luta para que o governo corrija a situação.

A criação da CONDSEF e dos Sindicatos Gerais tem como fundamento básico a unificação das lutas dos servidores federais que passa pela prioridade com as reivindicações gerais, lógico sem desprezar as especificidades de cada setor.

Portanto uma das nossas bandeiras principais deve ser a luta para que haja uma única tabela salarial dentro do poder executivo. A existência de uma nomenclatura dos cargos específicos para cada órgão é natural de acordo com a finalidade de cada um, no entanto a tabela salarial deve ser a mesma para todos os planos de carreira dentro do poder executivo.

### BALANÇO DO SINTSEF/CE

O SINTSEF-CE, foi fundado em 16 de abril de 1989, época do acontecimento da cisão dos sindicatos com o estado no auge da emancipação do movimento sindical, na concepção de sindicato geral

em defesa dos direitos dos servidores públicos federais, na época só existia as associações de servidores que pouco defendiam a luta dos trabalhadores do serviço público federal.

Desde a sua criação, em seu estatuto é garantido o princípio da autonomia e independência sindical perante os governos, a solidariedade de classe, o serviço público digno, gratuito e de qualidade são bandeiras indispensável no seu calendário de luta.

O princípio da democracia operária também faz parte de sua trajetória. Em todas as mobilizações, greves, dos servidores públicos federais o SINTSEF-CE sempre esteve presente, nas mobilizações no estado sempre esteve á frente do movimento, a sua bandeira e suas faixas sempre se destacaram á nível nacional, a voz de sua base sempre ecoou nas marchas, ocupações e fóruns dos trabalhadores, a formação política de sua base é seu lema.

No seu dia-a-dia, no exercício da democracia a sua base participou sempre diretamente das discussões, decisões e rumos do movimento, o seu estatuto garante a participação de seus filiados em todos os fóruns, inclusive nas reuniões de sua direção colegiada.

O SINTSEF-CE vem contribuindo politicamente para o fortalecimento da Central Única dos Trabalhadores e participou de todos congressos dos servidores federais, inclusive do 3º Congresso, no período de 28 a 31 de agosto de 1990 que culminou com a criação da Confederação Democrática dos Servidores Públicos Federais -CONDSEF.

A atual direção colegiada do SINTSEF-CE com o seu sedentarismo político não vem acompanhando o nível de mobilização nacional da categoria, nas machas a Brasília convocadas pela CONDSEF, como

aconteciam nas gestões anteriores. A atual direção ao invés de enviar caravanas, esta se limita a indicar dois ou três apadrinhados para representarem o nosso sindicato nestas mobilizações nacionais. As poucas vezes que o SINTSEF/CE enviou caravanas a Brasília na atual gestão, foram deliberadas pelo Conselho de Delegados Sindicais de Base se contrapondo a vontade da direção colegiada.

A realização de assembléias com a categoria para discutir e eleger representantes para participarem das marchas, ocorrem somente por determinação do Conselho de Delegados. Em muitos momentos a Direção simplesmente indica alguns de seus apoiadores, para participarem de eventos nacionais. Como foi o caso do Curso sobre comunicação sindical realizado pelo Núcleo Piratininga no Rio de Janeiro, em 2011, A direção escolheu dezoito apoiadores da atual Direção para participarem desse seminário gastando rios de dinheiro para fazer politicagem com o dinheiro da categoria. Ela exerce uma prática antidemocrática e ditatorial, além de não contribuir com a participação democrática e mobilização da categoria. Aliás, essa tem sido a marca registrada dessa direção, desde o início de sua gestão, sempre usou e abusou da metodologia Stalinista, defendendo os seus interesses políticos, desprezando e se desinteressando pelos anseios da categoria. O estatuto da entidade só é praticado quando existe necessidades de atender os seus interesses próprios, quando é para defender e assegurar os direitos da categoria, contidos do referido estatuto, este é inteiramente desrespeitado.

Está na hora dos filiados darem um basta aos abusos dessa direção colegiada, o papel do sindicato é defender sem distinção todos os seus filiados e não de grupos políticos.

Na atual conjuntura em que vivemos com a crise do capitalismo, é hora das organizações dos trabalhadores trabalhar a mobilização e botar o seu bloco na rua para barrar a política nefasta de opressão e retiradas de direitos dos trabalhadores, construir a unidade com os trabalhadores do campo e da cidade, defender a central única dos trabalhadores, pois ela é legítima entidade da organização formada pelos próprios trabalhadores, para ir de encontro das organizações do patronato. Infelizmente a direção em apreço é contra os princípios da CUT e defende a política das centrais pelegas como CONLUTAS e CTB.

#### **ACABAR COM O DESCONTO DOS 5% E ANISTIAR QUEM NÃO PAGOU**

Entendemos que os recursos oriundos da contribuição dos filiados com esse percentual das causas jurídicas ao sindicato foram muito importantes ao longo dos anos para a formação de um fundo de mobilização e greve que serviram para usar nas greves, marchas a Brasília e nas grandes mobilizações locais e nacionais para arrancar do governo nossas conquistas. Esses recursos também serviram para fortalecer a estrutura física do sindicato.

No entanto, entendemos não serem mais necessários posto que o sindicato conseguiu se estruturar com sedes próprias na capital e mais em sete das oito delegacias sindicais de Base. Por isso propomos na próxima assembléia estatutária acabar com o desconto dos cinco por cento e desde já anistiar a todos filiados que não pagaram.

Na última Assembléia Estatutária defendemos a manutenção desse percentual mesmo com a atual direção já empossada. Poderíamos, naquele momento sermos contra, tendo em vista que esses recursos seriam administrados por essa direção e não mais por nós, mas de maneira coerente mantivemos nossa posição para que esses recursos

pudessem resolver algumas pendências na estrutura física como a reforma e a construção de auditórios em algumas delegacias e para a aquisição ou troca de veículos das delegacias Sindicais de base.

Para isso o novo estatuto prevê que a metade dos recursos recebidos pelo sindicato deveria ser destinada as Delegacias sindicais de Base justamente para resolverem essas pendências, no entanto a atual Direção nunca repassou nada desses recursos para as delegacias e mais ainda usou dos repasses das delegacias para realização de atividades que deveriam ser assumidas pela Direção colegiada isso é uma inversão de valores.

A atual Direção tirou do colete essa falsa promessa de campanha para ganhar os votos dos filiados, traiu vergonhosamente seus eleitores senão vejamos abaixo:

Em 14 de abril de 2011 a Direção Colegiada do SINTSEF/CE protocolou petição de folhas 5367/5368, processo Nº0013159-13.202.4.05.8100 de indenização de campo dos servidores da FUNASA na 2ª Vara da Justiça Federal do Ceará com pedido de desconto do percentual de 5% (cinco por cento) para pagamento de honorários dos advogados.

Esta ação contraria e desrespeita o estatuto do Sindicato que em seu artigo 62, parágrafo quarto afirma que não poderá ser cobrado nenhum percentual para pagamento de honorários advocatícios.

E foi justamente, com base no Estatuto do Sindicato que a Justiça, no dia 9 de maio do mesmo ano, indeferiu o pedido da Direção do Sindicato. Em seu despacho o Juiz afirma: “Analisando o estatuto do sindicato percebe-se que o percentual de 5% (cinco por cento) destina-se ao sindicato. Não há, portanto, que se cogitar relacionar

esse percentual a honorários advocatícios. Por isso INDEFIRO o pedido de desconto do percentual de 5%(cinco por cento) das quantias a ser requisitadas para os exeqüentes a título de honorários contratuais”, conforme folhas 5419/5420 do processo supra citado.

Em 20 de maio de 2011, a Direção Colegiada requereu novamente o desconto dos 5% (cinco por cento). Desta vez não mais para pagar honorários advocatícios, e sim para a conta bancária do sindicato, ao que foi novamente indeferido, conforme folhas 5424/5428 do mesmo processo.

O segundo despacho rejeitando o pedido dizia: “a referida pretensão encontra diversos obstáculos para sua execução, não podendo esse juízo por em risco a prestação jurisdicional tão somente para atender interesses patrimoniais do sindicato exequente, alheios à demanda”, conforme folhas 5429/5430, do mesmo processo.

Requerimentos desse tipo, para receber os percentuais, protelaram o pagamento do processo em detrimento do objetivo maior, que é preservar e atender os interesses dos filiados. Ou seja, enquanto o sindicato ficou atrás de receber os 5% dos valores destinados aos filiados o processo demorou a ser pago.

A Direção atual usou como carro-chefe de sua campanha acabar com os 5%, argumentando que o sindicato sobreviveria sem tais recursos. O discurso de campanha, porém, foi esquecido senão vejamos.

A medida em que os processos que a gestão anterior havia ajuizado começaram a ser pagos, somente no exercício de 2011 foram pagos quase 60 milhões entre RPV e precatórios aos filiados, a Direção do sindicato encaminha carta aos filiados em tom ameaçador

de cassar seus direitos de votar e serem votados. Nós perguntamos com que moral essa Direção pode ameaçar os filiados, pois membros e apoiadores da atual Direção além de não pagarem ainda faziam campanha para ninguém pagar, inclusive depois de tomarem posse publicaram no jornal do SINTSEF/CE (ANO XXI- MAR/ABR 2010 nº238, p.8, e no site do sindicato – Matéria intitulada: O importante papel do Delegado Sindical de Base) com a afirmativa: “Queremos lembrar que não há restrições para votar nem para ser votado. Explicando melhor: quem não pagou os “famosos” 5% não deve ficar de fora das eleições”.

Ou seja, a Direção Colegiada afirma no início de seu mandato que mesmo quem não pagou os 5% poderia se candidatar a Delegado de Base. Porque então ameaçar agora a quem não está pagando? Se a obrigação de pagar os 5% já existia desde aquela época. Então o que mudou não foi o estatuto e sim a postura ética e moral da atual Direção Colegiada que se conduz conforme seus interesses pessoais e eleitoreiros.

Inclusive um dos atuais diretores do Sindicato assumiu publicamente em reunião do Conselho de Delegados de Base que essa promessa foi apenas uma estratégia de campanha para ganhar os votos dos filiados, afirmando: “você da chapa 1 escorregaram na vaselina”.

É com pesar que se constata a sedenta busca da atual Direção do SINTSEF/CE, pelo poder com atos impregnados de vícios políticos, em detrimento de idéias e atitudes que possam vir ao encontro dos anseios dos filiados. Os servidores federais trabalham duro e esperam ver seu sindicato cada vez mais forte e atuante para unificar, organizar e mobilizar a todos e terem suas reivindicações atendidas.

## A DIREÇÃO DO SINTSEF/CE DESCUMPRIU DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLÉIA ESTATUTÁRIA

A Assembléia Estatutária convocada em agosto de 2009, pelo 9º congresso do SINTSEF/CE, foi realizada em 13 de março de 2010 e contou com a participação de cerca de 800 filiados que aprovaram diversas alterações no estatuto da entidade.

Logo em seguida, apoiadores da atual Direção Colegiada entraram na Justiça para anular a Assembléia, a fim de que a justiça determinasse a imediata suspensão dos seus efeitos, bem como das deliberações ali aprovadas, alegando ilegitimidade.

Todavia, a justiça declarou que não havia qualquer ilegitimidade a ser sanada, por isso indeferiu o pedido dos apoiadores da Direção Colegiada.

Ao perder na Justiça a Direção Colegiada continuou a não cumprir as deliberações aprovadas pela Assembléia Estatutária se negando a publicar o novo estatuto da Entidade.

Enquanto isso, os filiados cobravam sistematicamente da Direção essa publicação. As cobranças eram mais intensas durante as reuniões do Conselho de Delegados de Base e nas Assembléias Gerais do sindicato.

A Direção sempre encontrava desculpas das mais variadas para justificar o seu descumprimento da Assembléia Estatutária, foi quando o Conselho de Delegados de Base deu um ultimato para que a Direção publicasse o novo estatuto.

Em junho de 2011, finalmente com mais de um ano de atraso a Direção distribui com os filiados o novo estatuto da entidade durante uma assembléia geral.

A Direção Colegiada do SINTSEF/CE desgastada com sucessivas derrotas em Assembleias Gerais, realizadas ao longo dos seus primeiros dezoito meses de mandato, resolveu “innovar” para evitar um novo fracasso.

Na Assembleia Geral do Sindicato realizada dia 17 de setembro de 2011, diretores do SINTSEF/CE percorreram com antecedência os locais de trabalhos da Região Metropolitana de Fortaleza para oferecer a alguns filiados a importância de R\$ 30 para pagamento de combustível. As propostas ocorreram de maneira sorrateira para evitar que os demais filiados que não apoiam à Direção tomassem conhecimento desses “benefícios” e tivessem o mesmo direito de receber esse valor.

É importante ressaltar que nunca na história do SINTSEF/CE foi pago valor algum referente a combustível para quem mora em Fortaleza participar de eventos do sindicato. Porque então utilizar desta prática agora?

Seria simplesmente para ter uma maioria artificial na assembleia? O que pensar de uma direção que usa desse subterfúgio para levar alguns filiados a votar em suas propostas? Porque nunca foi pago aos delegados de base esse mesmo valor já que fazem deslocamento de suas residências para as reuniões do Conselho de Delegados quando realizadas na capital?

Contraditoriamente, meses após a realização dessa Assembleia a Direção Colegiada propõe ao Conselho de Delegados que o sindicato pague tão somente a importância de R\$ 5,00 (cinco reais) para ressarcir despesa de transporte a cada delegado de base de Fortaleza.

Então perguntamos por que a Direção pagou o valor de R\$ 30 (trinta reais) somente para quem participou especificamente daquela assembleia? Quais eram os interesses escusos da Direção do sindicato para querer ser maioria naquela assembleia? Será que ela queria fazer palanque para denegrir a imagem da gestão passada apresentando auditoria falaciosa?

Essas contradições e vícios políticos tem sido uma constante durante todo o mandato da atual direção do nosso sindicato.

#### FILIADOS DO SINTSEF/CE EM SOBRAL SOFREM ASSÉDIO MORAL

Filiados do sindicato foram pressionados por apoiadores da atual Direção Colegiada que ocupam cargos chefia a não comparecer à Assembleia Regional convocada pela Delegacia Sindical do SINTSEF/CE da Região Norte. Em 25 de março de 2011, a reunião em Sobral iria eleger caravaneiros e delegado à Marcha e Plenária da CONDSEF, em Brasília, que ocorreu nos dias 13 e 14 de abril do mesmo ano.

Os filiados foram pressionados, com ameaças do corte do ponto àqueles que participassem da referida assembleia em Sobral. Com humilhações e constrangimento, caracterizou-se crime de assédio moral.

A Coordenação da Delegacia ficou surpresa com o ocorrido, já que em todos os fóruns legítimos da CUT, CONDSEF, SINTSEF/CE e demais entidades sindicais, o assédio moral tem sido combatido. Repudiamos esses falsos sindicalistas pela prática de atitudes nocivas aos trabalhadores e ao movimento sindical.

Manifestamos nossa solidariedade e parabenizamos todos os companheiros e companheiras vítimas que, apesar das dificuldades, compareceram ao evento e contribuíram pelo seu sucesso.

## O SINTSEF/CE DEVE RETOMAR A LUTA PELA REINTEGRAÇÃO DOS PDVISTAS

Os Pdvistas foram induzidos ao erro de adesão aos Programas de Demissão Voluntária – PDV, sob as alegativas de que haveria uma reengenharia nos órgãos públicos, ou seja, teriam que ser demitidos muitos servidores para o Órgão adequar-se ao novo padrão. Em troca, o Órgão oferecia um PDV com vantagens irrecusáveis.

Começou então a pressão sobre os trabalhadores para que aderissem ao PDV, pois do contrário seriam demitidos de qualquer forma sem sessa “vantagem”. Inclusive, para dar maior credibilidade à farsa, na CONAB/CE, fecharam muitas unidades armazenadoras, cancelaram contratos de prestação de serviços, disponibilizaram os imóveis para venda e os empregados foram colocados à disposição das Superintendências. Esse mesmo procedimento aconteceu em todo o Brasil. Foram ainda suspensos os pagamentos pendentes a diversos fornecedores, reforçando a impressão de recursos financeiros. Por fim foi colocado um lotaciograma colocando os nomes daqueles que permaneceriam no quadro funcional. Os demais deveriam aderir ao PDV ou aceitar a transferência para outros Estados. Formou-se assim um ambiente insuportável.

Diante dessa encenação e pressão psicológica muitos ignoraram os alertas e a campanha que o SINTSEF/CE fez para ninguém aderir ao PDV, não resistiram e foram enganados pelo governo.

Porém tudo não passou de simulação e logo os demitidos viram que suas antigas unidades haviam retornado à franca atividade.

Trata-se de uma grande injustiça e entendemos que uma das bandeiras do SINTSEF/CE é exatamente a luta contra as injustiças praticadas contra os trabalhadores.

O SINTSEF/CE na gestão passada da Direção Colegiada apoiou todas as iniciativas e bandeiras de Luta dos PDVISTAS, esse apoio continuou através do Movimento Unidade e luta.

Dentre as ações realizadas nos últimos anos em que apoiamos os PDVISTAS e que resultaram em importantes conquistas podemos citar:

- Realização do Encontro Estadual dos PDVISTAS;
- Realização de uma audiência pública na Assembleia Legislativa;
- Participação dos PDVISTAS nas reuniões de Conselho dos delegados de base;
- No 9º Congresso do SINTSEF/CE, em agosto de 2009 defendemos os apoios logístico, financeiro e político aos PDVISTAS;
- Na Assembleia Estatutária do SINTSEF/CE, em março de 2010, defendemos o direito dos PDVISTAS se filiarem ao SINTSEF/CE, sendo o primeiro sindicato do Brasil a incluir esse dispositivo no seu estatuto.
- Defesa em favor da reintegração dos PDVISTAS no congresso estadual e nacional da CUT;
- No 10º Congresso da CONDSEF, em dezembro de 2010, defendemos a proposta de apoios logístico, financeiro e político aos PDVISTAS, inclusive passamos um abaixo-assinado com um histórico de suas lutas e suas reivindicações;
- Na Plenária da CONDSEF realizada no dia 14 de abril de 2011, defendemos a proposta de criar um Grupo de Trabalho em nível nacional para acompanhar todas as ações em defesa dos PDVISTAS, a qual foi aprovada.

Infelizmente a atual Direção do sindicato não apóia essa luta, muito pelo contrário dividiu os PDVISTAS com tentativas de cooptação de algumas lideranças Pdvistas, isso vem prejudicando sobremaneira a luta pela reintegração dos PDVISTAS. O problema é que a Direção do sindicato sobre enorme influência política de um diretor da Executiva da CONDSEF que já se manifestou publicamente contrário à reintegração dos PDVISTAS.

#### DEMISSÃO DAS ASSESSORAS JURÍDICAS VERA E LIDUÍNA

É impossível passarmos por esse 10º CONGRESSO sem por em breve debate o PROCEDIMENTO SUMÁRIO DE DEMISSÃO de duas das Assessoras Jurídicas do SINTSEF/CE, em março de 2010. As Advogadas Vera Menezes e Liduína Carneiro, por 19 anos - desde 1992 - prestaram Assessoria Jurídica ao SINTSEF/CE. Ingressaram na entidade com um Jurídico que se limitava a cerca de 200 processos, em sua maioria Mandados de Segurança para levantamento de contas de FGTS e atuaram em mais de 3.000 ações judiciais em favor da categoria, sendo as responsáveis pelo maior número de reintegrações de servidores demitidos ao serviço público federal em todo o país, continuando à frente e com plena assessoria aos ANISTIADOS, além de ainda serem as responsáveis por mais de 90% dos ganhos judiciais recentes recebidos por nossa Categoria através de RPV's, precatórios e levantamentos por alvarás nas Ações de 28,86%; 3,17%; diferença de vencimentos; indenização de campo; gratificações (GDATA, GDASST, GDPGTAS, etc). Um diferencial marcante dessas Assessoras, além da preocupação com incondicional da entidade no âmbito judicial e administrativo, está presente em nosso PATRIMÔNIO POLÍTICO e MATERIAL que pode ser reforçado com a instalação e posterior aquisição das SEDES DAS DELEGACIAS DE BASE (a partir de 1992) com os valores recebidos em AÇÕES JUDICIAIS, somado aos valores

dos 5% de Honorários contratuais devido as mesma e renunciados em favor de um fundo de greve para o SINTSEF/CE. Em seu mister de Defesa da Entidade, as companheiras respeitaram seus contratos e jamais se negaram ao exercício da advocacia até a consequência de serem confundidas, na Defesa da Comissão Eleitoral das últimas Eleições, como defensoras da Chapa 1, tese sustentada pela Chapa 2 que precisava desta justificativa para a contratação de sua Assessoria de Chapa. Muitos de nós, de origem estatutária ou celetista, já sentimos na pele este tipo de ameaça, que não se concretizou pela atuação constante mantida quanto ao uso da maquina administrativa para situações pessoalizadas. Acatar a DEMISSÃO das Assessoras sob a tênue tese de que eram de contratos temporários, sem vinculo empregatício, é ressuscitar a tese do Estado brasileiro quando pôs em disponibilidade (AI-5, Sarney ou Collor) para posterior demissão os servidores públicos a partir de suas conveniências “administrativas”. O ato de demitir as advogadas pode mesmo ser comparado a um ato de um Estado de exceção posto que desonroso e humilhante quando, durante o expediente regular de trabalho ou ainda em suas residências a caminho deste, foram abordadas por funcionários do Cartório Melo Jr. para apresentar o Termo de Notificação de dispensa dos serviços prestados. É esta a Entidade que queremos e ajudamos a construir companheiros?

READMITIR; PAGAR INDENIZAÇÃO TRABALHISTA DEVIDA; REINTEGRAR... Nada disso reparará plenamente a humilhação a que foram expostas, mas aqui como em tantas outras situações, deixamos a condução final para os delegados e delegadas. A frase “o trabalho dignifica o Homem” é machista, patriarcal. O TRABALHO DIGNIFICA A TODOS NÓS E A RETIRADA DESTA CONDIÇÃO DE DIGNIDADE AFETA PROFUNDAMENTE A NOSSA CONDIÇÃO DE VIDA E O EXERCICIO DE NOSSA HUMANIDADE!

## PLANO DE LUTAS

- Que o reajuste salarial concedido para cinco cargos de nível superior através da Lei 12.277/10, seja estendido aos demais cargos de nível superior do Poder Executivo Federal;
- Que a tabela salarial da Carreira do Seguro Social seja estendida a todos servidores do nível intermediário e auxiliar dos diversos planos de carreira do Poder Executivo Federal;
- Lutar pelo restabelecimento definitivo da bolsa dos servidores do DNOCS para que os percentuais de 70% para o nível médio e 100% para o nível superior sejam calculados com base no salário de 2012 e não do de 2006;
- Reestruturação do DNOCS;
- Lutar por mais recursos de custeio para conservação do patrimônio do DNOCS como os açudes e estações de piscicultura existentes no polígono da seca;
- Concretização da atribuição institucional do DNOCS como órgão executor da gestão de recursos hídricos dentro de uma proposta sustentável de combate aos efeitos da seca, inclusive do processo de desertificação;
- Adequar o DNOCS a uma nova missão para atender as atuais e novas demandas sócio-ambientais voltadas para o desenvolvimento sustentável e a conservação ambiental;

- Lutar para o DNOCS tornar-se um executor e implementador do programa de combate a desertificação e mitigação dos efeitos da seca e das políticas estruturais dentro do semi-árido sintonizado com os programas do Ministério da Integração;
- Que o DNOCS retome suas atribuições e competências na sua área de atuação, hoje executado por parceiros e convênios;
- Lutar pela catalogação e conservação do arquivo técnico do DNOCS;
- Lutar pela reintegração dos PDVISTAS;
- Propor a CONDSEF que seja mantido um plantão permanente de pelo menos três Pdvistas na sede CONDSEF. Cada entidade filiada deve escolher dois representantes para se revezarem nestes plantões, cada entidade contribuirá mensalmente com um valor fixo a ser calculado pela executiva da CONDSEF que seja o suficiente para custear todas as despesas com passagens, hospedagens e alimentação dos plantonistas;
- Lutar para reverter a situação dos anistiados da Lei 8.878/1994, quanto ao assédio moral, enquadramento, congelamento salarial, aposentadoria e transpor do regime CLT para RJU.
- Lutar pela Paridade salarial entre ativos, aposentados e pensionistas;
- Lutar pela data-base em 1º de maio assegurada em lei;
- Regulamentação da Convenção 151 da OIT, negociação coletiva no setor público;
- Lutar pela incorporação das Gratificações ao Vencimento Básico;

- Fim da Contribuição Previdenciária dos Aposentados e Pensionistas;
- Lutar por mais investimentos no serviço público;
- Lutar pelo direito irrestrito de greve;
- Lutar pela Aposentadoria Integral para todos Servidores;
- Contra a Previdência Complementar e aos Fundos de Pensão dos servidores federais;
- Lutar pela reconquista dos direitos retirados dos servidores;
- Lutar pela Revogação da Lei das Organizações Sociais;
- Lutar contra a Terceirização nos Serviços Públicos;
- Lutar pela imediata realização de Concurso Público;
- Lutar pela revogação da lei que instituiu a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares;
- Lutar pela revogação da Lei 9.632/98 que extingue cargos no serviço público;
- Lutar pela aglutinação de cargos;
- Lutar pela Ascensão Funcional, aprovação da PEC 257;
- Combater as práticas de Assédio Moral e a qualquer tipo de assédio;
- Que o SINTSEF-CE apóie e encaminhe para a CONDSEF as reivindicações dos trabalhadores da SESAI/MS, para negociação junto ao governo;
- Que o SINTSEF-CE assuma politicamente, juridicamente e financeiramente as mobilizações dos Trabalhadores da SESAI/MS á nível estadual e federal;

- Lutar pela materialização das gratificações indigenistas e outros pontos de reivindicação dos trabalhadores da SESAI/MS protocolados na Mesa Setorial da Saúde;
- Que o SINTSEF-CE promova um encontro estadual dos trabalhadores da SESAI/MS-CE no segundo semestre de 2013;
- Lutar pela retirada do PLP 248/98 – demissão por suposta “insuficiência de desempenho”;
- Lutar pela retirada do PL 549/09, que congela investimento no serviço público;
- Lutar pelo cumprimento dos acordos de greve! Reajuste salarial já!
- Lutar pelo fim das perseguições aos dirigentes sindicais;
- Lutar pela ratificação da convenção 158 da OIT contra as demissões imotivadas;
- Dar todo apoio ao PL 2.295/00 que reduz a carga horária dos profissionais de enfermagem;
- Reforçar a Campanha Salarial Unificada dos Servidores Federais!
- Lutar por tabela salarial única no poder executivo;
- Lutar pelo restabelecimento dos anuênios e licença-prêmio para todos;
- Lutar pela Isonomia do auxílio-alimentação e demais benefícios entre os três poderes;
- Lutar contra as privatizações e as parcerias públicas privadas (PPP);

- Lutar pelo fim do imposto sindical, todo apoio ao plebiscito da CUT;
- Lutar em Defesa da Seguridade Social Pública;
- Lutar pelo fim do Fator Previdenciário que amputa as aposentadorias;
- Lutar pela valorização do salário mínimo;
- Lutar pela revogação da lei de responsabilidade fiscal;
- Lutar pelo cumprimento da Lei do Piso Nacional dos Professores;
- Pela atualização do índice de produtividade da terra! Reforma agrária já;
- Petróleo 100% Estatal;
- Pela retirada das tropas brasileira do Haiti
- Pela redução da jornada para 40 horas sem redução de salários;
- Pela Convenção 87 liberdade e autonomia sindical;
- Pelo fim do fator previdenciário;
- Lutar pela revogação do novo código florestal, não à anistia aos desmatadores;
- Lutar pelo fim da política de superávit primário;
- Lutar para anular os leilões dos três aeroportos e barrar a continuidade das concessões;

**ASSINAM INICIALMENTE ESTA TESE, ESTANDO ABERTA A NOVAS ADESÕES:**

Abraao Freires Saraiva	Ant. Fernandes Facundes Nobre
Adail Nevo de Souza	Ant. Gonçalves do Nascimento
Adalberto Farias de Oliveira	Ant. Orlando Paulino de Sousa
Adão Alves de Paiva	Antônia Alves Bandeira
Adauto Martins Feitosa	Antônia Barros Eliana
Adilson dos Santos Sousa	Antônia de Almeida Jales
Aécio Fábio Araújo Soares	Antônia Gomes de Sousa
Afonso Chagas Filho	Antônia Maciele
Airton Barbosa Bernardo	Antônia Socorro da Silva
Airton Bastos Vasconcelos	Antoniete Lúcio da Costa
Albanizo Fernandes de Sousa	Antônio Almeida Pinheiro
Alcides José Esmeraldo Filho	Antônio André Felix
Aluisio Bastos Pereira	Antônio Antes Portão
Amaro Felinto da Silva	Antônio Arraes de Lavor
Amauri Barbosa da Silva	Antônio Beserra Lima
Amilcar Fonseca Cunha	Antônio Beserra Lima
Ana Cristina Alves Gondim	Antônio Bezerra Duarte
Ana Maria Parente Viana	Antônio Cardoso da Silva
Anastácio Martins Nepomuceno	Antônio Cardoso da Silva
Ancelma Gomes Coutinho	Antônio Carlos de Sousa
André Luiz Tavares Lima	Antônio Carlos Pinto
André Oliveira Mota	Antônio da Costa Gomes
Anildo Rodrigues de Sousa	Antônio de Sousa Mulato
Anquisio Alves de Moura	Antonio Demontiez Bezerra

Antônio do Monte Silva  
 Antônio do Santo Rufino  
 Antônio Domingos de Castro  
 Antônio Emanuel de Sousa  
 Antônio Erivan B. Martins  
 Antônio Eudes de Carvalho  
 Antônio Fernandes da Silva  
 Antônio Ferreira da Silva  
 Antônio Ferreira de Souza  
 Antônio Ferreira Lima  
 Antônio Frota de Medeiros  
 Antônio Gilvan Alencar  
 Antônio Gomes Madeira  
 Antônio Gomes Monteiro  
 Antônio Joaquim de Moura  
 Antônio Jorge da Costa  
 Antônio José Abdala  
 Antônio José da Silva Neto  
 Antônio José Rocha  
 Antônio José Vieira da Costa  
 Antônio José Vieira Ferreira  
 Antônio Lemos da Silva  
 Antônio Linhares da Costa  
 Antônio Luciano R.de Andrade  
 Antônio Magalhães Filho  
 Antônio Magno Zeferino

Antônio Medeiros do Nascimento  
 Antônio Monteiro  
 Antônio Nardielo Gomes  
 Antônio Nilson Hipólito  
 Antônio Nunes Holanda  
 Antônio Pedro da Silva  
 Antônio Pedro de Oliveira  
 Antônio Pereira da Silva  
 Antônio Pereira dos Santos  
 Antônio Pereira Filho  
 Antônio Rodrigues Martins  
 Antônio Tarciso Araújo da Silva  
 Antônio Taumaturgo de Souza  
 Antônio Teles Esmeraldo  
 Antônio Valmir de Oliveira  
 Antônio Vilberto Marques Leite  
 Argemiro Medeiros Cavalcante  
 Arimateia Rodrigues Lima  
 Ariovaldo Costa Filho  
 Aristóteles Sobreira Barbosa  
 Arnaldo de Brece Souza Alves  
 Aroldo Silva de Araujo  
 Aurélio de Moura Campos  
 Aurilo Facundo Lima  
 Benedita de Paula da Silva  
 Benedita Francisca da Costa



Benedita Freire Cisne	Cosme Pessoa de Sousa
Benedito Batista de Holanda	Cristiano de Almeida Sobral
Benedito Ferreira Lima	Dalmir Moreira de Carvalho
Benedito Juvenal Pereira	Damião Rogério da Silva
Benetito C. da Silva	Daniel Aurélio Feitosa
Bezaliel Pereira Batista	Danúbio Pessoa Freire
Calos Roberto de Lima	Djalma Jorge de Sousa Monteiro
Carlito da Silva	Edi Sousa Lima
Carlos Alb. dos Santos Barbosa	Edimar Anastácio de Sousa
Carlos Alberto do Amaral	Edmilson Miranda
Carlos Alberto Gonçalves Ferreira	Edmilson Antonio de Sousa
Carlos Augusto Pontes Prado	Edmilson Bento Coelho
Carlos Machado de Sousa	Edmilson Enesto Carvalho
Célia Matos	Edmilson Ferreira da Silva
Cesário Carneiro de Brito	Edmundo Basílio da Silva
Cesário Vieira da Costa Neto	Ednir Alberto de Carvalho Lima
Cícero Araújo da Costa	Edson Maciel dos Santos
Cícero Dias de Lima	Edvaldo Batista de Sousa
Cícero Lopes de Rocha	Elias Francisco de Sousa
Cicero Rodrigues de Souza	Elias Souza Freitas
Cícero Romildo Pereira da Silva	Eliezer Pinheiro Mota
Cid Gomes Sobreira	Eliseu Lima Sousa
Claudia Rosas de Sousa	Eliseu Sampaio Nogueira
Cleber Olinda Fernandes	Elizete Lucio da Costa
Cleire Maria Lobo de Mesquita	Erivan Anastácio de Sousa
Clodoaldo Olinda Fernandes	Etenilda Araujo Linhares



Eugênio Souto Angelim

Eva Lucia Bezerra Farias

Eva Maria de Sousa

Eveline Prudente Azevedo

Expedito Galdinho da Costa

Fátima Pinheiro

Fca de Maria Araujo Martins

Fca Fernandes do Nascimento

Fca Inácia de Lima Guimarães

Fco Alberto Araújo de Souza

Fco Anacleto M. do Nascimento

Fco Carlos Viana de Carvalho

Fco das Chagas da Silveira Reis

Fco de Assis G. do Nascimento

Fco Edmilson Pereira Felizardo

Fco Guarani de Vasconcelos

Fco Iranildo Bandeira Pereira

Fco Martimo Cavalcante Bezerra

Fco Nilton Menezes Rebouças

Fco Nilton Moreira da Rocha

Fco Raimundo do Nascimento

Fco Tadeu Bezerra Cavalcante

Fco Vilemar Albuquerque Bezerra

Felinto Granjeiro

Fernando Prado Parente

Flavia Teixeira Sabóia

Flavio Brandão de Farias

Francimar Viana de Queiroz

Francisca Chagas de Paulo

Francisca Claudia Peixoto

Francisca Dací

Francisca das Chagas de Paiva

Francisca das Chagas Osterno

Francisca Dilva Lima dos Santos

Francisca Ivoneide Cunha Costa

Francisca Lucélia U. de Alencar

Francisca Lucia F. Oliveira

Francisca Ludmila Falcão

Francisca Mônica Dantas

Francisca Pereira Milone

Francisca Tereza do Nascimento

Francisca Xavier Pereira da Silva

Francisco Adalberto Gomes Filho

Francisco Admar do Carmo Lima

Francisco Adriando M. de Sousa

Francisco Airton Tabosa Serafim

Francisco Alan Alves de Lima

Francisco Alberto Lima Mendes

Francisco Alves

Francisco Alves de Andrade

Francisco Alves do Nascimento

Francisco Antônio Alves da Silva



Francisco Antônio Bezerra Araújo

Francisco Antônio de Sousa

Francisco Antônio Pereira da Luz

Francisco Assis da Rocha

Francisco Audisio de Oliveira

Francisco Bezerra Dias

Francisco Camilo dos Anjos

Francisco Carlos Alves Camelo

Francisco Carlos Nogueira Viana

Francisco Célio Vieira Leite

Francisco Chagas dos Santos

Francisco Clóvis de Oliveira

Francisco das Chagas Dias

Francisco das Chagas Pereira

Francisco das Chagas Romão

Francisco de Assis Barbosa

Francisco de Assis da Silva

Francisco de Assis Lopes Bezerra

Francisco de Freitas Filho

Francisco Décio Pereira

Francisco Demontier de Andrade

Francisco Denilson Paixão

Francisco Deusimar Girão

Francisco Edilson Pontes

Francisco Edmilson Amorim

Francisco Edmilson de Almeida

Francisco Fábio Xavier Nonato

Francisco Fernando da Silva

Francisco Ferreira da Silva

Francisco Ferreira Passos

Francisco Firmino Neto

Francisco Germano Moreira

Francisco Gomes de Sousa

Francisco Gonçalves Lemos

Francisco Gonçalves Lucena

Francisco Helio Cavalcante Lima

Francisco Holanir Cabral

Francisco Irismar Ferreira Silva

Francisco Ivan Monteiro

Francisco Jerônimo da Costa

Francisco Jesuíno de Sousa

Francisco Joaquim F. Vale

Francisco José Alexandre Sousa

Francisco José Aragão Facundo

Francisco José de Freitas Alves

Francisco José de Lima

Francisco José de Souza da Silva

Francisco José Trindade Ripardo

Francisco Luiz Timbó Paiva

Francisco Martins de Castro

Francisco Matias

Francisco Matias da Silva

Francisco Miguel da Silva	Geraldo Gonçalves da Silva
Francisco Nascimento Pereira	Geraldo Inácio da Silva
Francisco Newdo Silvestre Alves	Geraldo Pereira da Costa
Francisco Pereira da Silva	Gerardo Carneiro da Rocha
Francisco Pereira dos Santos	Gilberto de Oliveira Chaves
Francisco Raimundo Pereira Lima	Gilvan Andrade de Castro
Francisco Ramos Magalhães	Guilherme Alves da Silva
Francisco Ribeiro de Matos	Hairton Maranguape
Francisco Riomar de Magalhães	Hamilton Aragão Dias
Francisco Robério L. Rodrigues	Helena Carlos de Azevedo
Francisco Rodrigues de Amorim	Heleno Gomes de Matos
Francisco Rodrigues de Sousa	Heliardo Cavalcante
Francisco Rodrigues Lima	Hélio Ventura Leonardo
Francisco Rogério Farrapo	Heloisa Helena P. de Abreu
Francisco Ulisses Alencar	Hemilton Cândido Mendes
Francisco Valério Coutinho	Hervalino da Silva Moreira
Francisco Viana Porto	Hilario Ferreira da Silva
Francisco Vieira Nunes	Hildeberto Jurumenha Ribeiro
Francisco Vilemar A. Bezerra	Hugo Lopes Galvão
Francisco Vital de Carvalho	Humberto Martins dos Santos
Francisco Zilmar Alves Feitosa	Inácio Vidal Rolim
Frederico Jorge Grossi Cavalcante	Inocência Martins de Moraes
Genildo Lima Brito	Iones Ferreira Jacinto
Geraldo Carlos da Silva	Ipojucã César Pereira Maciel
Geraldo da Rocha Cavalcante	Irene Rodriguez Paulino
Geraldo Frota da Silva	Irene Silva Araújo



Irenice Gomes da Silva	João Ferreira de Araújo
Irismar Carneiro de Sousa	João Ferreira Santiago
Ismar Ximenes Aragão	João Julio da Silva
Isnard Praciano Rodrigues	João Lucio de Sousa
Israel Andre de Sousa	João Manoel Filho
Ivaldo Pereira de Sousa	João Pereira dos Santos
Ivan dos Santos Aguiar	João Rodrigues de Sousa
Ivanildo Ferreira dos Santos	João Rodrigues Soares
Ivanira Ferreira de Figueiredo	João Rurik de Sousa Filho
Ivo Antônio Siebra de Brito	Joaquim Agustinho R.Esmeraldo
Ivoneida Cunha Costa	Joaquim do Vale
Jacinta Cardoso dos Santos	Joaquim Farias Cunha
Jacinta Maria Melo Moura	Joaquim Sousa de Oliveira
Jairo Glauter da Silveira	Jorge Rocha Pereira
Jakson Almeida Alencar Filho	José Adeny de Sousa
Japuan Rodrigues de Sousa Vieira	José Afonso Barbosa da Costa
Jesualdo Pereira da Silva	José Agenor F. Caracas Simões
João Batista de Oliveira	José Airton de Negreiro
João Bosco de Melo	José Airton de Sousa
João Bosco Ferreira Lima	José Airton Franca Vieira
João Bosco Nicolau	José Alberto Alves da Silva
João Calaça Filho	José Alberto Chaves
João de Oliveira Ponte	José Alberto Filho
João Eudes Moreira Rodrigues	José Alberto Pereira
João Felipe Filho	José Alberto R. de Lima
João Fernandes Leal	José Aldeci Ribeiro Pontes





José Almir Falcão Silva

José Amilton de Brito

José Antônio da Costa

José Araújo Cavalcante

José Araújo dos Santos

José Arcanjo Teixeira

José Ari Campos

José Arline Pereira

José Arteiro

José Candido Neto

José Carlos de Oliveira Melo

José Cláudio Cardoso de Oliveira

José Coelho Rocha

José Danúbio Bezerra Primo

José de Anchieta de Oliveira

José de Assis

José de Lima Filho

José de Paula Duarte Pires

José Divaldo de Lima

José do Nascimento

José Edilberto de Negreiros

José Edilson Santos

José Edivan da Silva

José Elder Alves Farapo

José Erlanio de Sá Barreto

José Eudes Bezerra

José Eudice Negreiro

José Evandir Rodrigues

José Evandro Furtado

José Everardo Ribeiro

José Felipe Alves

José Fernandes da Silva

José Ferreira da Silva

José Ferreira Rodrigues

José Flávio de Souza

José Flavio Dionisio Santana

José Francisco Barros

José Francisco do Nascimento

José Garcia Feitosa

José Genival Pereira da Silva

José Gentil de Oliveira

José Gomes da Silva

José Gonçalves dos Santos

José Gonzaga da Silva

José Hélio Alves de Araújo

José Hidelito de Figueiredo

José Humberto Cavalcante da  
Silva

José Jayro Rodrigues Jacó

José Juarez Silva

José Laerton Patricio Alexandre

José Leite Lima



José Liduino Coutinho

José Lopes Araújo

José Lucio Bilhar

José Maria Cisne

José Maria da Conceição

José Maria de Farias

José Maria de Oliveira

José Maria Moreira

José Maria Pereira

José Maria Soares Furtado

José Mario Lobo

José Mario Santos Barbalho

José Martins Pereira

José Mauro Pessoa

José Moacir de Araújo

José Moreira de Sousa

José Murilo Maciano

José Nilson Bernardo Júnior

José Odaci C. Lima e Silva

José Olavo de Oliveira

José Oleudo de Freitas

José Oliveira Goés

José Osias Santiago

José Osmo da Rocha

José Otaviano Lopes Filho

José Otavio Cavalcante

José Paz de Oliveira

José Plínio de Sousa

José Raimundo de Freitas

José Ramos Correia

José Ribamar Alves de Almeida

José Ribamar Mendes Filho

José Ricardo da Silva

José Roberto Pinheiro Milfont

José Ronaldo Nogueira

José Ronaldo Nunes de Melo

José Rotiélío e Silva

José Sousa Nunes

José Teixeira dos Santos

José Valdir Moura

José Vilemar Alb. Bezerra

José Weder Gonçalves Pereira

José Wilson dos Santos Pereira

José Wilton do Nascimento

José Zezito dos Santos

Josefa Maria de Macedo Queiroz

Joselias Soares Diniz

Josemar Martins Lima

Josinei Vasconcelos Araújo

Julio Rodrigues Freitas

Junilton Silva Rodrigues

Juscelino Rebelo Vieira



Juvêncio Mendes da Rocha Neto	Luiz Gonzaga Gomes
Karla Cecilia Aguiar Barbosa	Luiz Haroldo Rodrigues Monteiro
Karla Denise Gonçalves Azevedo	Luiz Ivan Soares Martins
Leonilha Fontenele Rocha	Luiz Lima Soares
Leumar Ramiro Chaves	Luiz Mavinier Miranda Tavares
Liduina Ferreira Gomes	Luiz Ribinaldo Sobrinho
Liduina Ferreira dos Santos	Luiz Sergio Cardoso
Lino Moreira	Luiza Aparecida de Oliveira Luz
Lourival Bispo dos Santos	Luziana Emidio Laureano
Lucia do Nascimento de Lima	Luzimar Alves de Oliveira
Lucia Nogueira de Oliveira	Ma Angélica R. de Almeida Luna
Luciano Felix da Silva	Ma Apolinário de Alencar Ulisses
Luciano Gomes	Ma Bernadete Germano da Silva
Luciano Santos da Cunha	Ma da Conceição Vasconcelos Bittencourt
Lucinea Oliveira Pires de Freitas	Ma das Graças de Araujo Chaves
Lucy Mary Gomes Matos	Ma Elizabete Rodrigues Almeida
Luis Bezerra de Oliveira	Ma Turmalina Barbosa de Freitas
Luis Carlos de Alencar Melo	Ma Vanderlisa Domingues Santos
Luis Euclides da Silva	Manoel Alfredo Arcanjo
Luis Ferreira Lima	Manoel Alves Duarte Filho
Luis João dos Santos	Manoel Bonfim Gonçalves
Luis José da Silva Catarina	Manoel Ernandes Freire
Luis Martins da Silva Junior	Manoel Ferreira da Silva
Luis Pontes	Manoel Gomes Ferreira
Luis Sergio Cardoso	Manoel Guilherme P. de Oliveira.
Luiz Alberto Soares Pereira	



Manoel Heldizio Mendonça Leal

Manoel Lopes de Meneses

Manoel Rodrigues dos Santos

Manoel Vicente P. da Silva Neto

Manuel Ribamar Nunes

Marconi Rodrigues de Sousa

Marcos Ant. Cavalcante da Silva

Marcos Antônio Feitosa da Justa

Margarida Maria Dias Nogueira

Maria Alves Duarte

Maria Arlete Pereira de Araujo

Maria Augusta de Melo Bezerra

Maria Auxiliadora de Lima

Maria Caetana Picanço Banhos

Maria Carminha

Maria Concebida dos Santos

Maria Conceição Araújo Moreira

Maria das Graças de Paula Paiva

Maria das Graças Frota da Silva

Maria das Graças Magalhães

Maria de Fátima Barbosa Rocha

Maria de Fátima Custódia da Silva

Maria de Fátima Girão Nogueira

Maria de Guadalupe Rebouças

Maria de Lourdes dos Santos

Maria de Lourdes Silva Barbosa

Maria de Nazaré Alves da Silva

Maria Dinorá Pereira Magalhães

Maria do Carmo Almeida Teixeira

Maria do Carmo da Silva Brito

Maria do Carmo Romão

Maria do Carmo Souza Brito

Maria do Nascimento Faustino

Maria do Socorro Alencar

Maria do Socorro da Silva

Maria do Socorro Esmeraldo

Maria do Socorro Maia de Aquino

Maria do Socorro Silva

Maria Ednela Lopes Pinto Pessoa

Maria Eliete de Sousa

Maria Elza Silva de Carvalho

Maria Euney de Alencar

Maria Ferreira de Brito

Maria Filomena Duarte da Silva

Maria Goret Bezerra Farias

Maria Goreth Fernandes

Maria Gorette de Sousa

Maria Iracema Silva

Maria Iris dos Santos Rodrigues

Maria Isabel Dantas

Maria José Bernardino da Silva

Maria José Muniz



Maria Julieta Carneiro Campos	Mauro Feliciano da Silva
Maria Leirimar Bezerra Costa	Miguel Ferreira dos Santos
Maria Leone Nunes Vieira	Miguel Francisco de Sousa
Maria Lindalmira de Castro Farias	Mirabeau Sousa do Nascimento
Maria Lucia da Silva Marques	Mirton Brito de Oliveira
Maria Lúcia Pereira de Paiva	Moacir Marques de Oliveira
Maria Lucielma Silva	Moema Glauce A Vasconcelos
Maria Madalena Ribeiro	Moisés Alves de Lima
Maria Marilza Oliveira Moura	Moisés Doroteu de Sousa
Maria Marlene Tavares Rodrigues	Moisés Linhares Arruda
Maria Mirinelda Portacio da Silva	Moisés Paiva Lima e Silva
Maria Nunes dos Santos	Moisés Paiva Lima Silva
Maria Pereira da Costa	Moisés Rodrigues Mourão
Maria Raquel Mandu Kuiaski	Monoel Antônio do Amaral
Maria Rodrigues Fontenele	Monoel Bonfim Gonçalves
Maria Saraiva Ferreira (Gilzeth)	Monoel Rodrigues dos Santos
Maria Socorro Bezerra Montes	Mozart Alves Cabral Filho
Maria Verônica da Silva	Nelson Balbino da Silva
Maria Vieira da Silva	Neuza de Aquinos Santos
Maria Zilda Duarte da Silva	Olavio Manoel dos Santos
Maria Zildene Ramos da Silva	Oneide Maria Coelho Costa
Marilza Rodrigues de Moura	Orlando de Sousa Freitas
Marlene Costa	Oswaldo de Brito
Marluce Cavalcante Quinto	Paulo Ramos Pontes
Marlucia Peixoto Pastor	Paulo Roberto Ferreira e Silva
Marta Maria da Silva	Paulo Rob. Mendonça Façanha



Paulo Venicius Luna Ribeiro  
Pedro Alberoni Coutinho Moreira  
Pedro Alves da Costa Filho  
Pedro Ferreira da Silva  
Pedro Holanda Sobrinho  
Pedro Paulo Ferreira da Silva  
Pedro Rodrigues Pedrosa  
Quintino Granjeiro Neto  
Raimunda Maria M. de Araujo  
Raimunda Nonato de Sousa  
Raimunda Ranilda Alves  
Raimunda Silva Ferreira  
Raimunda Teixeira Gomes  
Raimundo Almeida Filho  
Raimundo Batista Pereira  
Raimundo Candido dos Santos  
Raimundo Carvalho  
Raimundo Cunha Filho  
Raimundo Gomes  
Raimundo Gomes de Pontes  
Raimundo Gonçalves Santiago  
Raimundo Luiz de Santana  
Raimundo Nonato C. de Lima.  
Raimundo Nonato de Oliveira  
Raimundo Nonato de Sousa  
Raimundo Nonato Xaves

Raimundo Nunes de Araújo  
Raimundo Oliveira dos Santos  
Raimundo Patrício Gomes  
Raimundo Pereira dos Santos  
Raimundo Praciano de Oliveira  
Raimundo Rodrigues de Oliveira  
Raimundo Santana Lemos  
Raimundo Sergio Correia  
Raimundo Souza Ribeiro  
Raquel Pereira  
Raquel Pereira de Brito  
Rdo Alberto Ferreira Manço  
Rdo Cândido Damasceno de Sousa  
Rdo Manoel do Nascimento  
Rdo Nonato Santana da Silva  
Rdo Wellington Lino dos Santos  
Regina Maria de Santana  
Reginaldo Ferreira de Moraes  
Renato Victor da Costa  
Ricarte Souza Oliveira  
Rita de Cassia Cunha  
Rita Soares Pinheiro Sombra  
Roberto Alves de Albuquerque  
Roberto Luque de Sousa  
Robson Luis Sales Melo





Rocildo Modesto da Silva

Rodezir Martins Lopes

Rosa Maria de Vasconcelos

Rosalina dos Santos Belmiro

Rosana Carla de Melo L. Soares

Rosimary Fernandes Targino

Rubens Demontier Santana

Rui Amauri Fontenele

Ruy Tomaz Ferrer

Salviano Quitino de Souza Filho

Sandra Lucia da Silva Mota

Sandra Venâncio

Sebastiao Falcão dos Santos

Sebastião Francisco da Cruz

Sebastião Rogério de S. Costa

Severino Silveira de Araújo

Sidrônio Ferreira e Silva

Silvio Augusto Ribeiro Torquato

Teresa Maria Alves Colares

Terezinha Aguiar Guedes

Terezinha Araujo Braga

Terezinha Gomes Cavalcante

Terezinha Guedes de Lima

Terezinha Linhares dos Santos

Terezinha Vasconcelos Morais

Ulisses Mariano da Silva

Valdir Pereira dos Santos

Valmir Torres da Silva

Vandevaldo Gomes Nunes

Vandik Ferreira Barbosa

Vânia Maria Bezerra de Sousa

Vania Maria Temoteo Oliveira

Vanilson Cardoso dos Santos

Vicente de Paula Brito

Vicente de Paulo Sousa

Vicente Fabio Xavier Nonato

Vicente Fernandes Bezerra

Vicente Ferreira Lima Filho

Vicente Pinheiro Neto

Vilebaldo Alves de Melo

Walla Forte Alves

Wanderberg Ferreira

Wellington Carvalho Rocha

Wellington Cleiton Sales de Sousa

Wildson Brito Sobreira

Zaira Maria Fontenele Martins

Zilene da Silva Xavier

## TESE 3

### TESE LUTAR PRA TRANSFORMAR

**"A HISTÓRIA DE TODA SOCIEDADE, ATÉ HOJE, TEM SIDO A HISTÓRIA DA LUTA DE CLASSES".**

**(KARL MARX, SÉC. XIX)**

**"A EMANCIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA SERÁ OBRA DA PRÓPRIA CLASSE TRABALHADORA".**

**(KARL MARX, SÉC. XIX)**

**"O SOCIALISMO É O SALTO DA HUMANIDADE, DO REINO DA NECESSIDADE PARA O REINO DA LIBERDADE".**

**(FRIEDRICH ENGELS, SÉC. XIX)**

**"NÃO BASTA QUE SEJA PURA E JUSTA A NOSSA CAUSA. É NECESSÁRIO QUE A PUREZA E A JUSTIÇA EXISTAM DENTRO DE NÓS".**

**(AGOSTINHO NETO, POETA E REVOLUCIONÁRIO ANGOLANO)**

## CONJUNTURA INTERNACIONAL

### A CRISE CAPITALISTA NA UNIÃO EUROPEIA E NA GRÉCIA

Há mais de dois séculos que o sistema capitalista tem como objetivo a exploração do homem pelo homem para valorizar o capital, realizar o superlucro. Recentemente, estamos observando a crise financeira dos países da União Europeia, sobretudo o da Grécia como pivô desta crise. A crise do capitalismo, analisada no século XIX por Karl Marx, sempre foi marcada por períodos cíclicos de prosperidade, crise e depressão, numa média de 26 anos; e tem sua origem na irracionalidade do sistema capitalista. Ela ocorre devido à concentração do grande capital nas mãos de uma minoria privilegiada, a qual leva a classe trabalhadora ao desemprego, à miséria, à retirada de direitos e conquistas dos trabalhadores na Europa (como exemplo, o Welfare State - Estado do Bem-estar Social) e, por último, à barbárie. Mas a crise do capitalismo já não é mais cíclica, e sim uma crise estrutural, sistêmica, que rompeu com o ciclo de Kondratieff, tendo um continuum que já ultrapassa mais de 30 anos, desde 1973 com a crise do petróleo, com crise do modelo de produção fordista-taylorista face ao modelo toyotista de produção japonês. Uma crise de valorização do capital no sistema produtivo, indo o capital, então, para o sistema especulativo financeiro, sobretudo, através do endividamento dos países do terceiro mundo face aos países centrais.

A crise internacional de 2008, que estourou nos Estados Unidos, quando o Lehman Brothers, o quinto maior banco de investimentos, simplesmente quebrou com bilhões de títulos podres em carteira, levou o mundo a uma das maiores e mais graves crises produzidas

pelo sistema capitalista, sacudindo os alicerces tanto da estrutura econômico-financeira, quanto da político-social da engrenagem da burguesia internacional e das principais nações imperialistas, contagiando todo o mundo capitalista, num verdadeiro efeito dominó. Na verdade, tornando impossível o sistema produtivo de remunerar o sistema financeiro, deixando o Estado burguês com a finalidade de salvar os capitalistas da bancarrota. Como já nos advertia Marx, o “Estado é o comitê financeiro da burguesia”.

A principal sinalização da recente crise na Grécia tem como epicentro, as crises econômicas e financeiras das maiores potências imperialistas que são os Estados Unidos e União Europeia (Alemanha, Inglaterra, França e Itália).

As burguesias americanas e europeia buscam tranquilizar os efeitos da crise, através de subsídios multibilionários, para algumas das grandes corporações industriais e bancos em falência (injetando bilhões de dólares em seus caixas ou estatizando-os, como aconteceu com o banco inglês Royal Scotland Bank). Recorrem a verbas públicas que foram, em grande medida, para o setor especulativo, multiplicando os benefícios dos monopólios e dos bancos internacionais. Entretanto, em diferentes níveis, essas medidas, justificadas como supostas “alternativas” para a crise, não fizeram outra coisa, senão acrescentar novos ingredientes, desencadeando novos efeitos colaterais, gerando perversos círculos viciosos que conduziram o Estado burguês aos limites da falência e os países mais afetados pela crise ao colapso.

A Grécia foi palco de grandes manifestações da classe trabalhadora grega contra os duros ataques do governo (corte de 15 mil empregos públicos, diminuição de 22% no salário mínimo, flexibilização das

leis trabalhistas – ‘leia-se demissão dos trabalhadores’, pacote de impostos e reforma da previdência) com aval do parlamento grego. A Troika (Banco Central Europeu, Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional) exigiu todas estas medidas para que o país seja contemplado com uma nova “ajuda” financeira de 130 bilhões de euros para pagar os credores internacionais, ou seja, para garantir parte da dívida de 14,5 bilhões de euros, que venceu no fim de março/2012, ao seu principal credor, os banqueiros alemães que impõem mais um “pacto” que vai sugar as últimas gotas de sangue dos trabalhadores gregos.

O quadro na Grécia é de profunda crise econômica, com o país mergulhado numa tragédia social de grande intensidade. Nela, o capital especulativo impôs ao povo grego uma falência do Estado, através do cassino financeiro internacional, exigindo do governo duros ataques à classe trabalhadora da Grécia, com o único objetivo da liberação do dinheiro público (orçamento nacional) para o pagamento de juros e amortizações.

O exemplo do que está ocorrendo hoje, na Grécia, é, talvez, a maior lição do aprofundamento e da gravidade da crise financeira, do colapso econômico que ameaça a economia capitalista-especulativa de todo o mundo. Os fatos nos mostram, portanto, que o capitalismo é um sistema anárquico, desumanizador e destruidor, ou seja, que dentro da sua ordem não há saída para os trabalhadores, logo é preciso que a luta dos trabalhadores se transforme numa luta política e não se limite a uma luta economicista salarial. Como diz Lênin, “é preciso imprimir na luta econômica a luta política”, pois sem teoria revolucionária, não há consciência revolucionária, sem consciência revolucionária, não há ação revolucionária e sem ação revolucionária, não há revolução, isto

é, nova evolução da humanidade. Os trabalhadores precisam dar este salto ontológico na história, a partir da compreensão teórica de seu conflito de classe, da contradição histórica do capitalismo, superando sua luta meramente emotiva e pró-reativa. Formar este trabalhador contestador do sistema capitalista é um dos objetivos, senão o principal, da luta política sindical e não formar um sujeito cooperador com o capital. É preciso romper com esse pacto neocorporativista sindical.

## CONJUNTURA NACIONAL

Neste 10º Congresso do SINTSEF/CE, que acontece em Beberibe-CE, entre os dias 28 e 31/08/2012, temos um momento ímpar para avaliar o primeiro ano do Governo Dilma (PT) e apontarmos o caminho que a Classe Trabalhadora deverá tomar no próximo período. Temos um governo eleito pelo voto da Classe Trabalhadora, já que o seu concorrente era o legítimo representante da Classe Dominante. Venceu a vontade e o desejo dos (as) Trabalhadores (as) que, pela terceira vez consecutiva, derrota o projeto da Classe Dominante, o projeto ortodoxo neoliberal, para vitoriar o projeto neodesenvolvimentista do PT, embora inferior ao nacional desenvolvimentismo dos anos 1960-70.

Entretanto, enfrentamos nos dois mandatos do Governo Lula (PT), muita indefinição e imposição da administração petista para o setor público. Esta indefinição levou alguns segmentos do funcionalismo a se movimentar com vários processos de mobilizações e greves. Estas foram duramente reprimidas com o rigor da caneta do Governo Lula (PT) o qual impôs algumas derrotas significantes aos setores

que, legitimamente, fizeram greve: desconto dos dias paralisados, corte de ponto e, evidentemente, um processo de negociação sem nenhum resultado positivo. Essas imposições do Governo Lula, amparadas pela justiça burguesa, fizeram com que muitos setores dos servidores públicos federais recuassem em algum momento, para buscar, de forma unificada, construir um processo mais consistente de enfrentamento ao Governo Lula (PT), para poder ter êxito nas suas reivindicações. Mas é preciso salientar que o Estado é um agente político e financeiro do capital, um instrumento de controle social entre os interesses antagônicos de classes.

Voltando ao Governo Dilma (PT), que na nossa visão é a continuidade do Governo Lula (PT), entendemos que, ele (governo) deverá aplicar no Brasil a receita da Troika (Banco Central Europeu, Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional) que é recomendada aos países europeus, afinal, temos mais de 350 bilhões de dólares de reserva cambial, somos o 4º maior credor individual dos EUA (147 bilhões de dólares), somos a 6ª economia do mundo, com previsão de ser a 4ª em 2016 e, atualmente, o Brasil é o décimo país credor do FMI, então, fica a pergunta: “A quem está servindo o Brasil ter ultrapassado o Reino Unido”? “E passar a ser a 6ª economia do mundo se as desigualdades sociais continuam se ampliando e somente os mesmos continuam levando a melhor”? Faz-se necessário que esse avanço seja revertido para a classe trabalhadora brasileira. No entanto, é preciso ter a clareza que Marx já criticava esse entendimento político do Estado moderno, ou seja, que acredita no Estado como capaz de resolver as mazelas sociais produzidas pelo capitalismo; ao contrário, Marx já dizia que o Estado é a fonte de todos os males sociais e que é preciso negar o Estado e transformá-lo

em Comuna num processo de transição para a sociedade comunista. É preciso combater essa ilusão da onipotência da vontade política no Estado capitalista. Negar o presente político, é negar essa forma política que a classe trabalhadora, infelizmente, ainda está presa na ilusão de uma transformação social a partir da humanização do capitalismo. Lucro e salário vão sempre se tencionar, se confrontar, porque a subida de um requer a descida do outro.

Os problemas do Brasil supracitados, não são financeiros, pois recursos existem, a questão é que não são dadas as prioridades necessárias às áreas sociais deste país.

Na contramão da história e diante dos fatos, o quê deveria estar sendo realizado de investimento na área social, estão sendo investidos bilhões de reais para construir estádios de futebol em doze Estados da federação, em prol da realização da Copa do Mundo em 2014, se submetendo às imposições da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e da Federação Internacional de Futebol Association (FIFA), pois essa turma é quem está determinando o que pode e o que não pode ser feito no país, inclusive, descumprindo leis nacionais como o caso da liberação da venda de bebidas alcoólicas nos estádios de futebol. Pelos caminhos que estão seguindo, acreditamos que essa turma (CBF/FIFA) vai assumir o destino do país até o final da Copa, uma vez que os governantes têm demonstrado subserviência no trato das demandas da Copa de 2014.

Enquanto isso, precisamos conviver com atitudes arbitrárias como a que aconteceu na cidade de São José dos Campos, na comunidade Pinheirinho. Depois de todo o massacre ocorrido, fica a pergunta: “Onde estão os defensores dos direitos humanos”? O que aconteceu

em Pinheirinho foi um massacre anunciado, pois, naquela comunidade, moravam trabalhadores da construção civil, metalúrgicos, comerciários, empregadas domésticas e outros trabalhadores comuns que, ao longo dos últimos oito anos, com os seus limitados salários, conseguiram construir um espaço, se não nos moldes ideais, em condições mínimas para amparar as suas famílias. Tudo realizado para amparar um megaespeculador – Naji Nahas, muito conhecido nos Tribunais de Justiça do país, inclusive foi preso em 2008, na operação Satiagraha e consta que é devedor de vários anos do IPTU referente ao terreno em discussão. Na nossa visão, o governo federal deve desapropriar o terreno e devolver para os trabalhadores que foram expulsos da comunidade Pinheirinho e, evidentemente, oferecer políticas públicas no setor habitacional, onde os trabalhadores tenham sua moradia digna e de qualidade, a qual haja saneamento básico, eletrificação, escola, postos de saúde etc.

Por tudo isto, temos a convicção de não haver justificativa para a aplicação dessa política de arrocho salarial aos trabalhadores públicos federais deste país.

Diante dessa realidade, queremos ressaltar a importância do Fórum das Entidades Representativas dos (as) Trabalhadores (as) do Serviço Público Federal das três esferas de poder: Executivo, Legislativo e Judiciário. Este Fórum, atualmente constituído por 30 entidades com representatividade de âmbito nacional do funcionalismo, organizou quatro importantes marchas em 2011 que tiveram papéis importantes para denunciar as políticas equivocadas do Governo Dilma (PT). Uma delas foi, como primeira ação governamental, dar reajustes de 149% aos Ministros, conceder 143% para o próprio Governo e 61% para deputados e senadores.

Um governo que brada aos quatro cantos do país dizendo que não convive com os “maus feitos”, contudo, somente os combatem quando as denúncias são massificadas pela mídia, como foram os casos de corrupção nos seus Ministérios. Em menos de um ano governo, foram afastados seis Ministros: Antônio Palocci (Casa Civil), Orlando Silva (Esportes), Alfredo Nascimento (Transportes), Wagner Rossi (Agricultura), Pedro Novais (Turismo) e Mário Negromonte (Cidades), então, fica a pergunta: “Quem será o próximo”? “Será que o governo não tem competência para saber quem são os maus feitores”? Portanto, depois dessas atitudes, não foi surpresa a aproximação do governo Dilma Rouseff com o Governo de Barack Obama, ao convidá-lo para vir ao Brasil se esconder do caos que ele gerou nos Estados Unidos.

Com o discurso da austeridade fiscal, executou os maiores cortes já vistos nos orçamentos da União, contingenciando R\$50 bilhões em 2011. E foi mais além, não se sentindo satisfeito, apresentou um corte de R\$55 bilhões no orçamento de 2012.

Com essas ações, o Governo Dilma (PT) já entrou para a história como o governo que mais retirou recursos dos trabalhadores, principalmente das áreas sociais para atender ao capital especulativo (FMI, Banco Mundial e a Agiotagem Internacional), haja vista que, o orçamento de 2012 reserva quase 49% da receita para o pagamento de juros e “amortização da dívida pública”. Esses recursos poderiam ser investidos em Saúde, Educação, Pesquisa, Soberania Alimentar e Desenvolvimento Rural Público (através da Embrapa e demais instituições), Reforma Agrária e em vários outros setores importantes para o desenvolvimento do país.

Mas, infelizmente, o governo Dilma (PT) optou por abandonar os que lhe elegeram e se juntar aos megaempresários nacionais, criando a Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade (CGDC), vinculada ao Conselho de Governo da Presidência da República, cujos conselheiros são os megaempresários Jorge Gerdau (Presidente da Câmara) e Abílio Diniz, adotando uma política “gerdauriana” para desmontar as políticas públicas e priorizar as demandas do setor privado. Dessa forma, não poderia ser diferente ao aprovar a privatização dos Hospitais Universitários, da Previdência dos Servidores Públicos Federais, dos aeroportos de Brasília, Guarulhos, Tom Jobim (Galeão), Viracopos e Campinas. Portanto, não temos dúvidas ao afirmar que o Governo Dilma (PT) está aplicando a velha receita neoliberal do candidato tucano que foi derrotado nas últimas eleições para Presidência da República, pois, o discurso contra a privatária tucana foi duramente materializado pelo Governo Dilma (PT).

Nesse sentido, voltamos a reforçar a importância do Fórum das Entidades Representativas dos (as) Trabalhadores (as) do Serviço Público Federal das três esferas de poder: Executivo, Legislativo e Judiciário, observando que, apesar dos consensos construídos em torno de uma pauta comum, ele ainda é insuficiente para barrar a política privatista do Governo Dilma (PT). Por isso, precisamos continuar avançando para conseguir unificar as lutas: Entidades dos Movimentos Sociais e populares, todas as centrais sindicais; MST; MTST; SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS; ESTADUAIS e MUNICIPAIS; Estudantes; Bancários e outros segmentos importantes dos Movimentos Sociais. Para exigir do Governo Dilma (PT) Reforma Agrária, defesa da Saúde, Educação, Meio Ambiente e Serviços Públicos

de qualidade, com servidores capacitados e bem remunerados, será necessária uma profunda transformação desse modelo econômico, dentre outras demandas do conjunto da Classe Trabalhadora.

A CONDSEF e o SINTSEF/CE denunciam a política de ajuste fiscal do governo Dilma (PT), exige o cumprimento dos acordos assinados com a CONDSEF e a CUT e afirma para o Governo que, “a Classe Trabalhadora não pagará pela Crise”.

Nesse sentido, os signatários desta tese conclamam a todos (as) para a construção da maior unidade possível a fim de denunciar e combater as políticas econômicas do Governo Dilma (PT) que busca favorecer a Classe Dominante e retirar direitos da Classe Trabalhadora.

## BALANÇO DO SINTSEF/CE 2010-2012

Eleitos em 2008 e empossados em 2010, após conclusão de processo jurídico, a gestão Renovação, Independência e Luta, vem dedicando-se com imenso afincamento à gestão do SINTSEF/CE. Com cerca de dois anos e dois meses a frente da entidade, destaques merecem ser feitos em relação à atuação da direção colegiada.

### 2010

Assim que chegaram, os novos diretores enfrentaram o governo ao lado dos servidores do Ministério do Trabalho e Emprego, que vivia momento de intensa paralisação. Também em greve estavam os servidores da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBIO).

O motivo das paralisações foi o não cumprimento de acordos por parte do governo.

Em festa para comemoração dos 21 anos do sindicato a direção, que acabara de tomar posse, organizou homenagem àqueles que compuseram a primeira direção do SINTSEF/CE e aos membros da chamada Comissão pró-sindicato, idealizadora do projeto político que originou o SINTSEF/CE.

Ao lado de outras entidades sindicais, participou de manifestações, sob a forma de boletins e divulgação na grande mídia, contra o PLP 549, que propunha congelar investimentos no Serviço Público.

Em dezembro enviou 92 delegados ao X Congresso da CONDSEF. Os mesmos foram eleitos em 25 assembleias realizadas nos locais de trabalho, nas delegacias do interior e na sede da entidade.

Com atenção especial aos seus filiados aposentados e pensionistas, a entidade repensou o formato das reuniões do segmento, mantendo o cunho político e agregando características culturais, informativas e de lazer. Aproveitando o dia em que acontecem essas reuniões, as últimas sextas-feiras do mês, a atual direção colegiada elaborou um novo projeto cultural e passou a realizar as noites culturais com temas musicais diversificados, promovendo grandes confraternizações com os filiados e seus familiares e convidados.

A busca pela otimização dos recursos financeiros do sindicato tem sido uma constante. Em prestação de contas referente ao 1º semestre de 2010 a gestão mostrou como é possível a racionalização de gastos, especialmente no consumo de combustível.

Em seminário promovido pelo Sindicato dos Correios o SINTSEF/CE

lançou cartilha sobre assédio moral. Na mesma temática está sendo preparado seminário que deve ocorrer no segundo semestre de 2011.

Para comemorar o dia do servidor público, em 2010, houve ato, nota e confraternização.

Cuidar da formação política dos filiados da entidade foi uma das prioridades apresentadas pela gestão. Nesse sentido, debate tem ocorrido em todos os momentos de encontro realizados pelo sindicato.

O Conselho de Delegados Sindicais de Base, por exemplo, passou a ter sempre um palestrante ou mediador com a finalidade de ampliar o debate de algum tema específico. O encontro de setembro de 2010, último antes das eleições estaduais, convidou os candidatos ao governo do Ceará para apresentarem seus planos de governo.

A coordenação de formação realizou curso piloto na Delegacia do Maciço de Baturité com quatro módulos de duração. O mesmo curso ocorreu nas demais delegacias e na Região Metropolitana de Fortaleza, com calendário que começou em 2010, continuou em 2011 e permanece em 2012.

## 2011

Em janeiro uma assembleia geral, que contou com a presença de mais de 530 filiados, aprovou um novo regimento para as Delegacias Sindicais. Dentre as alterações o destaque foi para a inclusão oficial da Delegacia dos Três Climas (Destrec), com sede em Itapipoca, no quadro de Delegacias Sindicais.

Em fevereiro foi eleita a sua primeira coordenação da Destrec, que começou a atuar em caráter provisório e estará à frente daquela instância até que seja eleita uma nova coordenação, em 2013.

Também em fevereiro começou o movimento referente à Campanha Salarial 2011. A primeira marcha de lançamento da campanha reuniu 10 mil servidores.

No mês de março o sindicato realizou pela primeira vez um encontro de comunicação sindical. O evento trouxe Vito Giannotti do Núcleo Piratininga de Comunicação para discutir o tema, ao lado da historiadora Adelaide Gonçalves. No mesmo mês, intensificaram-se as visitas à base e a discussão em torno da Campanha Salarial.

Abril foi um mês de festa para o SINTSEF/CE. No dia 16, a entidade completou 22 anos em defesa dos trabalhadores. Para comemorar o jornal ganhou outra cara, com novo tamanho e linha editorial mais ligada com o mundo de uma maneira geral. A primeira nova edição trouxe matérias sobre o MST, a realidade do agronegócio e discutiu a visão da mídia hegemônica em casos violentos. A partir deste, todos os jornais do SINTSEF/CE tem abordado temas que vão além do universo dos servidores federais.

Ainda em comemoração aos 22 anos houve uma ampla programação que incluiu cultura, arte, meio ambiente, educação e, claro, festa! Na ocasião foram homenageados aqueles chamados de pioneiros, isto é, os que primeiro se filiaram à entidade. Também foram homenageados os funcionários, numa demonstração de reconhecimento pelo trabalho que desempenham.

Na festa houve o lançamento de três livros de filiados da entidade, a professora e economista Ana Maria Afonso Braga, também coordenadora de formação política, o filósofo Jorge Luiz de Oliveira e o pescador Raimundo Araújo. Todos contaram com apoio do SINTSEF/CE.

Em abril a categoria intensificou a mobilização da Campanha Salarial. Houve ato em Fortaleza e marcha em Brasília.

No mês de maio, a Condsef realizou encontro de seu coletivo jurídico, uma discussão de três dias trouxe diversas questões importantes para o setor. Dois assessores do nosso sindicato foram ao evento e trouxeram as novidades para o nosso departamento

Ainda neste mês o sindicato realizou o seu primeiro debate sobre assédio moral, em parceria com o SINTECT (Correios).

Nova marcha aconteceu em junho. Nesta, o SINTSEF/CE foi representado por 90 filiados, eleitos durante o mês de maio nos locais de trabalho e regiões do interior.

Também em junho um animado arraial reuniu filiados em um momento de festa e integração. Aliás, as sextas-culturais tiveram eventos gostosos durante o ano.

No final de julho o site do sindicato foi colocado no ar. Inicialmente em fase de teste, mas aos poucos foi virando um espaço de atualização de notícias, de publicação de fotos e vídeos de interesse dos filiados.

Greves se espalharam pelos meses de julho e agosto. Administrativos da UFC e IFCE e professores do Estado do Ceará, foram algumas das categorias que cruzaram os braços em defesa, principalmente, de valorização, mesmo que sob diferentes prismas.

Em agosto o IPHAN fez irreverente manifestação pedindo valorização da cultura. Neste mês acabou o prazo do governo para enviar propostas orçamentárias para a Câmara Federal. O resultado foram acordos que trouxeram pequenos avanços para a categoria.

Uma grande vitória jurídica aconteceu também em agosto. No

processo de indenização de campo dos servidores do Ministério da Saúde, o juiz dispensou os 11% referentes à previdência. A dispensa significou um ganho médio de R\$ 2500,00 para cada filiado do processo.

Uma rasteira do governo também aconteceu naquele mês. Os trabalhadores que recebiam “VPNI - irredutibilidade remuneratória” perderam o benefício. Muitos servidores do DNOCS, em especial aposentados e pensionistas, foram pegos de surpresa com descontos em seus contracheques.

Dando exemplo em atuação sindical a Delegacia do Cariri realizou, em agosto, seminário reunindo servidores federais da região. Antes, em julho, a mesma delegacia discutiu assédio moral com sua base e, em setembro, promoveu curso de comunicação.

Setembro foi outro mês que merece destaque. Em assembleia geral a direção colegiada apresentou o balanço de 2010 e o relatório de auditoria dos anos 2005-2009. No relatório diversos indícios de irregularidades foram apontados.

Em outubro uma grande notícia: RPVs do processo de indenização de campo são assinadas. Vitória inquestionável e demonstração de toda dedicação do setor jurídico com os processos que envolvem os filiados.

Novembro foi um mês de muitos debates. No início do mês filiados Aposentados e pensionistas reuniram-se no primeiro Encontro Estadual do setor. Com a participação de 150 filiados, o evento contou com palestra do diretor da Condsef Rogério Expedito e do filósofo Jorge Luís.

No final do mês dois outros importantes temas foram objeto de encontro: Assédio Moral e a servidores intoxicados. O primeiro tema contou com palestra do Procurador Regional do Trabalho Gérson Marques e da professora doutora Regina Heloisa. Já para tratar da questão dos servidores intoxicados compareceram a médica e professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Heloisa Pacheco e o médico Severino Alexandre. Ainda na mesma temática a servidora federal Iracema Mariano, coordenadora da Delegacia Sindical do Cariri e a professora Dra Estelita Lima, apresentaram um estudo sobre os intoxicados da Funasa, feito com trabalhadores do Cariri. Para concluir, a advogada e assessora jurídica do SINTSEF/CE, Polyanna Souza, destacou o envolvimento do sindicato com os temas discutidos, garantindo a intenção de ampliar o debate cada vez mais

Em dezembro de 2011, outro golpe aos servidores do DNOCS. Uma nota técnica (522/2011), da Controladoria Geral da União orientava ao Departamento que uma complementação salarial conhecida como “bolsa” fosse retirada dos vencimentos dos servidores. Os valores significavam cerca de 1/3 do salário dos trabalhadores do Departamento. O ano terminou com mobilização política e jurídica em torno do tema.

Além de tudo isso, aconteceram diversas visitas à base, cursos de formação política, reuniões diversas, encontros mensais de aposentados e pensionistas, mobilização da luta PDVista e dos demitidos/anistiados, plenárias, encontros de delegados de base, CDEs, dentre outros.

## 2012

O ano começa com greve em categorias militares como Bombeiros e Policiais. Mesmo não sendo base da entidade o SINTSEF/CE manifesta seu apoio a legitimidade da paralisação.

Em fevereiro duas importantes questões geram grandes manifestações: a retirada da “bolsa” dos servidores do DNOCS e a intenção do governo de privatizar a previdência pública. No dia 8, uma grande manifestação reuniu dezenas de servidores do DNOCS em frente ao órgão. Desde então encontros semanais passaram a ocorrer no mesmo local, sempre com grande participação dos trabalhadores. Em abril, os servidores vivenciaram a retirada efetiva da complementação de seus contracheques, um golpe duro e fatal. O sindicato segue na mobilização para buscar a solução do problema. Audiência Pública, reunião com parlamentares, pressão em Brasília, além de atuação jurídica, ataca em todas as frentes o grave problema que os servidores passaram a enfrentar a partir da retirada desse valor. Praticamente no dia de fechamento desta tese, uma vitória no caso: após a terceira interferência do setor jurídico do SINTSEF/CE, a 4ª. Turma do TRF, em Recife, no dia 29 de maio, por maioria de votos, acolhe o recurso interposto pelo SINTSEF/CE, reconhecendo aquela Turma, portanto, o direito postulado pelo SINTSEF/CE em favor dos servidores do DNOCS, deferindo a liminar, para manter o pagamento da VPNI na forma e nos valores atuais, e não congelando os valores em fevereiro/2006 (como queria o DNOCS).

Quanto ao projeto que propunha privatizar a previdência pública e criar uma previdência complementar para os servidores federais, o SINTSEF/CE formou com outras entidades um Fórum em defesa

da previdência pública. Através do Fórum foram realizados debates, seminários, audiências públicas e panfletagem em Brasília com a intenção de barrar a aprovação do projeto. A delegação cearense pode considerar-se vitoriosa em sua mobilização, visto que, a maioria da bancada cearense na Câmara Federal não votou a favor do projeto. No entanto, nem todos os estados fizeram uma mobilização semelhante e o projeto foi aprovado na Câmara. Mesmo assim, a mobilização do Fórum continuou. Com campanha de mídia, manifestações e atos, os servidores federais no Ceará seguiram lutando contra a Privatização da Previdência Pública, no entanto, o Senado, em tempo recorde, aprovou o projeto por aclamação (o que impediu a sociedade de saber quem votou a favor ou contra) e a presidenta Dilma logo tratou de sancionar a matéria. Assim, o Fórum em Defesa da Previdência Pública transformou-se em Fórum em Defesa do Serviço Público, sendo lançado oficialmente em 29 de maio de 2012, e seguindo com sua atuação e mobilização em prol dos trabalhadores do serviço público.

A Campanha Salarial de 2012 foi iniciada em Brasília, em 15 de fevereiro. O lançamento no Ceará, acompanhando o calendário unificado de lutas elaborado pelas entidades nacionais, o SINTSEF/CE organizou com outras entidades de servidores, o primeiro Dia Nacional de Mobilização que ocorreu em frente ao prédio do Ministério da Fazenda, em 15 de março.

Uma assembleia geral realizada no dia 31 de março aprovou a Convocatória do 10º Congresso do SINTSEF/CE, a ser realizado entre os dias 28 e 31 de agosto deste ano, no município de Beberibe, com o tema: Em defesa dos direitos dos trabalhadores: contra as reformas e privatizações do governo Dilma! Desde 16 de abril, realizam-se

assembleias nos locais de trabalho, interior e Região Metropolitana de Fortaleza para eleger os delegados ao 10º Congresso.

Em 2012, as comemorações do aniversário do sindicato foram marcadas pelo lançamento do projeto político-cultural “Pipoca com Arte”. A proposta do projeto é criar um momento de lazer e integração dos filiados e aliar a isso um pouco de arte, cultura e política, através da escolha dos filmes e dos debatedores. O filme exibido na sessão de lançamento do projeto foi “O homem que virou suco” uma produção brasileira de 1981, premiado em vários festivais.

Em abril, os trabalhadores da CONAB comemoraram o fim de um a intervenção iniciada em junho de 2011. Também neste mês os servidores do INCRA, em reunião com a direção colegiada, debateram o desmonte pelo qual o órgão passa, tendo em vista, principalmente, o corte de recursos de 70% das verbas de custeio que o governo anunciou recentemente.

Em maio, o SINTSEF organiza mais um dia nacional de luta e paralisação dos servidores, acompanhando as paralisações pela manhã nos órgãos e, à tarde, promove manifestação com servidores da sua base em frente ao prédio do BNB/Justiça Federal. Neste mesmo mês, participa do lançamento do Fórum Permanente em defesa do Serviço Público, do qual faz parte, na Assembléia Legislativa.

Em junho, o SINTSEF participou de mais uma marcha nacional dos servidores a Brasília para pressionar governo Dilma pelo atendimento da pauta de reivindicação da campanha salarial.

## VALORES PAGOS AOS SERVIDORES NO ANO DE 2011 ORIGINÁRIOS DE AÇÕES JUDICIAIS

ÓRGÃO DE LOTAÇÃO DO BENEFICIÁRIO DO CRÉDITO	Nº DE SERVIDORES BENEFICIADOS	VALORES PAGOS EM REAIS (R\$)
COMANDO DO EXÉRCIO	55	860.935,05
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA	45	425.700,53
MINISTÉRIO DA SAUDE	187	1.032.298,84
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES	42	1.075.288,80
MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA	03	131.566,96
COMANDO DA BASE AÉREA	28	452.609,86
FUNASA	1.889	40.164.356,08
COMANDO DA MARINHA	08	109.008,71
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO	15	560.176,06
CEFET / IFCE	60	276.811,14
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	08	69.210,08
INCRA	25	666.472,43
MTE	19	58.719,97
DNPM	11	144.817,37
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	11	274.505,53
MINISTÉRIO DA FAZENDA	30	453.473,44
DNOCS	34	448.715,07
INSS	138	60.324,31
G. EX-TERRITORIO DO AMAPÁ	05	386.180,05
DNER	03	12.094,10
IPHAN	01	44.732,08
DNIT	01	79.463,45
SUDENE	04	217.881,19
IBAMA	69	385.506,44
INSTITUTO CHICO MENDES	07	44.060,16
POLICIA RODOVIARIA FEDERAL	01	66.806,29
CONAB	19	68.812,37
<b>TOTAL</b>	<b>2.718</b>	<b>48.570.526,36</b>

Os números expressos na tabela acima explicitam os valores remuneratórios que o SINTSEF/CE, através de seu Departamento Jurídico, impediu que o Governo Federal confiscasse dos servidores. Tais valores, através de centenas de ações judiciais, lhes foram devolvidos, evitando que os servidores sofressem esse prejuízo. A exorbitante quantia de R\$ 48.570.526,36 paga somente no ano de 2011, por si só, se mostra expressiva e dá a real dimensão da luta jurídica travada em favor dos 2.718 servidores beneficiados.

Um aspecto muito importante nessas conquistas obtidas pelos servidores é que estes, ao receberem seus créditos, não tiveram que desembolsar um único centavo para pagar os advogados (estes são pagos pelo próprio SINTSEF/CE).

Nos valores recebidos pelos servidores em 2011 através das ações judiciais, dois outros aspectos merecem destaque:

1) O pagamento da AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DE CAMPO em favor dos trabalhadores da FUNASA, ajuizada desde 2002, cujos valores creditados significaram uma quantia superior a 39 milhões de reais, beneficiando 1.830 servidores;

2) A inovação adotada pelo Departamento Jurídico quanto ao ajuizamento das ações através dos JUIZADOS ESPECIAIS VIRTUAIS para a obtenção da paridade no valor das gratificações de desempenho, e, mais recentemente, nas ações de 1/3 de férias. Nessa modalidade, foram pagas 585 ações, sendo que algumas delas, como as ações que tem por objeto a gratificação intitulada GPDATAS, levaram apenas 03 meses entre a data do seu ajuizamento e o pagamento do crédito.

Além das ações ajuizadas, o Departamento Jurídico do SINTSEF/CE, acompanhou os diretores do SINTSEF/CE em várias viagens ao

interior do Estado, visitando todas as delegacias e diversos municípios. Ainda com a Diretoria do SINTSEF/CE os advogados do Departamento Jurídico estiveram presentes em várias reuniões realizadas nos múltiplos órgãos em Fortaleza, bem como, acompanharam e fizeram a defesa de um significativo número de servidores chamados a responder Processos Administrativos. Além disso, estiveram presentes em assembléias e seminários da categoria, discutindo temas atuais e de interesse dos servidores, como por exemplo, a discussão sobre assédio moral

Com essas ações, o Departamento Jurídico do SINTSEF/CE se afirma enquanto instrumento eficaz na luta dos servidores, ajuizando as ações em defesa dos direitos dos trabalhadores, assessorando a Diretoria da entidade em suas ações políticas, discutindo com os filiados os temas da atualidade, auxiliando os servidores na defesa e resistência aos ataques sobre eles perpetrados pelo Governo Federal.

A avaliação de suas ações no ano de 2011 é essencial na formulação de novas estratégias para o ano de 2012, ano que certamente terá como pauta um forte embate com a pretensão do Governo Federal em instituir uma previdência privada complementar para os servidores, além do que, também integrará a pauta de ações do jurídico o tema contagem de tempo especial para o cômputo de aposentadoria dos servidores.

## VALORES PAGOS AOS SERVIDORES NO ANO DE 2012 ORIGINÁRIOS DE AÇÕES JUDICIAIS

ÓRGÃO DE LOTAÇÃO DO BENEFICIÁRIO DO CRÉDITO	Nº DE SERVIDORES BENEFICIADOS	VALORES PAGOS ( R\$ )
Anatel	5	2.233,12
Anvisa	24	20.414,80
BASE AEREA	114	153.647,00
COMANDO DO EXÉRCITO	223	512.759,00
MIN. DA AGRICULTURA	68	79.695,00
MINISTÉRIO DA SAUDE	500	592.719,00
MIN. DOS TRANSPORTES	33	309.995,00
FUNASA	111	1.304.025,00
COMANDO DA MARINHA	4	49.715,00
MIN. DO PLANEJAMENTO	36	128.174,00
MIN. DA EDUCAÇÃO	1	946,19
INCRA	20	431.092,64
MTE	123	154.067,00
MIN. DAS COMUNICAÇÕES	36	657.589,00
MINISTÉRIO DA FAZENDA	524	653.378,00
DNOCS	8	85.863,00
INSS	7	9.799,00
SUDENE	1	44.713,18
IBAMA	2	1.783,00
CONAB	10	888.519,00
<b>TOTAL</b>	<b>1849</b>	<b>6.081.126,93</b>

## BALANÇO DA CONDSEF

Historicamente, a CONDSEF nasceu com o propósito de unificar a luta dos Servidores Públicos Federais do nosso país, diante de uma necessidade real do setor.

Recentemente, a nossa confederação de forma ousada e sentindo a necessidade política de unificarmos mais e mais a nossa luta, para o enfrentamento com o Governo Dilma (PT), propôs de forma prática, uma verdadeira engenharia política de unificarmos 31 entidades nacionais dos Servidores Públicos Federais, inclusive três centrais sindicais (CUT, CSP-CONLUTAS e CTB), criando o Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais, os quais, todos juntos, nesse processo de negociação política e de enfrentamento com o Governo nos fortalecermos...

Reconhecemos que, a CONDSEF é a expressão máxima na construção de uma organização que represente de forma geral a política dos Servidores Públicos Federais. No contexto histórico da luta dos trabalhadores do Serviço Público Federal, nos seus 22 anos de existência, a nossa confederação está sempre lutando e resistindo, como também defendendo os direitos dos trabalhadores públicos federais e dos serviços públicos. Como exemplo dessa trajetória histórica, temos diversas greves de vários órgãos públicos federais, marchas a Brasília, acampamentos, ocupações em gabinetes no Congresso Nacional e Ministérios... Podemos citar pontualmente a greve dos Servidores Públicos Federais em 2003, contra A Reforma da Previdência do Governo Lula (PT) e a greve de 2005, como também a grande marcha a Brasília dos 80 mil trabalhadores públicos federais na luta pelo atendimento de suas reivindicações.

Necessitamos manter nesse processo histórico da luta de classe, a maior Confederação dos Servidores Públicos da América do Sul, a nossa CONDSEF, independente diante de patrões, governos, partidos políticos e classista, representando sempre à vontade e os anseios dos trabalhadores do Serviço Público Federal do Brasil.

#### **PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS: CONTINUIDADE DE UMA AGENDA DE RETIRADA DE DIREITOS APLICADA PELOS GOVERNOS DO PT**

O processo de financeirização das economias mundiais, imposta pela hegemonia do pensamento econômico liberal, trouxe para a realidade da classe trabalhadora uma agenda extremamente adversa, de retirada de direitos conquistados à custa de muitas lutas travadas pelas gerações passadas de trabalhadores. Dessa forma assistimos ao processo de flexibilização das leis trabalhistas, aprovação dos contratos de trabalho temporários e diminuição dos direitos previdenciários dos trabalhadores da iniciativa privada e do serviço público.

No Brasil essa realidade foi implementada inicialmente pelo governo Collor, seguida e aprofundada pelo FHC, e por último dada continuidade pelos governos do PT.

A imposição da realidade previdenciária privatizada é justificada pelos últimos presidentes do Brasil como uma necessidade na busca do equilíbrio financeiro do Estado, isto é, o ajuste fiscal precisa ser feito cortando os direitos sociais dos trabalhadores. Contudo, esquece a elite política dominante que o fundo público brasileiro é um dos mais injustos do mundo, na medida em que tem seu financiamento, em sua grande maioria, baseado numa tributação regressiva, e transfere mais da metade de seus recursos aos rentistas do mercado financeiro,

via serviços da dívida pública, e aos empreiteiros e corruptos, via obras públicas superfaturadas.

A aprovação da lei nº 12.618/12, que institui a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) significa uma verdadeira privatização e fragilização do serviço público nacional. Uma agenda que interessa exclusivamente ao segmento do capital financeiro especulativo, e ainda submete às finanças públicas federais o agravamento de seu déficit orçamentário, na medida em que retira receitas públicas para alimentar as cirandas irresponsáveis do mercado financeiro.

Ademais impõe ao servidor público uma realidade previdenciária nociva e imprevisível, uma vez que o novo regime complementar de previdência é de contribuição definida, ou seja, o servidor público apenas sabe quanto deve contribuir para o fundo de privado, contudo não sabe quanto terá de benefício de aposentadoria, pois o valor da aposentadoria será dado pela “sorte” das aplicações do sistema financeiro global.

Infelizmente, nos últimos anos, em função do agravamento da crise econômica mundial, vários fundos de pensão de muitos países tiveram drásticas reduções de seus patrimônios, repercutindo negativamente nas aposentadorias dos trabalhadores.

Não precisamos ir longe para enxergarmos as experiências negativas da privatização previdenciária. No Chile, considerada a reforma estrutural mais profunda do sistema previdenciário dos países latino-americanos, 60% dos trabalhadores não conseguem fazer jus nem a um piso de benefícios.

Já na Argentina, 77% dos trabalhadores não conseguiam até 2008

a aposentadoria mínima, que era de 689 pesos (US\$ 212) mensais, abaixo da cesta básica de alimentos e serviços que marca a linha da pobreza e que em setembro de 2008 foi de 970 pesos (US\$ 300). Por isso em outubro de 2008, o governo Argentino resolveu reestatizar os fundos de pensão privados.

Enquanto que, na contramão dessa lógica do salve-se quem puder da especulação financeira, tínhamos a Previdência Social, Pública e Solidária sem risco de quebrar. Pois tudo o que é arrecadado é imediatamente distribuído (regime de repartição simples) para as aposentadorias da geração que já trabalhou (solidariedade entre gerações).

Ao conjunto dos trabalhadores, somente pode interessar uma reforma na qual os direitos conquistados por algumas categorias – como a dos servidores públicos – sejam estendidos para todos os trabalhadores do país. Com a aprovação da Funpresp, o que se buscou não foi a resolução de uma injustiça, mas opor os trabalhadores da iniciativa privada aos trabalhadores do serviço público para mais uma vez cassar direitos e impedir a unidade de todos na luta contra o capitalismo.

Tais propostas tinham dois objetivos: 1) estender a situação de injustiça previdenciária para todos os trabalhadores e taxar os do serviço público (ativos, aposentados e pensionistas) de ‘privilegiados’ para os distanciar dos demais; 2) Ao fomentar este clima contra os trabalhadores do serviço público, apresentou-se a “solução” para os problemas previdenciários: a Previdência Complementar. Já dizia o velho e atual Marx em 1848, na sua obra Miséria da Filosofia, a burguesia tenta fazer a DESUNIÃO entre os trabalhadores a partir das suas lutas parciais, setorizadas.

O segredo dos ataques à Previdência Social e aos servidores públicos, revela-se na necessidade do modo capitalista de produção de encontrar novos montantes de capital para o financiamento de sua acumulação em mais um de seus momentos de crise. E o que mais nos entristece é justamente assistir a implementação dessa lógica liberal-privatizante por um governo de um partido que se diz dos trabalhadores.

Apesar da conjuntura adversa e sombria, cabe às representações dos trabalhadores do serviço público buscar a articulação dos movimentos sociais e defender outro modelo de Estado, com capacidade de prestar serviços públicos de qualidade e de alocar recursos com a intenção de se reduzir efetivamente as desigualdades nesse país. E o encaminhamento dessas propostas passa pela incorporação na agenda do nosso sindicato da defesa do modelo de previdência pública e solidária, e pela reestatização da Previdência dos Servidores Públicos e ampliação da cobertura do Regime Geral de Previdência!

### POR QUE A CUT MUDOU?

As respostas a essa questão têm sido encaminhadas de modo unilateral e estão vinculadas a estratégias políticas e sindicais concorrentes. Há duas variantes explicativas que polarizam o debate. Em primeiro lugar, há uma variante que considera de modo unilateral, a ideologia e as decisões da corrente majoritária da CUT, a Articulação Sindical, como o fator explicativo da estratégia propositiva implantada pela central na década de 1990. Em segundo lugar, há uma variante que considera, também de modo unilateral, mas invertendo os termos da explicação anterior, as condições objetivas como o fator

explicativo das decisões estratégicas que a corrente Articulação Sindical implantou na central. A primeira variante, marcada por um enfoque voluntarista, predomina entre os intelectuais ligados às organizações de esquerda do movimento operário e sindical que fazem oposição à corrente Articulação Sindical no interior da CUT e do PT. A segunda corrente, marcada por um enfoque objetivista, predomina entre os intelectuais ligados à corrente Articulação Sindical, que são numerosos na esquerda universitária. A primeira sugere que a direção da CUT poderia retomar tal e qual, a estratégia sindical dos anos 1980, bastando para tanto que tivesse a vontade política de fazê-lo; para a segunda, ao contrário, o sindicalismo propositivo seria independentemente da vontade das direções sindicais, a única estratégia possível na atual conjuntura (Cf. BOITO, 1999:199).

Entretanto, segundo o sociólogo Armando Boito Jr., a CUT não pensava o Estado como um aparelho de dominação da classe burguesa nem via a luta sindical como parte da luta pelo socialismo. Só via o governo como parte integrante do conflito de classes. Em outras palavras, a CUT tinha apenas um discurso genérico de simpatia pelo socialismo, sem definir conteúdo, nem formas para se chegar a ele. Suas lutas práticas se limitaram a um programa de transformações democrático-populares.

No entanto, a partir da década de 1990, depois da queda do muro de Berlim, da burocracia estalinista do Leste Europeu e do 3º CONCURTO, a CUT abandona o “sindicalismo classista-combativo” e assume uma postura pautada no “sindicalismo propositivo” de reconciliação entre trabalhadores, governo e patrões, sobretudo, pela corrente majoritária “Articulação Sindical”, de sindicalistas ligados à esquerda católica e à social democracia europeia, que têm visão reformista do



capitalismo, rejeitando, portanto, as análises marxistas, conforme Boito Jr. Esse “sindicalismo propositivo” remonta à influência emanada da CFDT (Central Sindical Francesa), de origem católica e próxima aos partidos “socialistas”. A CFDT adotou nos anos 1980 uma postura moderada. Nesse sentido, no 6º CONCURTO, mesmo mantendo as palavras de ordem dos anos 1980, a CUT decide apresentar uma proposta para as políticas públicas de abrangência nacional.

Nos anos 1990, com o advento do Neoliberalismo e da Globalização financeira, ou seja, com a reestruturação produtiva a partir da implantação de novas tecnologias e modos de gestão da produção, houve por parte da CUT uma postura mais defensiva do que ofensiva, optando pela linha da menor resistência face à ofensiva capitalista pós-fordista. Mesmo assim, a CUT ainda ensaiava uma postura de oposição (política) aos governos Collor, Itamar e FHC, criticando as reformas neoliberais de abertura do mercado ao capital privado e especulativo, a desestatização, a desregulamentação das leis trabalhistas, a flexibilização das leis de trabalho e todo um pacote de medidas de restrição aos direitos sociais e retenção à reação dos trabalhadores. Como diz Vito Giannotti e Sebastião Neto, “a CUT do NÃO se transformou na CUT do SIM”. Um sindicalismo de cariz negociativo e corporativo, onde a luta se institucionalizou e burocratizou. A CUT abandonou a lógica do conflito e de confronto para uma lógica da negociação, um sindicalismo de resultados. Um sindicalismo de viés neocorporativo, baseado num novo pacto social entre patrões, trabalhadores e governo (negociação tripartite). A CUT, na verdade, se socialdemocratizou e não teve capacidade de dar respostas às ofensivas neoliberais dos anos 1990.

Com a ascensão de um operário à Presidência da República



em 2002, diga-se de passagem, com Poder limitado, a CUT parece arrefecer as lutas da classe trabalhadora, sobretudo, do funcionalismo público federal, participando de mesas de negociações que pouco avançou em relação as nossas reivindicações. Seria a luta no campo puramente institucional, jurídico, sem o enfrentamento político-ideológico. Nesse sentido, criou-se um vácuo político e ideológico no movimento sindical. Surgindo aí uma frustração em relação ao governo Lula (PT) e à impotência da CUT por parte de trabalhadores do setor público federal. Por outro lado, a classe trabalhadora se “despolitizou” e se “desideologizou” num jogo invertido de relação entre patrão e empregado, a partir de um neopacto de cooperação entre capital e trabalho.

Por fim, se houve um processo de ascensão do movimento sindical com a criação da CUT nos anos 1980, com a estruturação e organização do aparelho sindical, nos anos 1990, ao contrário, houve uma retrocesso no campo ideológico e prático da CUT, pois “o espírito da luta sindical ficou subordinado ao desenvolvimento contraditório do Capital” (OLIVEIRA, Jorge Luís, Tese, p. 335), ou melhor, às conjunturas da crise do capital. Portanto, isso demonstra um certo declínio político-prático no sindicalismo cutista, por causa da debilidade teórica dos trabalhadores no campo dos fundamentos do marxismo, sobretudo, nos cursos de formação política em detrimento da formação profissional. Pois não podemos ignorar os ensinamentos e as advertências dos clássicos marxistas que fundamentaram a ideologia da classe trabalhadora em contraposição à ideologia da classe burguesa. Não foi à toa que o maior especulador financeiro George Soros disse numa entrevista a uma revista americana, na crise de 2008, que voltou a ler Marx.

## PDV: UMA LUTA DOS TRABALHADORES

A CONDSEF, por decisão congressual (dez/2010 – em Brasília), assumiu a luta para o retorno dos PDVistas, nos quais, alguns sindicatos filiados à CONDSEF, já estavam avançados nesse debate. Esse movimento, criado há mais de 10 anos, por vários seguimentos da sociedade organizada, foram os motivos e a principal razão para que a Confederação assumisse essa bandeira, como sendo uma das lutas mais justas dos trabalhadores do serviço público federal. Tivemos várias vitórias, como exemplo, os demitidos do governo Collor, por isso temos motivos de sobra para assumir essa luta.

Os PDVistas são ex-trabalhadores do Serviço Público Federal, que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária (PDV), implantado pelo Governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB), nos anos 90. O programa atingiu servidores estatutários, regidos pela Lei 8.112/90, como também os celetistas. O programa foi uma armadilha: além de prometer apoio aos que aderissem - o que nunca existiu - deixou os trabalhadores atônitos e sem tempo para refletir e a mercê de pressões psicológicas (assédio moral) realizadas por chefes imediatos.

O PDV destruiu pessoas e famílias, como também as levou a depressão, ao suicídio e a miséria, nas quais ficaram submersas ao desemprego.

Atualmente, existem dois Projetos de Lei tramitando no Congresso Nacional, um para trabalhadores estatutários e o outro para trabalhadores celetistas das empresas públicas. No momento, os mesmos encontram-se na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara Federal. Os Projetos de Lei preveem anistia e retorno ao serviço público. No entanto, para que sejam votados de maneira favorável é preciso muita mobilização e pressão.

### 13 ANOS DE LUTA DOS PDVISTAS NO BRASIL

Criado alguns movimentos pelo Brasil, os mesmos vêm atuando há 13 anos, com o objetivo político de mobilizar a categoria dos PDVistas, cuja principal bandeira é o retorno desses ex-servidores públicos federais aos seus postos de emprego nos seus órgãos de origem.

Em agosto 2009, no Congresso do SINTSEF/CE, foi aprovada uma resolução de apoio político e logístico à luta dos PDVistas no Estado do Ceará, como também a necessidade de lutarmos pela aprovação dos Projetos de Lei 4293/08 e 7546/10.

Em dezembro de 2010, aprovou-se no Congresso da CONDSEF uma resolução de apoio político e logístico à luta dos PDVistas do Governo FHC, pelo retorno imediato de todos os PDVISTAS (estatutários e celetistas). Na primeira reunião da executiva da CONDSEF, após o congresso, foram escolhidos dois diretores da entidade para acompanhar todo o processo de discussão das entidades filiadas referente ao PDV.

Em 2011, na reunião do Conselho Deliberativo de Entidades (CDE), foi aprovada a criação de um Grupo de Trabalho Nacional para encaminhar junto à direção da CONDSEF as demandas dos PDVistas. Dentre as principais demandas, é acompanhar os dois Projetos de Lei que estão tramitando na Comissão de Finanças e Tributação (4293/08 - estatutário e 7546/10 - celetista).

## PLANO DE LUTAS

- Contra a mudança dos critérios de concessão da Insalubridade e periculosidade, contido na MP 568/2012.
- Pelo retorno imediato da bolsa dos trabalhadores do DNOCS de acordo com a Lei nº 11.314/06 (70% sobre o vencimento para os trabalhadores de nível intermediário e 100% sobre o vencimento para os trabalhadores de nível superior).
- Pela manutenção da jornada de trabalho das profissões regulamentadas por lei, sem redução de salários contida na MP 568/2012.
- Pela aprovação da PEC 555/06, que trata da suspensão do desconto do PSS dos aposentados do serviço público federal.
- Pela Aprovação dos PL's 4293/08 e 7546/10 que tratam do retorno ao trabalho dos PDVISTAS Estatutários e Celetistas.
- Defesa do Regime Jurídico Único - Lei 8.112/90 na Administração Pública Federal, com o fim de outros regimes que precarizam os direitos dos (as) trabalhadores (as).
- Regulamentação da Negociação Coletiva na Administração Pública Federal, Estadual e Municipal.
- Pelo fim do Imposto Sindical.
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos (as) trabalhadores (as).
- Contra qualquer política discriminatória que afete a igualdade de oportunidades no serviço público, com viés de gênero, raça,

geração e orientação sexual.

- Contra o assédio moral nos locais de trabalho.
- Política Salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações.
- Cumprimento, por parte do governo, dos acordos e protocolos/memorials de intenções firmados entre o governo, a CONDSEF e a CUT.
- Retirada dos PLP's, MP's e Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos.
- Paridade e integralidade entre ativos, aposentados e pensionistas.
- Reajuste dos benefícios.
- Definição de data base (1º de Maio)
- Formação política no campo dos fundamentos do marxismo, de modo a resgatar o debate sobre o socialismo.
- Pelo cumprimento integral da Lei nº 8.878/94 (lei da anistia) em todos os seus aspectos legais.
- Os demitidos do Governo Collor que retornaram através da Lei nº 8.878/94 sejam contemplados pelo Regime Jurídico Único (RJU – Lei nº 8.112/90), e conseqüentemente, seja contado seu tempo de serviço, enquanto estavam demitidos durante o período.

## BANDEIRAS DE LUTA

- Manter uma postura classista e de combate ao assistencialismo no SINTSEF/CE.
- Apoio irrestrito a todas as lutas que têm como bandeira o fim do Sistema Capitalista.
- Apoio irrestrito aos movimentos grevistas dos trabalhadores.
- Nenhuma privatização e reestatização das empresas já privatizadas.
- Pelo não pagamento da dívida externa.
- Implantação do salário mínimo de acordo com o índice do DIEESE, reajustando de acordo com a inflação.
- Política de moradia para atender a todos os trabalhadores.
- Em defesa do direito à moradia digna e de qualidade.
- Reforma urbana já!
- Em defesa do Meio Ambiente.
- Em defesa da agroecologia e da soberania ambiental.
- Reforma agrária já!
- Contra a privatização dos Hospitais Universitários.
- Contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).
- Em defesa da saúde e educação públicas.
- Em defesa da Previdência Pública.

- Em defesa da saúde dos trabalhadores.
- Contra o trabalho escravo.
- Em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Em defesa dos servidores públicos e do serviço público digno e de qualidade.
- Apoio Geral e Irrestrito à luta dos demitidos/anistiados do Governo Collor.
- Apoio Geral e Irrestrito à luta dos trabalhadores PDVISTAS do Governo FHC (PSDB).
- Manter a CONDSEF e o SINTSEF/CE independentes de todo e qualquer governo.
- Aposentadoria integral para todos os trabalhadores.
- Todo apoio à Luta da Classe Trabalhadora contra as propostas do Governo Dilma (PT) que retiram direitos e precarizam as condições de trabalho!

Assinam, primeiramente esta tese, os (as) seguintes companheiros (as), ficando aberta a novas adesões:

Abelardo Alencar de Lima	Amado Moreira de Queiroz
Abraão Borges Filho	Ana Amélia Fernandes Plácido
Acrísio Bezerra Monteiro	Ana Cláudia Freire Falcão
Adalto César Rufino	Ana Maria Cardoso da Silva
Adão Alves de Paiva	Ana Ma de Fátima Afonso Braga
Adauto Martins Feitosa	Ana Porto Viana
Ademir Furtado de Vasconcelos	Ana Teresa Marques Pontes
Adjacir Ferreira Linhares	Anastácio Paiva Monteiro
Adriano de França Fialho	Anataliel Vieira Teixeira
Afonso Celso Gadelha Guerra	Anésia Bayma
Afonso das Chagas Filho	Ângela Maria da Cunha Matos
Airton Rebouças Sampaio	Anildo Rodrigues de Sousa
Airton Ribeiro da Costa	Anna Lucia Costa Oliveira
Airton Teles de Oliveira	Antero Leal Dantas Neto
Albanir Pinto de Almeida	Antherson Pires Barbosa
Alberto Barros de Almeida	Antônia Marta Costa Sousa
Aldimir Acácio de Lima	Antonia Rita Gonçalves Oliveira
Alfredo de Sousa Neto Bezerra	Antônio Aelito Madeiro
Alfredo Magalhães Aragão	Antônio Aguiar Moraes
Aluisio Soares Martins	Antônio Alfredo Moreira da Silva
Aluizio Mota Ferreira de Sousa	Antônio Aluisio de Oliveira
Aluízio Pereira Portácio	Antônio Alves Bezerra
Aluizio Reinaldo da Silva	Antônio Alves Mariano



Ant. Arimatéia Farias de Aragão	Antônio Jorge Fiúza da Silva
Antônio Augusto de Lima	Antônio José Araújo
Antônio Barros Rodrigues	Antônio José Barbosa
Antônio Carlos Pinto	Antônio José Rocha
Ant. Carlos Santana dos Santos	Antônio José Vaz Ferreira
Antônio Carneiro Filho	Antônio Júlio Guedes
Antônio Cavalcante Sousa	Ant. Kennedy Fontenele de Deus
Antônio César Mendes Lima	Antônio Luiz Tavares Neto
Antônio Chaves Maia	Antônio Marcélio Alves Milhome
Antônio Cícero da Silva	Antônio Marques Neto
Antônio de Andrade Souza	Antônio Martins de Andrade
Antônio de Vasconcelos Barros	Antônio Matias da Silva II
Antônio Domingos de Souza Jr.	Antônio Mauro Monteiro
Antônio dos Santos Farias Braga	Antônio Nilton Martins
Antônio Edson Dias de Castro	Antônio Nonato da Silva
Antônio Edvaldo Tavares de Melo	Antônio Pereira de Freitas
Antônio Ésio Saldanha	Antônio Raimundo da Silva
Antônio Evanildo	Ant. Rdo Nogueira Fernandes
Antônio Evaristo Martins	Antônio Regis Amaral de Amorim
Antônio Félix Filho	Antônio Ribeiro
Ant. Flavio Pinheiro de Almeida	Antônio Romildo Feijão
Antônio Garcia de Sena	Antônio Sá de Oliveira
Antônio Givaldo da Silva Oliveira	Antônio Sérgio
Antônio Guedes de Araújo	Antônio Tarcisio Araújo da Silva
Ant. Hamilton de Souza Holanda	Antônio Teles Cançansão
Antônio Ires Lima	Antônio Venícius de Sousa





Antônio Vitoriano de Andrade

Antônio Vitorino Có

Aprígio Barbosa de Oliveira Filho

Ariosvaldo Fernandes Lima

Aristóteles Sobreira Barbosa

Arnoldo Monte de Castro

Artene Lima

Artur Eduardo Camurça Furtado

Augusto Sérgio Cavalcante

Aurélio de Jesus Alves

Bartolomeu Arruda de Alcantaras

Benício Elias Costa

Benjamin Bezerra de Menezes Neto

Berlamino Mota

Carlos Alberto de Araújo

Carlos Alberto de L. e Silva Filho

Carlos Alberto dos Santos Zuzá

Carlos Alberto Gomes

Carlos Alb. Nascimento Nogueira

Carlos Alberto Oliveira Pascoal

Carlos Alb. Patrício de Almeida

Carlos Augusto Nunes Moreira

Carlos de Amorim Fernandes

Carlos Eugenio Pereira

Carlos Nóbrega

Carlos Roberto Arruda dos Santos

Célio Andrade Sampaio

César de Mesquita Mota

Cícero Rangel

Cícero Rodrigues de Sousa

Cláudio David de Sousa

Cleber Peixoto Aragão

Cleiton Gomes Martins

Clóvis Lincoln Camurça Lopes

Cosme José do Nascimento

Cristina Lima de Carvalho

Daniel da Cruz de Oliveira

Deoclésio Basílio da Silva

Dionísio Paiva Bendô

Djacir Barbosa

Domingos Sávio Pessoa

Dominico Sávio Gonçalves

Douglas Augusto Pinto Junior

Edilson de Souza Chavante

Edilson Lins

Edílson Pereira de Sousa

Edilson Ribeiro de Paula

Edilson Sá Pinheiro Filho

Edineuza Nonato de Sousa

Edite Caminha de Vasconcelos

Edmilson Canafístula

Edmílson Eumardes Muniz





Edmundo Coutinho de Andrade	Evilásio de Araújo Macêdo
Eduardo Domingos da Silva	Expedito Benício Ferreira Nogueira
Edvaldo da Silva Cabral	Ezivaldo Pereira de Souza
Edvan Perez Bezerra	Fátima Maria de Franca Correia
Edvania Maria Silva Coelho	Fausto Oliveira Amâncio
Edvardo Almeida Fernandes	Fernando Alves de Oliveira Silva
Elias Antunes Brandão	Fernando Ant. Sampaio Silveira
Elias de Souza Dantas	Fernando Hugo Menezes
Elias Gomes de Andrade	Fernando Martins de Andrade
Eliezer da Silva	Fernando Pimentel de Andrade
Elineide Nazaré Sodrê Farrapeira	Fernando Prado Parente
Elisete Lucia da Costa	Fernando Santiago Mascarenhas
Elizaldo Sergio Cordeiro	Flavia Maria Lima Monteiro
Enedina Souza Costa	Flávio Augusto Lopes Cunha
Enoque Assis de Lima	Flávio Cordeiro Almeida
Eraldo Teófilo Girão	Flávio Sousa de Andrade
Erival Dairton Sobral Colares	Flodoaldo Aguiar da Silva Filho
Esdras dos Santos Silveira	Francelina de Souza Costa
Euclides Coelho da Silva	Francilene Ferreira de Almeida
Eudes Adriano Filho	Francisberto Gomes de Sousa
Evandir Duarte Pires	Francisca Áurea Camurça Viana
Evandro Cezar da Silveira Queiroz	Francisca Barroso Braga
Evandro de Araujo Forte	Francisca Claudia Peixoto
Evanilda Norberto Viana	Francisca das Chagas Osterno
Evânio Pereira de Matos	Francisca do Nascimento Lima
Evilásio Borges da Silva	Francisca Gonçalves de Abrante





Fca Kátia Andrade Damasceno	Francisco Batista Quintino
Fca Maria Olimpio do Nascimento	Francisco Bezerra Monteiro
Francisca Moisa Pessoa Uchoa	Francisco Bezerra Soares
Francisca Teresa do Nascimento	Francisco Bonavides Souza
Fco Aberlane Ferreira do Nascimento	Francisco Camurça Lacerda
Francisco Ademar do Carmo Lima	Francisco Carneiro Dos Santos
Fco Adriano Duarte Fernandes	Francisco Célio Leite
Francisco Airton Carneiro da Silva	Francisco César Nunes
Francisco Airton Girão	Francisco Cláudio Pereira
Francisco Alan Alves de Lima	Francisco Claudionor Alves
Fco Alberto Araújo de Souza	Francisco Coriolano Alves
Francisco Alberto Filho	Francisco Costa do Nascimento
Francisco Alberto Lima	Francisco Cruz Rodrigues
Francisco Alves Barbosa	Fco Danilo de Almeida Santos
Francisco Alves de Oliveira	Francisco das Chagas A. Paiva
Francisco Alves Xavier	Francisco das Chagas Gomes
Fco Antônio da Costa Soares	Francisco das Chagas Leitão
Francisco Antônio Pinto	Francisco das Chagas Lima
Francisco Arimatéia de Lima	Francisco das Chagas Lopes Silva
Francisco Ariston Ventura	Francisco das Chagas Rios Neves
Fco Aroldo Moreira Maraponga	Fco das Chagas Vieira de Sousa
Francisco Assis dos Santos Souza	Francisco de Almeida Filho
Francisco Assis Pereira	Fco de Assis Agostinho de Oliveira
Francisco Augusto de Lima	Francisco de Assis Alves Marçal
Francisco Barbosa dos Santos	Francisco de Assis C. de Sousa
Francisco Barbosa Pereira	Francisco de Assis Cunha





Fco de Assis dos Santos Sousa	Francisco Fernandes de Oliveira
Francisco de Assis e Silva	Francisco Fernando Albuquerque
Francisco de Assis F. Sampaio	Francisco Fernando da Silva
Francisco de Assis Felipe Raulino	Francisco Ferreira da Silva Filho
Francisco de Assis Filho	Francisco Flares Gomes Marques
Fco de Assis Gomes Pinheiro	Francisco Flavio Inácio de Lima
Francisco de Assis Honorato	Francisco Freire Rodrigues Filho
Fco de Assis Mendes da Silva	Francisco Geová Ferreira Martins
Francisco de Assis Timbó Martins	Francisco Gilmar C. Martins
Francisco de Mesquita Guedes	Francisco Gilson Rocha Lima
Francisco de Paiva Sousa	Francisco Gonçalves Lima
Francisco Edilberto Oliveira	Francisco Gonçalves Vieira
Francisco Edilberto Peroba	Francisco Hélio da Silva
Francisco Edilson Carneiro Silva	Francisco Hélio Norberto Viana
Fco Edilson Ferreira dos Santos	Francisco Hélio Sampaio Furtado
Fco Edivan Holanda dos Santos	Francisco Hilário Ferreira
Francisco Edivan Ribeiro	Francisco Holanir Cabral
Francisco Eduardo Mota Filho	Francisco Ibenilson de Oliveira
Francisco Eduardo Tigre França	Francisco Ivan da Silva Lins
Francisco Ernaldo de Carvalho	Francisco Ivanildo de Macedo
Francisco Estanislau dos Santos	Francisco Joaquim Farias Vale
Francisco Euclides Gomes Sousa	Francisco José Alves Lima
Francisco Eudes dos Santos Sousa	Francisco José Aragão Facundo
Fco Eugênio Barreto da Silva	Francisco José Arcênio Mamede
Francisco Evaristo de Castro	Francisco José Bezerra Alves
Francisco Everton Carneiro	Fco José Correia do Nascimento





Francisco José de Sá Macedo	Francisco Parajara Portela Filho
Francisco José de Souza da Silva	Francisco Paulo Coelho
Francisco José Nascimento Vieira	Francisco Paulo da Silva
Francisco José Vieira da Silva	Fco Paulo Santiago dos Santos
Francisco Josimar de Lima	Francisco Paz de Almeida
Francisco Laerton Feitosa Pereira	Francisco Peixoto Xavier
Francisco Liberato de Lima	Francisco Pereira Chaves
Fco Luciano Aquino de Araújo	Francisco Pereira Cosme
Francisco Lúcio Braga Santos	Francisco Pereira da Silva
Francisco Lúcio Carvalho Brito	Francisco Pereira de Queiroz
Francisco Luis Timbó Paiva	Francisco Pinto Cesar
Francisco Ivan Feitosa Cavalcante	Francisco Ribeiro de Matos
Francisco Maciel Brasileiro	Francisco Rodrigues Lima
Fco Marcelo Cardoso Alexandre	Francisco Sampaio de Queiroz
Fco Márcio Cavalcante Correia	Francisco Sergio de Souza Ribeiro
Francisco Mascarenhas	Francisco Stênio da Silva Barreto
Fco Matoso Rangel de Sousa	Francisco Teles da Silva
Francisco Melo Vasconcelos	Fco Urbano Renovato Passos
Fco Milton Salvador de Abreu	Fco Valdene Rodrigues de Sousa
Francisco Newton Neto	Francisco Valter da Silva
Francisco Nilton Lopes de Oliveira	Gabriel Barbosa de Almeida
Fco Nilton Marques Rebouças	Gabriel Nógimo da Silva
Francisco Nilton Moreira	Geni Almeida de Melo
Francisco Olivar de Oliveira	Genival Soares de Brito
Francisco Oliveira Duarte	Genivaldo José Alexandre da Silva
Francisco Otavio Lima Souza	George Moreira Albuquerque





Geraldo Nildo Cruz de Oliveira	Ivandro Pereira de Souza
Geraldo Odilon de Souza	Ivonildo Ferreira da Silva
Gerardo Acélio de Araújo	Izabel Cristina Rodrigues
Gerardo Muniz Matias	Jacinto Belarmino Martins
Geuza Maria da Silva Teodoro	Jayme dos Anjos Almeida
Gilberto Ribeiro Sampaio	Jeová Adeodato de Sousa
Gilda Frota Oliveira	Jesonilton Cipriano de Moraes
Gladis Wander Lima Leite	Jesus Rodrigues Magalhães
Gustavo de Sá Martins	João Airton Feitosa
Hamilton Aragão Dias	João Alves Paulino
Hamilton Gomes de Oliveira	João Batista Costa
Havanda Ma Braga de Vasconcelos	João Batista Silva
Hermenegildo Sampaio Filho	João Bôsko Albuquerque Viana
Herminio Muiniz Pinto	João Bosco Anselmo Pereira
Hugo Lopes Galvão	João Bôsko de Melo
Hugo Melo Tavares	João Bosco Farias
Humberto Galiza Siebra	João Bosco Gonçalves Soares
Inácio Xavier de Oliveira	João Bosco Marques
Inés Silvia Carneiro Barbosa	João Cancio Gomes de Matos
Ipojuacan Cesar Pereira Maciel	João Carlos de Freitas
Isabel Dantas	João de Paiva Bendô
Israel da Silva Cordeiro	João de Sousa Sobrinho
Itamar Cabral da Costa	João Dehon de Lima
Ivaldo Amorim Fonseca	João Evangelista Alves de Abreu
Ivan Cláudio Sales	João Evangelista de Sousa
Ivana Maria Fernandes	João Gomes Carneiro





João José Maia da Silva

João Neudson Teixeira Castro

João Nicolau de Aguiar

Joao Rebouças de Carvalho

João Rodrigues de Paula

João Sabino Rodrigues

João Wianey Leitão Arruda

Joaquim da Mota Silva Neto

Joaquim Wellington S. de Araujo

Jorge Luis Mamede Dias

Jorge Luiz dos Santos Teixeira

José Ageu Gomes Barbosa

José Airton de Moraes

José Airton Franca Vieira

José Alairton Ribeiro

José Alexandre da Costa

José Alexandre de Amorin

José Almir Lima Matos

José Aloizio de Oliveira

José Alves Feitosa

José Amorim Neto

José Anchieta Brasil Bezerra

José Arimateia da Silva Rodrigues

José Arimateia Lourenço Brito

José Arlindo Lemos da Silva

José Arlindo Vasconcelos

José Arteiro da Silveira

José Artur Camurça Torres

José Ataíde Figueiredo

José Audisio Girao Barreto

José Augusto da Silva

José Auricélio de V. Silveira

José Berlan Silva Cabral

José Braz Vieira

José Cândido Mendes Neto

José Carlos de Moraes

José Cleiton Ferreira da Silva

José da Mota

José da Silva Siebra

José de Anchieta de Oliveira

José de Meneses

José de Paiva Teixeira

José Deocleciano de Moura

José dos Santos Freitas Matos

José Edivan da Silva

José Edmar Figueiredo de Sousa

José Edvan Magalhães Mesquita

José Elionardo Pereira de Oliveira

José Eudes de Maria

José Evandro Nogueira

José Felipe Americo Cordeiro

José Ferreira Neto



José Flavio dos Santos

José Francisco Moreira Costa

José Francisco Serafim Abreu

José Frazão de Sousa

José Gabriel Ramos

José Genival Pereira da Silva

José Gerardo Florêncio

José Glediston Pinheiro da Silva

José Gomes da Silva

José Gonçalves Sobrinho

José Guedes de Araújo Neto

José Haroldo Rodrigues

José Hermano de Brito

José Hibiss Farias Ribeiro

José Hipolito

José Honorio de Souza

José Hugo Inácio de Lima

José Idelvan Vasconcelos

José Iran Dantas Santos

José Irineu Albuquerque Teixeira

José Itamar Cabral

José Ivan Guimarães Batista

José Ivan Medes Melo

José Janieire Ferreira Santos

José Juarêz Silva

José Julio Leitão

José Junilton Silva Rodrigues

José Laieres Almeida Juvêncio

José Leandro de Brito

José Linhares Filho

José Lira Maciel

José Lúcio Rodrigues

José Luiz Vasconcelos de Sousa

José Marcelo Bandeira

José Marcelo Fernandes de Brito

José Maria Braga de Paula

José Maria de Brito

José Maria Sousa Ferreira

José Mariano dos Santos Filho

José Mario do Couto

José Mário Félix

José Maurício Alves Saraiva

José Mauro Cândido da Costa

José Mauro Ferreira Gomes

José Mauro Pinto Ribeiro

José Monteiro da Silva

José Moreira de Oliveira

José Moreira de Sousa

José Mota de Moraes

José Natal Rodrigues Santiago

José Neri de Andrade

José Newton Gama



José Newton Vieira

José Nilson Rodrigues

José Nogueira Gomes Neto

José Nogueira Sobrinho

José Océlio Melo

José Olinto Rodrigues

José Oliveira Reis

José Paulo da Silva Filho

José Rangel Alves Silva

José Ranilson Pinheiro dos Santos

José Ribamar dos Santos Lima

José Ribamar Gadelha Costa

José Ribeiro de Lima

José Rilenilson Alves Arruda

José Roberto Rodrigues Ramos

José Sabino da Silva

José Sampaio da Silva

José Santos Oliveira

José Sidney de Castro Mota

José Sigefredo P. Filho

José Silva Cruz

José Sivaldo Pontes da Silva

José Taylor B.Oliveira

José Tomaz Chagas

José Tupinambá Aragão Prado

José Valdionor de Miranda

José Valmir Aragão Martins

José Valmir Braga

José Vanderlan Teixeira Castro

José Vilmar Barbosa Franca

José Wagner Alencar Comes

José Wagner Marreiro

José Walden Costa Tavares

José Welinton Paulo

José Wellington Cavalcante Sousa

José Wellington Dantas Ferreira

José Wilde Miranda Benício

José Wilson Alves

José Wilson Barbosa

José Wilson de Brito

José Wilton de Lima

Josué Bezerra Lima

Josué de Souza Mendes

Juarez Sales Sampaio

Jucilene Viana de Souza

Julio César Marques Ferreira Lima

Juracy Carneiro de Lima

Jurandir Pinto da Silva

Keila Margareth Cândido Rolim

Lary Pinto

Leonardo Guilbert C. de Araújo

Leonilson Duarte Gomes





Liduínio Antônio de Menezes	Luiz Carlos da Silva Lima
Liege Lima de M. Fracalossi	Luiz de França Magalhães
Ligia Gomes de Menezes Silva	Luiz Euclides da Silva
Lília Rutes Nogueira Teófilo	Luiz Eugênio Silveira
Lindomar Gabriel	Luiz Gonzaga Barata Coelho
Lino Júpiter Rodrigues	Luiz Ivan Soares Martins
Lucia Ferreira Lima	Luiz Lima Soares
Lucia Helena Arruda L.Barbosa	Luiz Ribinaldo Sobrinho
Lúcia Lopes Porto	Luiz Sávio Vasconcelos
Lúcia Maria de Sousa Moura	Luiz Silva Magalhães
Luciano de Andrade Filgueiras Filho	Lusbene Cavalcante Junior
Luciano Morais Néri	Ivan Alves da Silva
Luciano Uchôa Cruz	Madeleine Pontes Veras
Lúcio Antônio Pereira de Souza	Manfredo Cássio de Aguiar Borges
Lúcio Carvalho	Manoel Bernardo de Sena
Lúcio Claudio Gomes de Oliveira	Manoel Carneiro Neto
Lucivaldo Farias Maciel	Manoel Costa Neto
Luís Carlos de Alencar Macêdo	Manoel Djacir Braga
Luis Carlos de Freitas	Manoel Pereira de Queiroz Filho
Luis Carlos de Oliveira	Manoel Ramos do Nascimento
Luis Célio Andrade Sampaio	Manuel de Paula Barros Jr.
Luis Correia Neto	Manuel Eduardo Apolônio
Luis Silva Magalhães	Manuel Feitosa Rodrigues
Luiz Alves Bacurau	Marcelo Andrade Sampaio
Luiz Augusto Bezerra de Lima	Márcio Marçal Oliveira
Luiz Carlos Chaves	Marcos Antônio Bezerra Couto



Marcos Antônio de Sousa	Maria do Socorro Soares Lessa
Marcos Ant. Ribeiro do Nascimento	Maria Elena da Silva
Marcos Antônio Silva Rodrigues	Maria Eliete Costa da Silva
Marcos Martins de Sousa	Maria Fatima de Souza Paula
Marcos Venício de Brito	Maria Ferreira Justa Camelo
Marcos Venício Teixeira	Ma Iracema Mariano de Amorim
Marcus Henrique R. Rangel	Maria José Colaço Rocha
Maria Aldilene M. Galdino	Maria José Gomes de Freitas
Maria Aracy de Lira Gondim	Maria José Silva dos Santos
Ma Arismar Alves do Nascimento	Maria Lucia Fraga da Silva
Ma Aurea Martins de Sousa Silva	Maria Lúcia Pereira da Silva
Maria Bernadete da Silva	Maria Lucineide C. Gadelha
Ma Bernadete Meireles Severino	Maria Luiza Alvino Soares
Maria Bonfim	Maria Luzanira de F. Guimarães
Ma Consuelo Laurentino de Oliveira	Maria Nicolau dos S. Cavalcante
Maria das Gracas Lima Ferreira	Maria Nilda de Oliveira
Maria de Fátima Adelino Queiroz	Maria Noemi Campos Bonifacio
Maria de Fátima Andre Campos	Maria Selma da Silva
Ma de Fátima Carneiro Machado	Maria Silene Muniz
Maria de Fatima dos Santos	Maria Socorro Bezerra de Souza
Maria de Fatima P. Neves	Maria Socorro do Nascimento
Maria de Fátima Pinto	Maria Tiaguá
Maria de Jesus Felix	Maria Vanderlina V. Vasconcelos
Maria de Lourdes da Silva	Maria Zilma Casimiro Bezerra
Maria Dinorá Pereira Magalhães	Maria Zita Timbó Araújo
Maria do Socorro Agostinho Silva	Marlucia Nascimento da Paz



Marta Célia da F. Vasconcelos

Marta Maria da Silva

Marta Maria Grangeiro Cruz

Mary Anne Duarte Sobreira Luna

Mauricio Pereira de Jesus

Miguel Gomes Neto

Miguel Paulino Neto

Milena Afonso dos Santos

Miriam Pereira da Silva

Moacir Prado Linhares Filho

Moisés Lourenço de Souza

Moisés Monteiro Neto

Mônica Dantas

Mozart Ramos de Abreu Filho

Narcélio de Andrade Gomes

Natanael Melo Lima

Neidma Maria Ribeiro Bonfim

Neilton Monteiro Pascoal

Nelson Alves de Lima

Nestor da Silva

Neuton Sindeaux M. Junior

Nivaldo Almeida Pereira

Olegário Santos da Cunha

Onidracir Ribamar S. do Rosário

Onofre Bezerra Monteiro

Oswaldo de Brito Santiago

Otávio Marques de Lima

Paulo Antônio Paixão Rodrigues

Paulo de Oliveira Almeida

Paulo de Oliveira Torres

Paulo Elilton Oliveira

Paulo Farias Damasceno

Paulo Muniz Filho

Paulo Pereira de Sousa

Paulo Pereira Lacerda

Paulo Pinto de Araújo

Paulo Ramos Ponte

Paulo Roberto Ferreira da Silva

Paulo Roberto Lacerda de Melo

Paulo Sergio Dantas Férrer

Paulo Sérgio Teixeira de Abreu

Paulo Torres da Silva

Pedro Alves de Lima

Pedro Antônio da Silva

Pedro César Maia Araújo

Pedro Cordeiro Marreira

Pedro José de Melo

Pedro Lira Pessoa

Pedro Luis de Mesquita

Pedro Nilton de Castro Marques

Pedro Victor Bandeira Neto

Raimundo Almeida da Mata



Raimundo Alves de Araújo

Raimundo Bandeira da Silva

Rdo Bezerra de Oliveira Junior

Raimundo Claudionor da Costa

Raimundo Edgar Osterno

Raimundo Eduardo Carneiro

Raimundo Ercilio

Raimundo Evaldo P. Da Silva

Raimundo Farias Barros

Raimundo Ferreira Lima

Raimundo Ivan Costa

Raimundo Ivo de Aquino

Raimundo Joacir M. de Sousa

Raimundo Lauristo de Oliveira

Raimundo Lopes Mauricio

Raimundo Marcelino da Silva

Raimundo Monte Correa Neto

Raimundo Moreira de Moraes

Raimundo Moura Cavalcante

Rdo Nonato Andrade Ferreira

Raimundo Nonato Camurça

Raimundo Nonato da Silva

Raimundo Nonato Lima de Sousa

Rdo Nonato Mota Vasconcelos

Raimundo Nonato Neris da Silva

Raimundo Queiroz Filho

Raimundo Rocildo

Raimundo Sampaio de Paula

Raimundo Sampaio Filho

Raimundo Soares Aristides

Raimundo Souza Ribeiro

Raquel Cristina B. Vieira Pontes

Raquel Martins Costa

Regina Celi da Rocha

Regina Celma B. De Alencar

Regina Lucia da Silva Rocha

Reginaldo César Queiroz do Ó

Reginaldo Ferreira de Moraes

Reginaldo Lopes dos Santos

Reginaldo Luis Sousa

Regis Muratori Moura

Regivando de Sousa Barbosa

Ricardo Cordeiro Marreira

Ricardo Gaspar B. Ribeiro

Ricardo Martins do Nascimento

Rita Ma Nascimento dos Santos

Rita Marlene B. Matos Nunes

Roberto de Figueiredo Varela

Roberto Freitas da Silva

Roberto Morse de Souza

Robson da Costa Cavalcante

Robson Ferreira Teixeira



Rômulo M. dos Santos Jr.	Valdeni Basílio Felix
Rosa Oliveira Aragao	Valdivino Nogueira Lopes Neto
Rosalvina Araujo Barros Pessoa	Valdo de Paula Silva
Rosângela Vasconcelos de Azevedo	Valmir Matins da Silva
Rosselini de Mendonça Brito	Vanda Maria de Araujo
Rozicler Gomes Dantas	Vandevaldo Gomes Nunes
Rufino Antônio Linhares	Vânia Pinheiro Erverdosa Felix
Ruth Maria de Oliveira W. Moura	Vasny Barbosa Franco
Sebastião Adil de Oliveira	Vera Lúcia Cândido Oliveira
Sebastião Barbosa Lopes Soares	Vera Maria Veras de Sousa
Sebastião Nogueira da Silva	Verônica de Fátima de Sá Macedo
Sérgio Alves da Silva	Vicente Cortez
Sérgio Murilo Martins Cruz	Vicente Hermenegildo C. Machado
Silvia Helena Bezerra Ferreira	Victor Hugo Soares Rodrigues
Silvia Maria dos Santos Pereira	Virginia Leite Menezes Costa
Silvio Pedro D. de Durval	Vladimir Barbosa Franco
Simão Pedro de Sales Farias	Wanderlô Alves da Silva
Simone Cardoso Façanha	Wanrley Fontenele Cirino
Sônia Maria dos Santos	Wesley Puskas Sampaio
Suelena Maria M. Taveira	Wilson Borges da Silva
Tarcisio Ferreira Barros	Zaqueu Rodrigues de Almeida
Terezinha Lucas Andre	Zeneide Lopes do Nascimento
Terezinha Valcilene V. e Silva	
Tomaz da Silva Lima Neto	
Valdecir Belarmino Mota	
Valdemar Cipriano de Souza Filho	

## DIREÇÃO COLEGIADA DO SINTSEF/CE 2010-2013

### COORDENAÇÃO GERAL

CARLOS ALBERTO NASCIMENTO NOGUEIRA  
LUCIANO DE ANDRADE FILGUEIRAS FILHO

### COORDENAÇÃO DE FINANÇAS

ANTÔNIO ALFREDO MOREIRA DA SILVA  
JOSÉ VALMIR BRAGA

### COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

ELIAS GOMES DE ANDRADE  
FRANCISCO GONÇALVES VIEIRA  
JOSÉ AMORIM NETO

### COORDENAÇÃO JURÍDICA

EDMUNDO COUTINHO DE ANDRADE  
JOSÉ RIBAMAR DOS SANTOS LIMA  
MANUEL DE PAULA BARROS JR.

### COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO

FRANCISCO ADRIANO DUARTE FERNANDES  
JOSÉ ARTUR CAMURÇA TORRES  
VERA LÚCIA CÂNDIDO DE OLIVEIRA

### COORDENAÇÃO SÓCIO-CULTURAL

FRANCISCO HÉLIO SAMPAIO FURTADO  
LUCIVALDO FARIAS MACIEL  
MARIA JOSÉ COLAÇO ROCHA

### COORDENAÇÃO DE FORMAÇÃO POLÍTICA E SINDICAL

ANA MARIA DE FÁTIMA AFONSO BRAGA  
ONIDRACIR RIBAMAR SOARES DO ROSÁRIO  
RUFINO ANTONIO LINHARES

### COORDENAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO E SINDICALIZAÇÃO

JOSÉ CLEITON FERREIRA DA SILVA,  
JOSÉ NOGUEIRA GOMES NETO  
JUCILENE VIANA DE SOUSA

### COORDENAÇÃO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

ENOQUE ASSIS DE LIMA  
REGINALDO CÉSAR QUEIROZ DO Ó  
ANTONIO BARROS RODRIGUES

### COORDENAÇÃO DE SAÚDE DO TRABALHADOR

MARIA LÚCIA PEREIRA DA SILVA  
ROSÂNGELA VASCONCELOS DE AZEVEDO

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
NO ESTADO DO CEARÁ - SINTSEF/CE  
RUA 24 DE MAIO, 1201 - CENTRO - 60020-001 FORTALEZA - CEARÁ  
WWW.SINTSEFCEARA.ORG.BR

ORGANIZAÇÃO DE TEXTOS: LUCIANA BARROSO (JP 2117 CE) ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO



## **ANOTAÇÕES**

Blank area for notes.



